

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:
A CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PRESTAM
ATENDIMENTO, CONVENIADAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLORIANÓPOLIS**


Prof. Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 06/07/2003

JOÃO HOMEM RIBEIRO

**FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA
Julho, 2003**

JOÃO HOMEM RIBEIRO

Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

**PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:
A CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PRESTAM
ATENDIMENTO, CONVENIADAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa Catarina,
Orientado pela professora Rosana de C. Martinelli Freitas,
apresentado no 1º semestre de 2003

FLORIANÓPOLIS, SANTACATARINA
Julho, 2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, à Shiva e ao Trance por me darem inspiração e motivação espiritual para vida e para completar esse trabalho;

Depois, para minha família, que me deu apoio e compreensão nos momentos que precisei;

Ao Tiago, sua família, minhas Psicólogas e todas as PPNE, que me fizeram enxergar que viver é muito mais superação que limitação;

Aos meus verdadeiros amigos, por serem pessoas abertas e me darem muitas alegrias;

À Professora Rosana Martinelli C. Freitas, pela exigência e orientação, indispensáveis para conclusão desse trabalho;

À Assistente Social Helena Maria Borges Brandão do Setor de Convênio da SMHTDS da PMF, pela confiança, contribuição, por aceitar compor a banca de avaliação e pela atuação respeitável que tem na profissão;

À Kátia R. Madeira, Assistente Social CMAS e Professora do Serviço Social, pelas informações fornecidas e por aceitar compor a banca de avaliação ;

à todas as pessoas que colaboraram em cada uma de suas entidades e profissões:

as Psicólogas Rosilene das Graças Cruz Vieira e Margareth R. Ramos e as Assistentes Sociais Jaqueline Pickler e Nívea Michele Garcia Vieira da APAE;

o Psicólogo Wulpharano Pedrosa de Macedo Neto, a Pedagoga Edézia Margarida da Silva e a Diretora Caroline Kern, ambos da Sociedade Vida e Movimento;

a Assistente Social Zilma N.S. Rosa e as duas Pedagogas Maria das Graças, Gladis Dutra Costa Oliveira do IATEL;

a Assistente Social Maria Antônia Carioni Carsten e os demais funcionários da ACIC;

o representante Carlos Eduardo Rohrsetzer do CONEDE

e por fim, às entidades, pessoas e empresas que atendem, aceitam, empregam e apóiam de alguma forma a inclusão das PPNE no mundo social, especialmente:

a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Florianópolis,

a Sociedade Vida e Movimento,

o Instituto da Audição e Terapia da Linguagem – IATEL e

a Associação Catarinense para Integração dos Cegos – ACIC

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	4
LISTA DE TABELAS.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I.....	20
1.1. A Condição das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais: uma abordagem histórica.....	20
1.2. A Legislação direcionada às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, a partir da Constituição de 1988.....	28
1.3. A Política Nacional atual para Integração da Pessoa Portadora de Necessidades.....	33
CAPÍTULO II.....	37
2.1. As Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e a busca pela cidadania.....	37
2.2. A organização e difusão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.....	42
2.2.1. O CONADE e o CONEDE.....	45
CAPÍTULO III.....	49
3.1. Indicadores sociais e a Política atual de atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais na cidade de Florianópolis-SC.....	49
3.2. Caracterização das entidades que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais em Florianópolis-sc, conveniadas à Prefeitura.....	52
3.2.1. Associação de Pais e Amigos das excepcionais – APAE (Instituto de Educação Especial “Professor Manoel Boaventura Feijó”).....	54
3.2.1.1. Descrição da entidade:.....	54
3.2.1.2. O Convênio APAE X Prefeitura Municipal de Florianópolis PMF (2003):.....	60
3.2.1.3. Breve consideração sobre o trabalho desenvolvido pela APAE.....	62
3.2.2. Sociedade Vida e Movimento (Escola Especial Vida e Movimento).....	64
3.2.2.1. Descrição da entidade:.....	64
3.2.2.2. O Convênio Sociedade Vida e Movimento X Prefeitura Municipal de Florianópolis PMF (2003):.....	69

3.2.2.3. Breve consideração sobre o trabalho desenvolvido pela Sociedade Vida e Movimento.....	70
3.2.3. Instituto de Audição e Terapia da Linguagem IATEL.....	71
3.2.3.1. Descrição da entidade:.....	71
3.2.3.2. O Convênio IATEL X Prefeitura Municipal de Florianópolis PMF (2003):.....	75
3.2.3.3. Breve consideração sobre o trabalho desenvolvido pelo IATEL.....	77
3.2.4. Associação Catarinense para Integração do Cego ACIC.....	78
3.2.4.1. Descrição da entidade.....	78
3.2.4.2. O Convênio ACIC X Prefeitura Municipal de Florianópolis PMF (2003):.....	84
3.2.4.3. Breve consideração sobre o trabalho desenvolvido pela ACIC.....	86
3.3. propostas para solucionar as questões das Pessoas Portadora de Necessidades Especiais.....	88
3.3.1. A prevenção.....	88
3.3.2. Habilitação, Reabilitação e Inclusão.....	92
3.3.3. Fiscalização do cumprimento das leis.....	101
3.3.3.1. Organização e Participação das PPNE e entidades congêneres.....	101
3.3.3.2. O papel do Ministério Público:.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
BIBLIOGRAFIA.....	111
ANEXOS.....	124
Anexo A - Lista da legislação direcionada à PPNE.....	124
Anexo B - Relação de documentos para a realização de convênio.....	154
Anexo C - Endereço das entidades conveniadas a PMF.....	157
Anexo D - Tabela de entidades prestam algum tipo de atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais em Santa Catarina.....	158

LISTA DE SIGLAS

ACIC - Associação Catarinense para Integração dos Cegos
 AFLODEF - Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
 APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
 BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BPC - Benefício da Prestação Continuada
 CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
 CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
 COB - Comitê Olímpico Brasileiro
 COI - Comitê Olímpico Internacional
 CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
 CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
 CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
 CONEDE - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
 CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
 CRPC - Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência
 ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
 EUA - Estados Unidos da América
 FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial
 IATEL - Instituto de Audição e Terapia da Linguagem
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
 IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
 FMI - Fundo Monetário Internacional
 FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
 FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
 LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
 LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
 MP - Ministério Público
 NUCOODIS - Núcleo de Combate a Discriminação e de Promoção da Igualdade de Oportunidades
 OIT - Organização Internacional do Trabalho
 OMS - Organização Mundial da Saúde
 ONG - Organização Não-governamentais
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PPNE - Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
 PPD - Pessoa Portadora de deficiência
 PPDF - Pessoa Portadora de deficiência Física
 PPDV - Pessoa Portadora de deficiência Visual
 RRE - Rede Regular de Ensino
 SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
 SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SICORDE Sistema de informação da CORDE
 SINE - Serviço Nacional de Emprego
 SME - Secretária Municipal de Educação
 SMHTDS - Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e desenvolvimento Social
 UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.....	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (p.21)
TABELA 2.....	PPDF NO MERCADO DE TRABALHO (p.51)
TABELA 3.....	CRIANÇAS PNE MATRICULADAS NA RRE (p.52)
TABELA 4.....	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA APAE (p.57)
TABELA 5.....	ATENDIMENTO GRATUITO APAE (p.59)
TABELA 6.....	REFEIÇÕES DA APAE (p.62)
TABELA 7.....	RECURSOS DISPONIBILIZADOS PELA APAE (p.63)
TABELA 8.....	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SOCIEDADE VIDA E MOVIMENTO (p.69)
TABELA 9.....	OPERACIONALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DA SOCIEDADE VIDA E MOVIMENTO (p.71)
TABELA 10.....	CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES DO IATEL (p.75)
TABELA 11.....	OPERACIONALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DO IATEL (p.77)
TABELA 12.....	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ACIC (p.80)
TABELA 13.....	OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACIC (p.82)
TABELA 14.....	REFEIÇÕES ACIC (p.86)
TABELA 15.....	DESPESAS FIXAS ACIC (p.87)

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho consiste na caracterização do atendimento das instituições direcionadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, conveniadas à rede de assistência municipal na cidade de Florianópolis – SC, identificando seus principais aspectos, no que diz respeito ao plano de trabalho (atividades desenvolvidas), a quantidade de pessoas atendidas, as características específicas dos convênios, bem como o trabalho do serviço social. Para fundamentar esta análise, busca-se conhecer as condições dessas pessoas de forma geral, levantando a história da legislação e das políticas que se referem aos direitos do segmento e analisando sua implementação atual no Brasil, tendo como foco principal, a cidade de Florianópolis – SC.

O trabalho também busca conhecer melhor a organização das pessoas portadoras de necessidades especiais e fazer um levantamento das entidades que oferecem atendimento específico a elas no estado de Santa Catarina e em Florianópolis.

Estudos da Organização Mundial de Saúde – OMS, apontam que existem no mundo cerca 600 milhões de pessoas portadoras de deficiência (10% da população total), dos quais aproximadamente 24 milhões são brasileiros (15% da população total). Não existe um dado preciso sobre o número no estado de Santa Catarina, mas é certo que o número é grande (aproximadamente 10% do número nacional)¹.

Fazendo uma observação no terminal urbano da cidade de Florianópolis, é possível identificar um grande número de pessoas portadoras de necessidades especiais (PPNE). Vêem-se diversos cegos, surdos-mudos, paraplégicos, dentre outros. No entanto, em contraposição a esse número, observo por experiência própria, (já que possuo uma hemiplegia²) que muitas vezes recebem um tratamento discriminatório e até repulsivo. As pessoas “normais”, em sua maioria, olham para esses “defeituosos” como se fossem alienígenas, tivessem uma doença contagiosa, ou simplesmente abaixam a cabeça como gesto de pena e desprezo. Essas pessoas são diferentes? Sim. Possuem necessidades especiais? Sim. Porém, não são dignos de pena e sim de admiração, tendo em vista sua capacidade de superação. É só pensar: como seria mais difícil fazer tudo com uma mão só, ou de olhos fechados.

¹ Dados OMS e IBGE, censo 2000. De cada 100 brasileiros, 14 têm alguma limitação física ou sensorial. (ROZICKI, 2002) Informações retiradas do site http://www.crestani.hpg.com.br/ana/cristiane_11.doc

² Lesão cerebral que afeta um lado do cérebro, resultando na limitação motora do lado oposto do corpo.

Nesse mesmo passeio, é possível se fazer uma outra consideração pertinente: existem leis que garantem (ou deviam garantir) os direitos desse segmento. O art. 227(e 244), prevê a fabricação/adaptação dos transportes coletivos que atendam os portadores de necessidades especiais, contudo, existe um número ínfimo de ônibus adaptados (bem como horários). É bom ressaltar que as empresas de ônibus da cidade cobram preços exorbitantes³ nas passagens, se comparado a outras cidades brasileiras, devendo por obrigação investir (o que não seria tão custoso) nessa adaptação. Isso mostra que as formas de fiscalização do Estado ainda são ineficazes ou lentas, não exigindo de maneira mais assídua que as empresas cumpram a lei, ferindo os art.s citados acima, além dos art.s 23(II) e 24(XIV), os quais colocam como obrigação do Estado: proteger e integrar esse grupo. Muitas vezes, as estratégias utilizadas pelo Estado para melhorar as condições das PPNE, não são as mais inclusivas. Por exemplo, deveria agilizar e ampliar as condições para as crianças portadoras de necessidades especiais estudarem com as demais, anteriormente ao incentivo que dá para instituições que o fazem de maneira separada. Como uma criança poderá sentir-se parte de um todo, estudando apenas com crianças portadoras de deficiência. É como criar escolas só para negros ou só para alunos super dotados. É na diferença que se constrói o convívio e o desenvolvimento cultural.

A mesma coisa ocorre com a questão do trabalho, a lei 7.853/89⁴ estabelece e obriga empresas tenham uma cota de funcionários portadores de deficiência. Essa determinação pode ter um efeito contrário, já que por ser obrigação, as empresas contratam muitas vezes para cargos marginais, excluindo também essas pessoas.

Há uma característica presente na cultura ocidental, incluindo a brasileira, na qual muitas pessoas excluem ou segregam tudo que é diferente. É bom lembrar que a sociedade grega, a qual sofremos forte influência, considerava as crianças portadoras de deficiência obras de satã e os atirava do Monte Tayetos. Anos depois, Hitler os considerou “erros de fabricação” que deveriam ser extintos, para purificar a espécie.

Em 1945, após duas guerras, a ONU e a OIT passaram a estimular a tolerância entre os povos e pessoas e a inclusão social (ROZICKI, 2002). A Constituição Federal de 1988 veio

³ A passagem de ônibus em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte varia de R\$ 0,80 a R\$ 1,75. Tendo um maior número de horários, linhas de bairro a bairro, bairro-centro e circular. Em alguns casos há serviços noturnos (depois da meia noite) com o mesmo preço da passagem normal. Enquanto em Florianópolis, o preço das passagens varia de R\$ 1,10 a 2,30. Muitas linhas têm poucos horários, não existem linhas bairro-bairro e após a meia noite o preço da passagem dobra.

⁴ Anexo A

alimentada dos mesmos princípios. Já o art. 1º traz que o Brasil “constitui-se um Estado democrático de direitos e tem como fundamentos a: soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político”. Depois, logo no art.3º aparece: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Com relação às PPNE, surgem pontos específicos referentes à Assistência, ao Trabalho, a Educação, etc (os arts. 203º, V; 37, VIII; 7º, XXXI; o 208, III; 227º, §§ 1º e 2º; 244; 23º, II e 24, XIV)⁵

Esse trabalho tem justificativas de ordem pessoal e profissional para sua elaboração. Foram duas principais motivações pessoais: a minha experiência própria como pessoa portadora de uma deficiência física (hemiplegia) e o contato direto que tive com um jovem que sofreu uma paralisia cerebral.

Desde de pequeno tive uma vida de questionamentos: porque eu? Será que Deus (se é que ele existe) está me condenando por alguma coisa? Por que nasci diferente dos outros? Minhas indagações pareciam florescer ainda mais, no fato de meus pais ou mesmo os médicos, não saberem me dizer as causas para minha hemiplegia.

Quando criança isso não me abalou muito, já que ainda não tinha absorvido os preconceitos da sociedade e não sofria discriminação das demais crianças. No entanto, me irritava algumas vezes, o fato de ter dificuldade para executar atividades que exigiam precisão nos movimentos.

Porém, na minha adolescência, toda minha indignação viria à tona. Sempre muito discriminado na escola e no convívio social, surgiriam problemas muito maiores que minha deficiência. A queda da minha auto-estima, fez com que eu me tornasse uma pessoa difícil de relacionar. Era um jovem revoltado com o mundo, em algumas vezes até agressivo (mas nunca violento). Aquela pergunta vinha com mais frequência: Por que eu? E sentimentos de autodiscriminação e incapacidade tornaram-se claro em mim. Deixava de ir a lugares, de ter relações amorosas, com medo de ser rejeitado. Eu que era uma criança extrovertida, tornei-me um adolescente retraído e angustiado.

Com o passar dos anos, esses sentimentos foram transformando-se em uma vontade de superação própria e transformação do mundo. Passei a observar que todas as pessoas eram

⁵ Anexo A

diferentes, algumas com necessidades especiais . Logo eu veria que deficiente, era na verdade a sociedade, pois ela deveria mudar sua atitude perante a diferença. A minha escolha no vestibular, para Serviço Social, foi alimentada pela vontade de colaborar para construção uma sociedade mais tolerante e menos exclusiva. Esse processo de transformação não foi algo repentino, precisei da ajuda de uma terapeuta, para ver que estava me auto flagelando e sendo de certo modo até egoísta. Eu percebi que seria muito mais inteligente e construtivo se eu buscasse de alguma forma de ajudar essas pessoas (incluindo eu) com necessidades especiais a se inserir no mundo social *sem sofrer preconceito*.

Uma experiência que passei, fundamental para isso, foi um período de quatro meses no qual dei aula para um rapaz (17 anos) que sofreu uma paralisia cerebral.

Ele mostrou-me que eu também era preconceituoso. Diante do desconhecimento, no primeiro dia achei que seria impossível ensinar num ritmo normal, para uma pessoa com paralisia cerebral. Com a capacidade motora limitada, ele não tinha coordenação na fala, nos braços, nem nas pernas, necessitando do uso de cadeira de rodas. No entanto fui incrivelmente surpreendido. Tive contato com uma forma peculiar de comunicação, desenvolvida pelo rapaz e sua família. Já que não falava, ele respondia sim e não com a cabeça (mais precisamente com os olhos).

Com o passar das aulas o garoto mostrou que sua capacidade de aprendizagem era excelente, assim como seu senso crítico. Depois outro preconceito meu caíria, quando ele mostrou-me ter uma personalidade forte expressando suas opiniões e sentimentos claramente.

As aulas foram me trazendo revelações gratificantes. Transformei-me intensamente. Meu sentimento de pena deu lugar a admiração. A comunicação dia-a-dia com ele, fez-me ver a importância dos olhos e quanto eles representam na linguagem e expressão de sentimentos. E o mais importante, fez eu perceber o quanto era pequeno meu “problema” e como eu deveria mudar minha relação com isso. Por outro lado, conversando com seus pais, tive declarações de quanto era limitado o atendimento a pessoas com esse tipo de necessidade. Os pais deste rapaz informaram-me que apesar do rapaz estudar num colégio , cujo do método construtivista de ensino, busca formas alternativas de aprendizado e inclusão, ele sofre exclusão. Eles colocaram que na maioria das vezes é devido à desinformação.

A primeira das justificativas de ordem profissional, está relacionada com os princípios ético-políticos da profissão. O Assistente Social que tem como base esses princípios, torna-se um dos profissionais agente de transformação social e busca uma sociedade mais justa. Para isso lhe

é cabível a elaboração de pesquisas, projetos e práticas direcionadas à melhoria das condições desse grupo de pessoas, mutilado socialmente. Por em discussão o papel de cada um na inclusão: empresários, professores, advogados, arquitetos, médicos, sociedade civil em geral e principalmente os governantes. Para isso, é indispensável que haja uma revolução cultural, mudarmos a consciência coletiva, avançar no cumprimento dos tratados, leis e nas relações humanas. Não é uma tarefa fácil, mas é a partir de trabalhos como este, da cobrança ao poder público e da união de todos, que tal objetivo poderá ser alcançado.

Outro ponto que justifica o desenvolvimento desta monografia, talvez o principal, é sistematizar as informações sobre o que já existe voltado a atender as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais em Florianópolis (associações, institutos, etc). O presente estudo justifica-se então, por possibilitar conhecer o que está sendo feito pelo segmento. Há quatro entidades conveniadas à prefeitura, que atendem cerca de 1400 pessoas. A Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF conta com 250 pessoas associadas, cerca de 86 (34%) inseridas no mercado de trabalho. Ou seja, não fazer apenas críticas, mas também mostrar os avanços que houve na assistência às pessoas portadoras de necessidades especiais. Dentro das ações em prol do segmento, torna-se interessante também, saber a participação do Assistente Social, tendo em vista que o assunto é abordado de forma específica no meio acadêmico do curso, contendo trabalhos apenas sobre experiências de estágio em algumas instituições de atendimento. O meio acadêmico pouco trata da questão dos direitos e condições sociais dessas pessoas.

Sendo assim, esse trabalho é a união de uma vontade pessoal de contribuir de alguma forma para a melhoria da sociedade, o espírito de gratidão a esse grupo de pessoas que mostraram-me o verdadeiro sentido de superação humana e uma obrigação ético-profissional de luta pela inclusão social. Por isso tenho no texto, preferência pelo uso do termo pessoas portadoras de necessidades especiais (PPNE) ao invés de deficiente ou portador de deficiência. Não acredito que essas pessoas têm um déficit, são apenas diferentes.

Diversas frentes têm que ser feitas para mudarmos esse conceito do senso comum. Chamá-los da forma que proponho não é a única, mas ajuda a informar o que esse segmento realmente é, nem menos, nem mais. São portadores de necessidades especiais. Essa monografia não tem como objetivo, tão pouco a pretensão de resolver todos os problemas relacionados à exclusão das PPNE. No entanto o trabalho justifica-se na necessidade de analisar o que está sendo feito por este segmento, para visualizar o que ainda pode ser feito e também contribuir para

a ampliação do espaço de discussão sobre o assunto dentro do meio acadêmico e profissional do assistente social.

A análise das instituições conveniadas, apresenta o que existe, por que existe, bem como busca respostas para o número reduzido de entidades conveniadas.

Cabe esclarecer que os portadores do vírus do HIV e de hemofilia, também são portadores de necessidades especiais e também são “de veras” excluídos, mas eles não foram incluídos no trabalho por que, para abordar a situação desses grupos, bem como a rede que presta atendimento a eles, seria necessário um conhecimento e um aprofundamento maior nas questões médicas e de saúde, fugindo um pouco do foco, devido ao tempo disponível e o volume do trabalho. O tipo de exclusão que sofrem é semelhante, ou seja, no trabalho, na escola, nas relações sociais. Porém, o objetivo dessa monografia é trabalhar a exclusão originada numa questão estético visual e no preconceito de incapacidade das pessoas chamadas de deficientes.

Para qualquer discussão atual, com uma abordagem moderna do Serviço Social, é preciso pensar alguns conceitos básicos como: política, cidadania, democracia e inclusão (exclusão) social.

Dentro desta perspectiva, o conceito de política tem que ir além das relações de poder entre grupos institucionalizados. Ela engloba todo tipo de relação social: começando na família, passando pelas relações do dia-a-dia (profissionais, afetivas, comerciais, etc) e completando-se nas relações entre grupos organizados, institucionalizados ou não (partidos, ONGs, Sociedade-Estado, grupos religiosos, etc). Os sujeitos de tais relações se posicionam, dentro de um determinado ponto de vista, buscando transformações na condição vigente.

Da mesma forma, a cidadania tem que ultrapassar a barreira da igualdade diante da lei e do discurso, para atingir uma concepção prática de participação. É necessário superar o senso comum, muitas vezes inspirado pela imprensa, no qual se é cidadão de dois em dois anos, durante alguns segundos, quando ocorre uma eleição. Num ato que é por vezes, uma simples delegação de poder, não uma escolha.

Vale a pena destacar a contribuição de T.H. Marshal (1967), que considera um pleno cidadão aquele que goza de direitos civis, políticos e sociais. No entanto, ele analisa o caso europeu, coloca que teríamos conquistado nossos direitos civis, políticos e estaríamos caminhando para a conquista dos direitos sociais. No Brasil não ocorreu o mesmo, posto que conquistamos os direitos civis, mas no momento de adquirirmos os políticos, o país teve

governos ditadores. Nesse período os direitos sociais eram presentes, mas de caráter paternalista, os civis eram desrespeitados, enquanto os políticos foram inexistentes. Com o fim das ditaduras, os direitos políticos foram reaparecendo, ainda que na forma de concessão, considerando que a população pouco participou da formulação da Constituição e nada aconteceu com as pessoas que desrespeitaram (durante as ditaduras) os direitos civis e políticos. Hoje, houve uma inversão: os direitos políticos se ampliaram e os sociais estão em franca decadência, com cortes no orçamento e sucateamento do sistema de políticas sociais. Seguindo essa linha de pensamento, avalia-se que estamos num período com a necessidade de luta pela manutenção e ampliação dos direitos, assim como para por em prática os já adquiridos no papel.

J.Habermas (1990) conceitua cidadania de outra forma, colocando como fundamental, a subjetividade e participação do cidadão. Ele afirma que os indivíduos são autores e receptores do direito e por via deste, que podem assegurar suas liberdades subjetivas, garantindo sua autonomia privada. Não é um sujeito de direitos deveres sistemáticos, mas um *agente cultural que interage na forma individual e em grupos, formador de uma consciência global com personalidade, um político no conceito exposto aqui.*

Vale aqui, questionar também o conceito tradicional de democracia, já que se afasta bruscamente da prática. Ao se analisar a democracia *modelo*, a Grécia antiga, observa-se que até ela estava longe de ser uma sociedade do povo, de caráter igualitário, uniforme e justo. Pelo contrário, aquela sociedade já trazia fortes traços de exclusão. Não quero dizer que não era uma sociedade avançada para sua época, a questão é: como podemos até hoje usar como exemplo, uma sociedade que desconsiderava e discriminava suas mulheres, estrangeiros, entre outros, além de proteger a escravidão. É preciso absorver as qualidades políticas de representação grega, assim como as teórico-filosóficas. Contudo faz-se necessário superar as características excludentes daquela sociedade, que por diversas vezes as sociedades atuais insistem em praticar de forma semelhante ou pior.

O termo *democracia* vem do grego e quer dizer governo do povo⁶, ou, governo da maioria e da representação popular. Ou seja, uma sociedade democrática é aquela que tem como princípio, a participação de sua população como políticos e cidadãos, no sentido exposto aqui. *Uma sociedade que respeite a diferença e as limitações de seus “filhos”, dando-lhe a possibilidade de viver com liberdade, autonomia e autodeterminação.*

⁶ SACCONI, L.A. Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa. São Paulo: Atual Editora, 1998. p.228

O Assistente Social tem como objeto central, a questão social, que se expressa muitas vezes na forma de exclusão social. Dentro dos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão (CRESS, 1993) estão:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes
- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Tendo tais princípios como base, o profissional da área torna-se um sujeito político duplo: primeiro, por fazer busca por transformações na estrutura vigente, defendendo uma sociedade mais justa, na qual todos gozem dos mesmos direitos e deveres; segundo, por planejar uma sociedade mais política por si só, independente, que lute pelos seus direitos e desempenhe seus deveres, bem como cobrem de seus gestores a mesma atitude. Uma sociedade que participe subjetivamente na formação cultural e estrutural do país, se colocando nas relações sociais como cidadãos transformadores e criadores de uma consciência que visse a justiça, inclusão social e paz, fundamentalmente.

A sociedade civil mundial está sob alguns aspectos mais questionadora do que em outras épocas. O país está em um momento histórico, pós-ditaduras, no qual alguns segmentos (negros, mulheres, sem-terra, grupos étnicos, etc) se organizam e buscam seu espaço para fazer valer os ideais citados acima. Ainda que não tenham conquistado a plenitude dos direitos, estão se posicionando para isso.

Contudo, este trabalho traz , um grupo que historicamente são excluídos de direitos universais: educação, saúde, locomoção, trabalho, lazer e até à vida.

Na Grécia Antiga (Esparta) as pessoas portadoras de necessidades especiais eram mortas com o viés de não serem capazes de desempenhar o papel de soldados, na Idade Média por serem “filhos de satã” e já no século vinte, com Hitler, foram mortos por serem diferentes e não pertencerem à “linhagem pura”. Existem diversos exemplos da crueldade que sofrem as pessoas portadoras de qualquer deficiência. Os Sirionos (ancestrais bolivianos nômades) abandonavam essas pessoas “ao léu”. Os astecas faziam pior, ridicularizava-os em campos parecidos com zoológicos. Já na Indonésia, os nativos eram impedidos de ter relações amorosas com pessoas diferentes do “normal”. Outro povo que considerava os portadores de necessidades especiais predestinados ao mal, era o hebreu, os quais proibiam sua aproximação a locais religiosos.

Esses foram exemplos de povos mais antigos e considerados primitivos, no entanto segregação semelhante ocorre no mundo desenvolvido e atual. Na Alemanha, ainda existe cultura remanescente do nazismo, com diversos casos de agressão as PPNE , além de recusa de vagas em escolas e acesso a locais públicos. Nos EUA e na Grã-bretanha (considerados os países mais

desenvolvidos do mundo), têm 65% de sua população que tem alguma deficiência vivendo abaixo da linha da pobreza (FLETCHER, 2001).

Em suma, os direitos civis, políticos e sociais desse segmento têm sido violados por diversos países no mundo, sendo expressões mais freqüentes : a discriminação, o abandono, o tratamento inadequado, a violência física e moral e a falta de acesso a locais públicos.

Por outro lado, há de se falar do positivo, pois também existem povos e momentos históricos nos quais os portadores de deficiência foram valorizados ou pelo menos assistidos. Ao contrario de muitos, o povo Hindu sempre considerou os cegos, pessoas de sensibilidade superior, concebendo-lhes cargos religiosos como prova de consideração. A França de Henrique II (1547), destinou a cobrança de taxas para a assistência social as PPNE. Mas a integração e profissionalização das PPNE ganharam força significativa com o movimento renascentista, embasado na ciência e não mais em preconceitos religiosos. Começam então, o aparecimento de leis em prol desse grupo. Em 1779, já na Idade Moderna, surgem os primeiros inventos para facilitar a vida dessas pessoas, como: próteses, bengalas, cadeiras de rodas, etc. Aparece também o Código Braille, criado por Louis Braille para facilitar a integração dos cegos. (FLETCHER, 2001)

Quanto às questões do trabalho (habilitação e reabilitação), ganham força após a Revolução Industrial, quando várias pessoas lesões foram causadas nas fabricas. Necessitando assim, que fossem criadas normas de segurança no trabalho, além de direitos (previdência, assistência e saúde) direcionados aos portadores de deficiência. Já mais atualmente, com a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização Internacional do Trabalho - OIT que os direitos das PPNE passam a ser internacionalizados. A ONU cria a Declaração Universal dos Direitos Humanos, defendendo o acesso de todos aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem distinção de raça, religião, sexo, idade, língua, deficiência, etc. Cria também a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental, a Declaração dos Direitos das Pessoas deficientes e o Programa Mundial de Ação relativo a Pessoas com Deficiência, além de promover o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (três de dezembro) para dar visibilidade ao grupo (FONSECA, 2003).

Os portadores de necessidades especiais já têm a seu favor criação de diversas leis⁷, no âmbito internacional, federal (em termos de Brasil destaca-se a Constituição Federal de 1988),

⁷ Anexo A

estadual e municipal, todavia, nas relações sociais e na prática dessas leis, ainda são privados de direitos, ou seja, as leis não são cumpridas. Por exemplo, existem leis que determinam a criação de espaços (não só físicos, mas no sentido amplo do termo) no ensino regular para crianças portadoras de necessidades especiais, bem como a preparação de profissionais que possam atender com mais aptidão essas crianças. No entanto, apenas 5% dessas crianças⁸ e jovens recebem atendimento adequado. O resto está matriculado em escolas de ensino regular mal preparadas, nas ruas, abandonadas em instituições, etc.

Outra expressão clara da disparidade entre lei e prática, está no que diz respeito ao trabalho. Existem leis que consideram crimes: diferenciação de salários e de critérios para admissão (colocar lei). Porém, são raros os casos de empresas que contratam essas pessoas em igualdade de condições.

A própria nomenclatura dada a essas pessoas mostra bem a discriminação: deficiente, defeituoso, manco, ceguinho, debilóide, retardado, entre outras. As deficiências são vistas por algumas pessoas como doenças (há comentários do tipo: "Eu não vou na casa dela, ela tem um irmão retardado" ou "Eu não vou namorar um manco").

Castel (1981, apud SÁ, 2000) compara as noções de deficiência grave e doença e conclui: "A noção deficiência coloca em primeiro plano a performance social. Ela depende de uma medida da deficiência do comportamento com pretensão objetiva".⁹ As relações sociais vividas por pessoas portadoras de alguma necessidade especial traçam (como para qualquer pessoa) uma linha para suas vidas. Esses comportamentos estigmatizados diante da diferença, refletem na PPNE de diversas formas, podendo gerar na pessoa problemas que atrapalharão no seu desenvolvimento pessoal. Serão expressos na forma de revolta com o mundo, autodiscriminação e principalmente sentimentos de incapacidade, invalidez, complexo de inferioridade, depressão, incompreensão com a própria existência, dificuldade nas relações afetivas e em casos mais extremos até vontade de matar-se.

⁸ Apenas 5% dos cerca de 6 milhões de crianças e jovens brasileiros. Dados consultados em <http://www.defnet.org.br/clipp003.htm> - Os cálculos são da Secretaria de Educação Especial do MEC e se referem ao ano de 1997. FALCÃO, Daniela, da Folha de São Paulo. "O MEC estima que haja 6 milhões de crianças e jovens até 19 anos com algum tipo de deficiência física ou mental no país. Só 334,5 mil deles estão matriculados em escolas que oferecem atendimento para deficientes, o que significa que 5,7 milhões estão desassistidos."

⁹ SÁ, Elizabete D. Interrogando a Deficiência: de Desigualdade à Cidadania. In jornal Ponto a Ponto. Belo Horizonte, 2000.

Esse trabalho é uma pesquisa de caráter exploratório, posto que não há trabalhos com essa linha de abordagem, que caracterizou o atendimento das entidades conveniadas a Prefeitura Municipal da cidade de Florianópolis-SC. Fazer tal caracterização nada mais é do que conhecer os serviços prestados pelas entidades, no que diz respeito a sua proposta ou plano de trabalho, ou seja, seus objetivos, características específicas, perfil de usuários atendidos, etc. Além do número de pessoas atendidas, das condições de trabalho e abrangência do atendimento. O universo de amostra consiste no total de quatro entidades: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, a Associação Catarinense para Integração dos Cegos – ACIC, o Instituto de Audição e Terapia da Linguagem – IATEL e a Sociedade Vida e Movimento. Além disso, foi realizado um mapeamento da rede de atendimento (ANEXO D) aos portadores de necessidades especiais na Ilha, tendo como principais referências: a base de dados (internet) do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONEDE(SC), o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS (Florianópolis), a Secretaria Municipal Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – SMHTDS e diversas páginas na Internet.

A pesquisa foi desenvolvida com a utilização de diversos instrumentos, em fases, *não necessariamente na sequência descrita, já que muitas vezes eram utilizados conjuntamente ou alternadamente.*

Os primeiro instrumento, talvez o mais utilizado da pesquisa, foi a coleta de informações na internet. Esse instrumento foi muito útil para construção do vocabulário e parte conceitual no trabalho. Também contribuiu na aquisição de textos contemporâneos, incluindo notícias, artigos, trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, entre outros. Além das legislações, tratados, políticas de atendimento e organizações voltadas às pessoas portadoras de necessidades especiais no mundo, no Brasil, no estado e na cidade.

O segundo instrumento, foi a pesquisa bibliográfica propriamente dita, ou seja, em livros. Foi usada principalmente na parte que envolve o estudo do Estado Capitalista, profissão Serviço Social, da história do Brasil, de conceitos, etc. Foram utilizadas as diferentes bibliotecas universitárias (central, setoriais, de monografia, etc), além da biblioteca municipal, livros pessoais. Também foi realizado um minucioso estudo bibliográfico, em documentos das quatro entidades conveniadas à prefeitura analisadas. Sendo os principais: o Termo de convênio (2003), o Plano de Trabalho (2003), o estatuto e cartilhas. Esse material foi indispensável para obter

grande parte das informações que caracterizam o atendimento das entidades. Outro documento usado na pesquisa e que merece destaque é o atual Plano Municipal de Assistência Social de Florianópolis (2002-2005), fundamental para o conhecimento da proposta política nas diferentes áreas da Assistência. Os documentos citados acima foram adquiridos junto ao Setor de Convênio da SMHTDS, com a Assistente Social Helena Maria Borges Brandão.

O terceiro instrumento, foram as visitas e entrevistas realizadas nas quatro entidades conveniadas, no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONEDE(SC), no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS (Florianópolis), e na Secretaria Municipal Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – SMHTDS.

Na APAE, foram entrevistadas duas Psicólogas (Rosilene das Graças Cruz Vieira e Margareth R. Ramos) e duas Assistentes Sociais (Jaqueline Pickler e Nívea Michele Garcia Vieira). As Psicólogas forneceram informações sobre as atividades desenvolvidas, estrutura, empresas parceiras e demais informações que possibilitaram conhecer a entidade de forma geral. Já a entrevista realizada junto à A.S, possibilitou conhecer o trabalho executado pelo Serviço Social da entidade, as dificuldades específicas e gerais, entre outras.

Na Sociedade Vida e Movimento, foi realizada uma entrevista com o Psicólogo Wulpharano Pedrosa de Macedo Neto e a Pedagoga Edézia Margarida da Silva juntos (não há Assistente Social na entidade), que igualmente forneceram as informações sobre a entidade.

No IATEL, a entrevista se deu junto as três Pedagogas Maria das Graças, Gladis Dutra Costa Oliveira e (cada uma desenvolve uma atividade diferente), permitindo obter informações gerais da entidade e específica de cada modalidade de trabalho. Também foi realizada uma entrevista com a Assistente Social Zilma N.S. Rosa, com intuito de conhecer as especificidades da profissão dentro dessa instituição.

No caso da ACIC¹⁰, a Assistente Social Maria Antônia Carioni Carsten foi entrevistada, o que foi suficiente para obter as informações sobre o plano de trabalho da entidade, bem como o trabalho do Serviço Social.

Essas visitas e entrevistas contribuíram significativamente para a realização dessa monografia. Além de possibilitarem a observação das condições, das atividades, organização e outras especificidades de cada entidade, dando uma noção mais clara das propostas, objetivos e realizações. Como o trabalho aborda um grupo de que apresenta características singulares,

¹⁰ A ACIC tem duas Assistentes Sociais.

apreciáveis apenas com o contato direto. Logo, uma função primordial das visitas foi conhecer de perto cada tipo de necessidade especial, inclusive com entrevistas e diálogos com a população atendida, em alguns casos.

Também foram realizadas entrevistas com a Assistente Social Helena Maria Borges Brandão, responsável pelo Setor de Convênios da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, da Prefeitura Municipal de Florianópolis – SC. Essas entrevistas foram de extrema importância para o esclarecimento sobre as características dos convênios, valores, atuação da Prefeitura na fiscalização do atendimento prestado pelas instituições, Plano de Assistência Social, etc.

A Assistente Social do CMAS (Kátia Regina Madeira), foi outra pessoa entrevistada. Ela contribuiu para identificação das entidades conveniadas, indicou pessoas que puderam auxiliar no fornecimento de dados e informações, além de prestar alguns esclarecimentos de questões relativas ao Plano Municipal de Assistência Social.

Foram feitas ainda, visitas ao CONEDE, a fim de obter dados sobre as entidades que atendem as PPNE em Florianópolis, além de informações referentes à atuação do Conselho e do Ministério Público na ampliação e fiscalização da aplicação dos direitos das PPNE. Carlos Eduardo Rohrsetzer, representante do Conselho, que foi entrevistado, também contribuiu para obtenção de informações referentes ao processo de organização do segmento.

Deu-se então a fase de elaboração do trabalho, através da leitura do material em geral, das análises e a escrita do trabalho. A elaboração foi acompanhada e avaliada periodicamente, em reuniões de orientação, com a Professora Rosana Martinelli C. Freitas. O trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro, com uma abordagem mais geral e histórica das condições das PPNE. O Segundo, aborda a busca pela cidadania das PPNE, as formas e o papel da organização nesse processo. Enquanto o terceiro traz o cerne do trabalho, que é o atendimento em Florianópolis e os convênios. E finaliza com considerações finais, que expressa os resultados, possibilidades e expectativas ao fim desse trabalho.

CAPÍTULO I

1.1. A condição das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais: uma abordagem histórica.

Para compreender a questão das PPNE na atualidade, é preciso fazer uma retrospectiva sobre sua condição ao longo dos tempos e a relação com cada momento. Inicialmente, realizará uma recuperação desse aprofundamento em nível mundial, para a seguir, abordar esta questão no contexto brasileiro.

Na Antiguidade Grega, a cultura da perfeição influenciava os mais diferentes meios sociais: da arte à ciência, do discurso político ao culto ao corpo. Principalmente em Esparta, a estrutura social era embasada em referenciais bélicos, que excluía e considerava sub-humano, qualquer tipo de diferença visível (ALVES et al 1997, PESSOTI, 1984). Nesse período a exclusão chegava a níveis absurdos, as crianças nascidas com alguma característica “fora do normal” eram jogadas do Monte Tayetos (ANDRADE, 2003).

Na Europa Medieval, a cultura cristã passa a orientar a organização social. Os governos e leis, assim como os costumes e crenças em geral, eram definidos pela Igreja Católica, sempre com o discurso dicotômico de bem e mal, que tratava as PPNE como amaldiçoados. Sua única função seria de bobo da corte. (ALVES et al, 1997)

No Feudalismo, ainda sem a presença de um Estado formulador de políticas e sob uma ótica de caridade, os senhores de terras mantinham casas de assistência para doentes e pessoas portadoras de deficiência. Ambos os casos eram considerados castigos divinos, mas dignos de pena. (FONSECA, 2003). Com o advento da Inquisição, todos que fugiam dos padrões políticos, culturais e até físicos eram considerados hereges e possuídos pelo demônio, devendo ser sacrificados. Nesse contexto foram assassinados mendigos, mulheres curandeiras, loucos, pessoas portadoras de deficiência física e mental, entre outros.

No fim do período Medieval, a própria Igreja muda seus conceitos, deixando de perseguir e assassinar as pessoas portadoras de deficiência para acolhe-las em conventos e asilos. Conduto permanece as características excludentes do atendimento, pois essas pessoas eram isoladas e escondidas com o estigma de inúteis e incomodas (ALVES et al, 1997).

Vem então o período Renascentista, no qual a efervescência de conceitos científicos, faz crescer a valorização do homem e sua capacidade de superação. A visão absolutista e

arbitrária da Igreja cede lugar a chamada cultura humanista, originando estudos sobre reabilitação física e as possibilidades das PPNE. Nesse período há um crescimento considerável da integração e da aceitação dessas pessoas, inclusive com a promulgação de leis em prol do segmento. Elas ainda carregam um certo estigma de inferiores, mas não há como negar que sua condição melhorou.

Em alguns países, como na França por exemplo, são criadas instituições para abrigar e atender doentes e PPNE, sustentadas pela burguesia (CARMO, 1994).

Com o desenvolvimento das cidades, do mercado e do Sistema Capitalista, os industriais passam a ser donos dos meios de produção e decisão. A Igreja passa a prestar assistência com a função de adaptação às condições de trabalho. Da mesma forma o Estado, prestava assistência de forma arbitrária, proporcionando apenas condições para manutenção da produção. Os capazes (no conceito dos patrões) para o trabalho eram considerados cidadãos, os demais eram açoitados.

Não havia política social no Capitalismo Concorrencial. Segundo Malthus, citado por Faleiros (1980)¹¹, tal prática era vista como estímulo à vagabundagem. Além disso, a pobreza e as condições de vida de cada indivíduo eram consideradas responsabilidade dele. Os únicos direitos de todos eram a venda da força de trabalho e o consumo, todavia, ninguém (o Estado, a Igreja ou o Mercado) era responsável por criar condições para tal. Sendo assim, os velhos, portadores de deficiência ou portador de doenças graves, recebiam somente o auxílio com caráter de caridade, oferecido pela Igreja, pois não eram considerados cidadãos. Fora dos padrões ideais para a produtividade, estavam mais suscetíveis a miséria, abandono e discriminação.

Com a taxa de lucro baixa, os capitalistas viram a necessidade de transformar o Sistema Concorrencial em Monopolista, o que ocorreu depois da Segunda Guerra. Os industriais tinham o monopólio do mercado, dos bens, das decisões e das riquezas.

No sistema capitalista a publicidade tem um papel fundamental, fazer com que as pessoas ampliem suas necessidades e seu conceito pessoal de felicidade, passando uma visão de que ela está no que pode ser comprado. Todos são iguais, pois todos podem vender sua força de trabalho e comprar mercadorias. Rawls 1974 (apud FALEIROS, 1980) considera a pobreza, fruto da incapacidade de poupar e da acomodação. O Estado de consenso determina o que são

¹¹FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Vicente de Paula. A política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1980. p.11

necessidades sociais, promove políticas assistencialistas para esvaziar possíveis movimentos contrários ao mercado. Nesse contexto, as PPNE e todos os segmentos considerados “improdutivos” dentro do padrão imposto, são classificados como doentes, responsáveis pela própria condição.

Nesse período foram inventados instrumentos para propiciar meios de trabalho e locomoção às PPNE, como por exemplo: cadeiras de rodas, bengalas, próteses, etc.

Mas segundo Polantz 1974 (apud FALEIROS)¹², o Estado não é um simples regulador produtivo, é uma relação social dialética entre as forças produtivas e dos movimentos sociais. A criação dos seguros sociais, por exemplo: contribui para o funcionamento do capitalismo, já que possibilita o consumo de quem não tem condições de trabalho, ao mesmo tempo em que responde as pressões da classe trabalhadora. É bom ressaltar que a previdência é um direito contratual, não gratuito.

Contudo, para REIN 1970 (apud FALEIROS, 1980) seguindo a concepção liberal, o mercado é capaz de proporcionar a igualdade. O papel do Estado é de gestão de mão-de-obra, ele deve dar apoio às empresas para que possam produzir e apoio para que os trabalhadores possam consumir. Um bom exemplo são as políticas profissionalizantes, que preparam a mão-de-obra, ao mesmo tempo em que dão possibilidade para novas pessoas ingressarem no mercado de trabalho, reduzindo cobranças. O Estado tem caráter paternalista: implementa políticas assistencialistas para os menos favorecidos e faz a propaganda como se fosse uma concessão, não um direito.

Segundo FALEIROS (1980)¹³, a política social tem funções variadas no capitalismo.

A primeira delas seria de persuasão. Os grupos atendidos são dados como culpados de sua situação e são forçados ideologicamente a produzirem, eximindo a responsabilidade da estrutura criada pelo sistema. Ao invés de usar a violência, o Estado utiliza o discurso das políticas sociais para manter o controle da população.

A segunda seria a manutenção da produção. O trabalhador “beneficiado” não se sente confortável nessa situação, pois o benefício é sempre menor que o salário, não é eterno, os critérios para sua aquisição se tornam cada vez mais restritos, além da pressão social que sofrem por não estarem trabalhando.

¹² *ibid.*, p.46

¹³ *ibid.*, p.55-71

A **terceira** seria de controle. Como as políticas públicas não resolvem as questões em sua plenitude, transforma seus usuários em dependentes, reproduzindo as desigualdades e mantendo essa parte da população em seu “devido lugar”.

A **última** seria uma função política. Para que ele se legitime é necessário que atenda às cobranças populares. Assim, ele propaga o discurso da igualdade e desmobiliza a oposição, sem mexer nas estruturas.

Baseado nessa ideologia funcional (principalmente da última função) e num movimento humanizante do pós-guerra, há proposições para a aquisição de direitos por parte das PPNE. Aos poucos o discurso assistencialista vai dando lugar a noção de direitos.

Em 1945 é criada a ONU, que três anos depois proclama a “Declaração dos Direitos do Homem”, que incluía entre outros, o direito de não ser discriminado.

Alguns anos depois, a mesma entidade proclama os “Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas” (1971), “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes” (1975) e o Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência (1981). A própria evolução da nomenclatura, mostra que no ocidente passa haver uma reflexão que proporcionará mudanças na forma de conceber, se relacionar e atender as PPNE. A partir daí são criados planos nacionais e internacionais de proteção dos direitos, assim como diversas iniciativas da sociedade civil a favor da integração do segmento. As minorias em geral vão sendo consideradas (e se consideram) de uma maneira menos estigmatizada, ou seja, nem melhor, nem pior, simplesmente pessoas.(AMARAL, 1994).

Em Genebra (1983), a Organização Internacional do Trabalho - OIT cria normas de convenção para reabilitação e emprego de Pessoas Portadoras de Deficiência -PPD, baseadas em recomendações anteriores (1955 e 1975), incluindo propostas de participação plena e igualdade para o grupo.

Na década de 90, os países desenvolvidos, principalmente europeus já implementam essas recomendações, fazendo alterações no sistema educacional, nas relações de trabalho, nos obstáculos arquitetônicos, na consciência coletiva, etc.

Nessa linha, faz-se em 1994, em Salamanca (Espanha), a ONU elabora a “Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial”, vislumbrando uma alteração completa nas relações, nas políticas e nos serviços relacionada à educação especial.

De uma forma geral a situação das PPNE no Brasil, seguiu em termos de discurso, a lógica mundial, sempre com o atraso cronológico presente na história do país. Entretanto, com referência à condição social, o Brasil fica muito atrás dos países europeus. Ainda estão presentes comportamentos discriminatórios e as políticas são limitadas e muitas vezes de caráter assistencialista. Na prática peca principalmente na questão do acesso aos direitos considerados fundamentais, como: educação, trabalho, políticas públicas em geral, etc.

Segundo CARMO (1994), os registros existentes de índios brasileiros portadores de deficiência, referem-se à vítimas de maus tratos e guerras. Acredita-se que as crianças nascidas com alguma diferença física eram sacrificadas pelos pais. No que diz respeito à grande quantidade de escravos portadores de deficiência física, também foram vítimas de maus tratos e de seu trabalho.

No período Colonial as pessoas portadoras de necessidades especiais, eram excluídas e consideradas responsabilidade de seus familiares. Sua condição estava atribuída castigo divino ou forças sobrenaturais, devido à falta de conhecimento científico. Considerando que a estrutura daquela sociedade rural, escravocrata e desescolarizada de então, não necessitava da mão de obra desse segmento populacional, nada era feito por ele (JANUZZI, 1985).

Com relação a ações do Estado direcionadas as PPNE, elas foram inexistentes no Brasil até 1854, quando a construção de três entidades foi efetivada por D. Pedro II no Rio de Janeiro: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria. Todavia, o atendimento era escasso, segregador e com mérito de caridade

Na primeira metade do século XX, já sobre fortes influências do sistema de produção capitalista foram criados, no Brasil, diversos asilos e escolas especiais, de natureza privada e assistencialista, para essas pessoas fora dos padrões de produção da época. A ciência voltava-se para a questão da Higiene Pública, a qual então se preocupava com "problemas básicos causadores de nossa degenerescência e taras" (JANUZZI, 1985, p. 33).

A primeira Constituição Federal (1824)¹⁴ do Brasil, não traz nenhuma referência as PPNE, tão pouco descreve com clareza quem é considerado cidadão, especificando apenas a questão da nacionalidade. Da mesma forma, não apresenta um capítulo para direitos sociais,

¹⁴ Os textos constitucionais foram retirados do site www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/

como educação, saúde, assistência, etc. No entanto traz o seguinte item “Art. 8. Suspende-se o exercício dos Direitos Políticos: I. Por incapacidade physical, ou moral”.

Apesar de não especificar os critérios de incapacidade, dá a impressão que as pessoas portadoras de deficiência física ou mental, estão privadas dos direitos políticos

A Constituição Federal de 1891, a primeira da República, ainda não trata da questão das PPNE, nem dos direitos sociais, mas mantém o item exposto acima. . O tratamento dado a esse segmento nesse período é de isolamento, como já foi descrito em parágrafos anteriores.

A Constituição Federal de 1934 é a primeira que tem um capítulo destinado à educação e cultura e considera “direito de todos e dever do Estado”. Também trouxe um capítulo para o social, trazendo avanços principalmente na questão do trabalho como o art.121,§1º: “a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;”. Porém nota-se, que não faz referência as PPNE.

A Constituição de 37, com seu caráter ditatorial, sob a justificativa de invasão do “mal comunista”, estabelecendo uma legislação específica do poder militar. No entanto a estrutura geral da lei se mantém, sendo a repressão estabelecida na prática, como forma de garantir a “democracia”. As PPNE permanecem legalmente ignoradas.

Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência- LBA, que foi uma entidade Estatal , responsável pela execução da política de assistência social, ainda que tivesse um caráter paternalista dos governos de Vargas, como fica exposto no seu primeiro nome (Legião Brasileira de *Caridade* Darcy Vargas) ou na frase “Pobre é coisa das mulheres que tem coração e não do governo que tem razão” (SPOSATI& FALCÃO, 1989). Outro detalhe que se observa com a criação da LBA é que as mulheres passam a ter uma função política oficial. Mas ainda é direcionada a atender um grupo seletivo da população: os pobres.

Surge também pela primeira vez, um movimento de integração entre Estado, Sociedade Civil e iniciativa privada na ação social, contrariando os discursos atuais como sendo uma coisa lançada nas décadas de 80, 90 e 00.

A primeira menção constitucional referente às pessoas portadoras de deficiência é uma Emenda (nº 1) à Constituição de 1967, sobre a “educação de excepcionais”:

Esse artigo é o primeiro passo para um avanço. No entanto a nomenclatura utilizada, ainda é estigmatizante, tendo em vista que o termo “excepcionais” adquiriu um sentido pejorativo em nossa cultura.

Depois, na Constituição Federal de 1969, classificou as PPNE como iguais perante a lei, sendo estas alterações expressão da necessidade do Estado legitimar-se. Tendo em vista que os pensamentos nacionais da época, que eram influenciados pela Europa e E.U.A, defendiam uma perspectiva integradora, não institucionalizante. A relação com as PPNE, deixa de ser de patologia. Aparecem algumas ações como a criação do grupo tarefa para educação especial no Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Até a década de 70, a legislação específica para o segmento ainda era escassa e esporádica. Em termos concretos, um grande avanço da República brasileira foi a criação do Centro Educacional de Educação Especial – CENESP (ARANHA,2000), direcionado a atender as pessoas portadoras de deficiência mental, em 1973.

Em 1977 a LBA passa a atender as PPNE (chamadas na época de excepcionais) no lugar do departamento de Medicina. Segundo SPOSATI& FALCÃO (1989), as pessoas atendidas pela entidade eram consideradas desajustadas, que deveriam ser estudados, analisados e cuja situação deveria ser minoradas.

No ano seguinte, 1978, a postura constitucional tem um avanço, com a Emenda nº 12, dando uma maior abrangência legal, como segue:

“É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica”.

especialmente mediante:

I – educação especial e gratuita;

II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;

III – proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV – possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.”(BRASIL,1978)

Da década de oitenta, com a transição democrática e o aumento dos movimentos organizados. Surgiram também movimentos específicos em prol das PPNE, incentivados pela tendência mundial e a instituição do Ano Internacional (1981), pela ONU. Esses movimentos buscavam um Estado de Direito, a ampliação da cidadania e de alterações na estrutura política, ajudando através de pressões, a aprovação em 1988, a chamada Constituição Cidadã.(CARMO,1994).

A Constituição brasileira de 1988 é revolucionária no sentido de legislação social, contudo foi a partir desta década que o Estado sob a influência do pensamento neoliberal e subordinando-se as exigências das agencias multinacionais de financiamento (Banco Mundial,

Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento entre outros) passou a transferir a responsabilidade dos serviços sociais e entre eles, o da assistência para o mercado, sociedade e a família. Passou igualmente a estimular a criação de ONGs bem como o voluntariado. Ao invés de investir na formulação e execução Políticas Sociais Públicas, incrementou os incentivos fiscais para as empresas que fazem alguma ação pelo social.

Hoje, o Ministério da Assistência Social e Promoção Social, criado recentemente pelo atual governos, deveria aprofundar o processo de centralização dos programas de assistência públicos visando dotar a Política de Assistência Social de uma organicidade, bem como evitar a fragmentação das ações e aperfeiçoar um sistema de acompanhamento e fiscalização. Com a ajuda da imprensa, o governo vai diminuindo cada vez mais sua demanda assistida, fazendo propagandas de programas, com discurso de melhoria social e solidariedade.

Por Exemplo, o Programa Bolsa Escola que dá 15 reais mensais para família que mantém o filho na escola. O programa tem o intuito de diminuir o trabalho infantil e fornecer renda para que a família tenha condições de comprar alimentos, proporcionando melhores condições para o aprendizado à criança. Porém, esse tipo de Programa não resolve a questão. Primeiro, por que o trabalho de uma criança pode render mais que 15 reais. Segundo, por que 15 reais não são suficientes para a comprar de alimentos necessários para nutrição mensal de uma criança. Terceiro, por que a própria ministra da Promoção e Assistência Social reconhece a necessidade de acompanhar este Projeto pois se tem uma avaliação do que é entregue mas não há um efetivo acompanhamento das crianças bolsista, um acompanhamento que permite saber se elas realmente estão freqüentando a escola. É necessário que seja feita juntamente com ações preventivas e de caráter abrangente como por exemplo uma Política de emprego.

Outro exemplo é o Programa Amigos da Escola¹⁵, que premia escolas e ações que visem a melhoria da qualidade de ensino. A propaganda passa a imagem de solidariedade, estimulando a ação privada e da Sociedade Civil na melhoria da educação. Não que elas não devam participar, mas esse tipo de Programa transfere a responsabilidade do Estado nas ações sociais.

A dívida externa do Brasil subiu de U\$ 148BI. em 1990 para U\$ 241BI. em 1999 (Almanaque Abril 2000-2001 apud GOMES, 2000), fazendo com que cada vez mais as Políticas Sociais do país sejam orientadas por acordos impostos por grupos econômicos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial e o Banco Interamericano de

¹⁵ Programa desenvolvido na área da educação pela rede globo, com o apoio do governo Federal.

Desenvolvimento - BID, que prevêem o pagamento dessa dívida externa a partir de redução do estado, por via de privatizações e cortes nas áreas sociais, através da substituição de políticas preventivas por programas fragmentados e seletivos (GOMES, 2000). A realidade é que, propõe-se a descentralização das políticas sociais, mas o que ocorre na prática, são políticas que resolvem muito pouco (STANISCI, 1999).

Na ótica Liberal, normal é quem pode trabalhar, produzir, consumir e se manter, sem necessitarem de nenhum auxílio. Logo, a legislação estereotipa e divide como anormais¹⁶, as pessoas que necessitam de algum atendimento específico.

1.2. A legislação direcionada às pessoas portadoras de necessidades especiais, a partir da constituição de 1988¹⁷

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988, a qual fundamenta todo corpo da legislação atual do país. Baseada em princípios de retomada da democracia, tem em seu texto proposições de um novo conceito de igualdade e justiça, diferente da prática liberal. Essa igualdade ultrapassaria os campos do direito de consumo e venda de mão-de-obra, para incluir a igualdade material, social e jurídica. Esses ideais vieram para ampliar os direitos existentes e recuperar os perdidos no período de governos ditatoriais.

Ter direitos iguais tem um significado de respeito às diferenças e necessidades de cada um, como dispõem os arts. 5º, 7º(XXXI) e 227º da Constituição Federal - CF (ANEXO A).

Como abordado anteriormente (Item 1.1), as Constituições ao longo do século XX, foram gradativamente, inserindo novos direitos de cunho socialista, como direitos trabalhistas, à educação, saúde, etc¹⁸. Porém, as legislações anteriores a C.F. de 1988, pouco trataram da questão das PPNE como sujeitos desses direitos. Foi na perspectiva de legitimação de um novo modelo político democrático, frente aos movimentos sociais, que aparecem referências legais direcionadas as minorias, incluindo enfim as PPNE num paradigma de direito.

¹⁶ Segundo o texto constitucional, deficiência é "toda perda ou anormalidade....que gere incapacidade para o desempenho de atividades....considerado normal para um ser humano".

¹⁷ A lista de leis, encontra-se no ANEXO A.

¹⁸ QUARESMA, Regina. Comentários À Legislação Constitucional Aplicável às Pessoas Portadoras de Deficiência. In: Revista Dialogo Jurídico, Nº 14, Salvador, 2002.

A Carta Magna de 1988 determinou como dever do Poder Público (todos os âmbitos): promover a integração, proteção e atendimento específico a esse segmento, conforme os art. 23º e 24º dessa Constituição, além dos art. 9º e 10º da Constituição do estado de Santa Catarina(89).

Essa integração viria esclarecida no art.208 (CF) , que dispõe como dever do Estado a garantia de educação para as PPNE, preferencialmente no ensino regular. O art. 227º da Constituição Federal e o art.141º da estadual, também trazem esse princípio, colocando o Estado como promotor da integração no sentido amplo da criança e adolescente portador de necessidades especiais, no que diz respeito à educação, saúde, trabalho, acesso e respeito.

O impasse é que o Estado cria uma legislação que possibilita a integração e barre a exclusão, contudo, parte da Sociedade não a cumpre, e parte não a cobra . A lei garante no art. 7º (XXXI) da C.F. : “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”, contudo a realidade¹⁹ mostra outra coisa. Por outro lado, as PPNE se omitem e não exigem seus direitos e quando entram na justiça, esbarram na morosidade do sistema legal brasileiro²⁰. Logo, ainda não se reconhece uma política de integração clara, resultante de um discurso social. Por exemplo: o texto constitucional diz: “o Estado promoverá....**criação** de programas de **prevenção** e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental”.

Vários projetos vêm sendo implementados , porém sua implementação caminha a passos lentos. Por exemplo, segundo a CORDE existe um projeto de acessibilidade que prevê ações como placas rebaixadas como identificação de ruas em Braille para os deficientes visuais e telefones públicos numa altura adequada para pessoas de deficiência física em cadeiras de rodas. Florianópolis está incluída nesse projeto, contudo, será que existe um número suficiente de telefones com tal característica ou ações direcionadas a questão das placas?

No caso de Santa Catarina, há a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE que representa um trabalho importante do atendimento Estatal, dando apoio a entidades que desenvolvem um trabalho de educação e inserção das PPNE. Porém, no Plano Municipal de Assistência Social, o único projeto que o segmento está incluso, é o de Apoio às entidades conveniadas. Há uma transferência das responsabilidades da formulação e execução de ações

¹⁹ Dados da OIT para o terceiro mundo: o salário das PPNE é em 80 % das vezes, menor que uma pessoa “normal” e a taxa de desemprego é duas ou três vezes maior proporcionalmente entre esse grupo.

²⁰ A justiça brasileira é famosa por demora nas decisões, mais ainda quando envolvem o Ministério Público, que é um dos setores mais “ocupados”.

voltadas às PPNE, para essas entidades de cunho privado. O papel do Governo no Social, toma uma forma de repassador de recursos. E sabe-se que os recursos destinados a essa área no Brasil estão cada vez mais escassos. Dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS destinados ao apoio aos portadores de necessidades especiais em 2000 e 2001, foram gastos de 15 a 20 Milhões de Reais a menos do que estava previsto no orçamento daqueles anos²¹.

No que diz respeito à educação e acessibilidade, foram determinados os art. 244º da Constituição Federal, 141º e 163º da Constituição Estadual, bem como as leis nº 9.131/95, 9.394/96 e o D.L. Nº 2.306/97, assim como a lei estadual nº 11.869/01, direcionadas a estimular e fiscalizar a construção de infra-estrutura própria para atender os estudantes portadores de necessidades especiais.

As leis asseguram modificação e adequação dos obstáculos arquitetônicos, no entanto o Estado ainda aprova a construção de edifícios e escolas sem tal estrutura. A iniciativa privada algumas vezes, por defender a inclusão das PPNE ou por marketing, constrói estabelecimentos com condições físicas de atender esse segmento. Em Florianópolis a Escola Anabá (em construção), o Shopping Beiramar são exemplos. No entanto, repartições públicas, muitas vezes não possuem a estrutura que permita a inclusão. Podemos tirar como exemplo a UFSC, cujas construções e/ou reformas não tem contemplado, em sua totalidade, mudanças visando possibilitar ao acesso das Pessoas Portadoras de Deficiência Física –PPDF. Alunos que estudam em andares superiores, encontram dificuldades, posto que, não há rampa (exceto na biblioteca), elevador ou qualquer tipo de contribuição. Outra limitação desse ponto, é que a lei só obriga que locais de acesso públicos tenham uma infraestrutura, desconsiderando que as PPDF também utilizam meios privados, como por exemplo condomínios

No art.203º e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) aparece a questão da assistência social voltada às PPNE. Aqui ocorre de novo uma incoerência entre o que se estabelece entre princípios, objetivos e o que efetivamente acontece. Como no caso do artigo citado: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; ”

²¹ ROCHA, Paulo Eduardo. Implicações da política econômica na Seguridade Social e na Assistência Social no governo FHC. 2001. Disponível na internet no endereço http://www.worldbank.org/wbi/attackingpoverty/programs/apcourse5_rocha.doc

No caso de Florianópolis, o sistema de atendimento para as PPNE é composto quase somente por ONGs e entidades privadas. O que existe no sistema público, é a reabilitação feita no hospital infantil, que apesar de incluir atividades esportivas, educativas e psicopedagógicas, ainda tem características integradoras limitadas. Poderiam ser desenvolvidas atividades externas ou que vise a reabilitação no contexto cotidiano.

Como as PPNE vão se “integrar a vida comunitária” se o sistema estatal de reabilitação as trata de forma isolada, em um local que parece um hospital ?

A questão do trabalho e emprego (desemprego) no mundo atual é a que gera mais discussões e exige mais reflexões, já que o trabalho é o cerne na dignidade do discurso (neo)liberal. A Constituição Federal (88) e Estadual (89) tiveram a preocupação de incluir tópicos (art 7º e 37º; art. 21^{o22}) a respeito das PPNE, proibindo qualquer forma de discriminação na admissão e reservando vagas em cargos públicos. Em 1991, foram criadas as leis 8.212 e 8.213, que dispõem, respectivamente, sobre o estímulo do Estado as empresas que utilizarem funcionários portadores de necessidades especiais e a obrigatoriedade das empresas, na contratação de PPNE. Não pode-se negar que foi um grande avanço, tendo em vista que a sociedade capitalista estigmatiza as pessoas que estão fora do mercado de trabalho, bem como, a este segmento. Mas tem-se que considerar que a obrigatoriedade de contratação, não significa que as PPNE serão respeitadas. Há indícios de empresas contratam essas pessoas por pura obrigação e colocam esses funcionários em cargos marginais. Vale ainda fazer observações sobre algumas legislações mais específicas. A Lei nº 11.869/01 do estado de Santa Catarina reconhece oficialmente a LIBRAS:

“Art.1º Ficam reconhecidos oficialmente, no Estado de Santa Catarina, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.” (SANTA CATARINA, 2001)
Mas não dá condições e recomendações para profissionais da área de ensino.

A lei estadual nº 9970/95, que dispõe sobre o Programa Catarinense de Preparação da PPD para o mercado de Trabalho, é outra lei que desresponsabiliza o Estado da execução de políticas. O Art. 2º coloca:

“Art. 2º Para a consecução do disposto no artigo anterior, o Estado de Santa Catarina, através do chefe do Poder Executivo, firmará convênios com organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, com o objetivo de possibilitar que a pessoa portadora de deficiência contratada pela respectiva

²² ver ANEXO A

entidade venha a desenvolver suas funções junto aos órgãos e entidades da administração pública.

Parágrafo único. A pessoa portadora de deficiência a que se refere o "caput" deste artigo será admitida, assalariada e subordinada às entidades não-governamentais conveniadas."

O que na prática, é a transferência da responsabilidade para entidades privadas²³.

Uma lei cuja efetivação já é possível observar é a nº 10.048/00 (ANEXO A), que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo, a reserva de assentos para os PPDF, bem como a prioridade no atendimento.

Há leis que possibilitam um conceito mais amplo de inclusão, como a lei estadual (SC) nº 5328/77, que mantém a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE. Essa instituição desenvolve projetos de pesquisa, prevenção e atendimento na área das Necessidades Especiais.

No âmbito municipal apresentaria a lei nº 5.189/97, que regulamenta o acesso e a permanência de cães-guia em locais em meios públicos.

A questão do esporte para deficientes é uma porta de integração que está se abrindo cada vez mais no mundo e no Brasil, sob forte influência Européia, recebendo o apoio do dos Comitês Olímpico Internacional e Brasileiro e patrocinada pelo governo e pela iniciativa privada.

Finalizando a reflexão, não poderiam ficar de fora as legislações que representam os maiores avanços direcionados às PPNE, que são: a lei nº 7.583/89, os D.L. 3298/99 e 3076/99(ANEXO A) e a portaria nº 537 do Ministério do Estado da Justiça. Essas três moldam uma estrutura legal de uma política abrangente voltada ao segmento. A primeira dispõe sobre a integração social e sobre a Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui os direitos gerais das PPNE, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, entre outros. A segunda dispõe sobre a Política Nacional para Integração e o CONADE. E as duas últimas, dispõem sobre a criação, funcionamento e composição do CONADE.

A principal vitória dessas leis é o surgimento de um órgão representativo e deliberativo, o CONADE, que será o grande elo entre leis e sua implementação²⁴. Por outro lado, o texto das leis ainda usa um conceito que traz características discriminatórias, por exemplo, a descrição de deficiência como sendo: ".... toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou

²³ Os programas de inserção de PPNE no mercado de trabalho do estado de Santa Catarina, são executados pelas ONGs, conveniadas e não conveniadas ao governo.

²⁴ Será melhor explicado no capítulo 2.1. As Formas de organização das PPNE

função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”

Ou seja, ainda são considerados anormais e sub-humanos, não simplesmente diferentes, como deveria ser. O texto poderia ser mudado para algo como: “limitação de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere a necessidade de utilização de instrumentos e atendimento específico, para o desempenho de algumas atividades”

A história nacional mostra que as leis são criadas a partir de um jogo político entre o patronato e os movimentos sociais. Como o Estado representa os interesses mercadológicos, dissemina uma cultura de concessão, ao mesmo tempo que se legitima. É uma função da Sociedade civil e dos órgãos representativos das minorias disseminar a cultura inversa. Cabe a cada membro da sociedade conhecer as leis, fazer uso delas e cobrar do Estado sua execução. No caso das PPNE é importante que organizem-se, mantenham ativo o CONADE e acione o Ministério Público no caso de desrespeito a legislação.

1.3. A Política Nacional atual para Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

A Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de deficiência é regulamentada pelo Decreto lei nº 3298/99 (Anexo A). Segundo a lei, o Estado tem a responsabilidade (e é o princípio básico desta lei) de garantir a plena cidadania, por meio de instrumentos legais e operacionais, para as PPNE, através do acesso aos direitos fundamentais como: saúde, educação, trabalho, transporte, lazer, assistência social, etc.

A Política visa uma ação conjunta e integrada do Estado e Sociedade Civil, ou seja de entidades públicas e privadas, em prol dessa integração. Para isso, os Governos, sendo os responsáveis pela implementação de políticas, teve tomar iniciativa na direção da inclusão das PPNE nos direitos, assim como na formulação dessas políticas. Tais ações devem vislumbrar o atendimento voltado à independência econômica e social do grupo, sem usar de políticas de caráter assistencialista.

A Política tem como objetivo o desenvolvimento e efetivação de programas e projetos que busquem o ingresso e o acesso das PPNE em todos os meios sociais, o atendimento

especializado e preventivo, a integração de todas as áreas do Governo e da Sociedade para eliminação das causas das “deficiências” e da exclusão.

Para o alcance de tais objetivos, o trabalho articulado entre o Estado (três esferas) e Sociedade deve ser não um objetivo, mas um instrumento dessa política. Além da formação de recursos humanos, da fiscalização para aplicação das leis específicas e o incentivo para o desenvolvimento tecnológico e biomédico (e importação de equipamentos já desenvolvidos) direcionados a atender as PPNE.

A administração dessas políticas é uma incumbência do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE (com possibilidade de serem estabelecidas entidades estaduais e municipais), com as características que serão descritas decorrer do trabalho.

No entanto a Coordenação compete a Secretária dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça), através do órgão chamado Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

A CORDE elabora, acompanha e orienta a execução de projetos e programas (inclusive os relacionados a recursos e legislações), incluindo a opinião de entidades especializadas, da Administração Pública dentro da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Além de articular-se com as esferas estaduais e municipais e com o Ministério Público, para unificar ações em prol das PPNE. Nesse último especificamente, nos casos que se fizerem necessárias uma ação civil, como determina a lei nº 7853/89 (ANEXO A).

A CORDE tem ainda, a competência de opinar sobre as parcerias relativas a Política Nacional, firmadas por outros órgãos da Administração Pública. Bem como deve promover e incentivar a divulgação das questões que envolvem a PPNE.

A Política Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, como dispõe o Decreto lei nº 3298 (ANEXO A), prevê a equiparação de oportunidades como função direta e indireta da Poder Público Federal, devendo incluir: a reabilitação integral, formação e qualificação profissional, inclusão na Rede regular ou/e Especial (se for necessário) de Ensino, além da promoção individual, familiar e social. Dentro dessa equiparação estão direitos à saúde preventiva e curativa, educação regular e especial, habilitação e reabilitação profissional, acesso ao trabalho, cultura, lazer, turismo e desporto. O poder Público será responsável também pela

eliminação de barreiras arquitetônicas e sociais para o acesso aos serviços públicos, como transporte e edifícios, através de adaptação e criação de condições.

O último Plano Plurianual do Governo Federal, de 2000-2003 (CORDE,2000), através do Programa de “Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência”, prevê apoio financeiro a projetos voltados ao atendimento dessas pessoas. A CORDE, como coordenadora, estabeleceu diretrizes de execução da Política Nacional para Integração e a orientação para o financiamento. São elas:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais;
- Implantação de Conselhos de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em estados e municípios
- Estudos e pesquisas voltados para a área do portador de deficiência
- Sistema Nacional de Informação Sobre Deficiência – SICORDE
- Capacitação de recursos humanos para a atenção e defesa dos direitos da pessoa

portadora de deficiência

- Edição e distribuição de documentos e informações na área da deficiência
- Eventos sobre os direitos de cidadania da pessoa portadora de deficiência (conforme site da entidade, www.mj.gov.br/sedh/dpdh/corde)

Segundo a página na Internet da Presidência da República (www.presidencia.gov.br)²⁵, foram atendidas pelo Programa em 2001, em torno de 147 mil PPNE, através de 2033 entidades (as entidades a serem caracterizadas no próximo capítulo, fazem parte desse grupo) de aproximadamente mil municípios, que receberam um total de 80,4 milhões de reais por fazerem parte da Rede de Prestação de Serviços da Ação Continuada.

Um programa desenvolvido pela CORDE é o “Acessibilidade: projeto cidade para todos” que visa em parceria com os Governos dos estados dos municípios, combater as barreiras arquitetônicas e ambientais. Para isso, deve ser feito:

- *Adaptação de transportes coletivos;*
- *Aplicação de normas contra a construção de barreiras arquitetônicas;*
- *Identificação de nome de logradouros públicos em placas rebaixadas em Braille, bem como nos elevadores de edifícios de uso público;*

- *Implantação de sinal sonoro nos semáforos para uso do portador de deficiência visual;*
- *Telefones públicos de altura adequada ao uso do portador de deficiência física em cadeira de rodas;*
- *Adaptação do uso de serviços de comunicação para pessoas surdas e*
- *Outros.* (CORDE, site www.mj.gov.br/sedh/dpdlh/corde)

Segundo a CORDE (site oficial, www.mj.gov.br/sedh/dpdlh/corde), há diversas cidades incluídas nesse Programa inclusive Florianópolis.

Outro Programa da CORDE é a “Geração de Informações e Difusão de Conhecimentos, que consiste na publicação de títulos na área da PPNE, implantação de Postos regionais do SICORDE e apoio à pesquisas, investigação e divulgação de aquisições científicas.

A CORDE propõe ainda, o desenvolvimento institucional para implantação de Políticas, a partir do apoio à eventos, capacitação de lideranças e técnicos relacionados às PPNE. Dentre os eventos apoiados, podem ser citados como exemplo, os realizados em Santa Catarina em 1998: “Curso de Formação de Dirigentes de Entidades de Cegos (Florianópolis) e o “VIII Congresso Estadual das APAEs” (Jaraguá do Sul).

Na área da difusão e informação, conta com o Sistema de Informação (SICORDE), que será descrito posteriormente, além dos estudos censitários, que são realizados juntamente com o IPEA e com base nos dados e de uma página na Internet com informações sobre legislação, políticas, projetos, textos, notícias e outras, na área das PPNE ou portadores de deficiência, como chamam.

A CORDE compõe câmaras para discutir e buscar avanços em assuntos pertinentes às PPNE, como por exemplo a “Câmara Técnica para Fortalecimento Institucional (Área da Deficiência Mental)”, realizada em 1996. Além de publicar trabalhos técnicos como : “A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência, de Luiz Alberto David Araújo (2001).

Enfim, a CORDE é o órgão governamental, no âmbito federal, responsável pela execução das políticas relativas às PPNE, dispostas na lei nº 3298/99.

O próximo capítulo tratará da busca pela cidadania do segmento, bem como a importância da organização nesse processo.

²⁵ BRASIL. Plano Nacional de Atenção à Pessoa Portadora. Brasília, 2001. Disponível no site www.presidencia.gov.br. Acessado em 16/06/2003.

CAPÍTULO II

2.1. As Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e busca pela cidadania

Segundo a ONU e o IBGE²⁶ respectivamente, cerca de 10%(+/- 600Mi.) da população mundial e 14,5%(24,5 Mi.) da população brasileira é portador de algum tipo de necessidade especial física, sensorial ou mental. Esse número já é um número bem grande, se considerarmos que as questões que envolvem essas pessoas, também envolvem seus parentes e amigos (mais duas ou três pessoas em média), constata-se que não se trata de uma questão de “minoria”, como muitas vezes é vista pelo senso comum. A ONU, visando uma mudança conceitual e prática, da situação dessas pessoas, propõe a “equiparação de oportunidades”.

O discurso da cidadania encontra-se sempre na criação de documentos, proposições, leis e instituições voltadas a atender o segmento, pode-se citar a “Declaração de Salamanca” (internacional), a Constituição Federal de 1988 (nacional) e o “Fórum de debates para a Conquista da Cidadania Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais” em 1994 (estadual). Segundo DAGNINO (1994), o uso excessivo dos termos “cidadania” e “cidadão”, os tornaram banal, além disso não faz com que eles tenha um sentido prático.

Ao longo dos tempos, o termo foi utilizado para designar os sujeitos de direito, que nunca representou a totalidade das pessoas. Na Grécia antiga eram somente os homens (sexo masculino), devido à naturalidade e propriedade; no feudalismo os senhores feudais e os sacerdotes, devido ao “designo divino”. Com o aparecimento das cidades na Europa, surge o conceito burguês de cidadania. Todos eram iguais perante a lei, tinham direito, mesmo que as condições para o direito não existissem. Por exemplo, todos tinham o direito à propriedade, mesmo que fosse somente sua força de trabalho.

MARSHALL (1967) coloca que o conceito de cidadania, baseado no princípio da igualdade colocado nas legislações, foge a lógica capitalista, posto que esta já é por si, desigual. A aquisição da cidadania das PPNE torna-se um desafio maior, tendo em vista que sua condição é

²⁶ Dados da oficiais de 2000, retirados dos sites das duas entidades. Diponivel na internet: www.um.org e www.ibge.gov.br

anárquica do pronto de vista da produção. Em outras palavras, exige uma mudança na estrutura massificadora da produção capitalista.

A luta das PPNE pela cidadania, consiste na aceitação ao corpo (físico e intelectual). Este toma então um enfoque além do biológico, o político. FOUCAULT (1979; apud, SEMAJ, 2003), faz uma observação pertinente sobre isso:

"O domínio, a consciência de seu próprio corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo...tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo, através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio (...) O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo...Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a idéia da união livre ou do aborto.." (FOUCAULT, 1979)

Essas pessoas utilizam seu corpo como instrumento político, que foge dos padrões do capitalismo, rompe com a cultura de perfeição do corpo, além de superar a visão de inutilidade imposta pelo sistema produtivo, criando um espaço próprio de manifestação.

Segundo VYGOTSKI (1989), são nas relações sociais que o ser humano desenvolve-se e torna-se um sujeito social. Ou seja, ele torna-se um cidadão somente quando seus direitos são visualizados no dia-a-dia e na interação com o próximo, quando papéis e discursos tornam-se parte da consciência coletiva. Se muitas vezes é passado às PPNE, uma caracterização de coitado e incapaz para decisões, elas mesmas se excluem da capacidade de efetuar obrigações ou lutar por direitos. Em outras vezes é passada a imagem de superação máxima, se consideram capazes de se adaptar uma estrutura social que não atende suas necessidades. As limitações somente aparecem na relação com a diferença, já que numa interação de dois surdos, por exemplo, essa característica é comum aos sujeitos.

A ideologia neoliberal presente no Brasil, usa um discurso social para legitimar-se, no qual considera todos os indivíduos, cidadãos de direitos. Porém, o desenvolvimento de estrutura política baseada nesse ideal, intensificou as questões sociais, dificultou o acesso aos direitos sociais e reduziu as políticas (e o orçamento) voltada para essa área. A partir do governo de Collor as regras mercadológicas cada vez mais, passam a orientar as decisões do governo. Realizam-se privatizações, 48 no total (75% no Governo FHC), com discurso de que as verbas serão aplicadas no social (Gomes, 2000). Porém, os números mostram que o social só piorou do governo Collor até os dias de hoje, a taxa de desemprego, que é um termômetro social de um país, subiu de cerca de 12%, de 9% em 1989 para 21% em 2003 (DIEESE, apud COVER 2003).

Além de terem gerado desemprego, as privatizações foram um péssimo negócio do ponto de vista econômico, pois sua arrecadação potencial das empresas é muitas vezes maior que o preço pelo qual ela foi vendida. Ou seja, as leis continuam existindo, contudo as políticas sociais dos últimos governos brasileiros, têm sido cada vez mais restritivas.

Ao mesmo tempo, e de certa forma por consequência, essa crise social fez com que grupos sociais se organizassem para lutar por seus direitos e buscassem sua cidadania. Como frutos dessa organização, tem-se algumas vitórias, apesar de simbólicas, como a vitória de Marta Suplicy e Bertrand Delanoë (Mulheres e de partidos de esquerda) nas eleições para prefeituras de duas importantes cidades do mundo, São Paulo e Paris. Elas representam nesse quadro desfavorável socialmente, mudanças culturais. Já que as mulheres foram ao longo da história, consideradas incapazes de exercer política. Apesar do acesso a direitos estar limitado, há campos de discussões se abrindo e tornando os conflitos sociais mais visíveis.

O desenvolvimento da cidadania das PPNE no país, está relacionada com a participação direta do segmento. Em outras épocas, as questões que envolviam as PPNE eram analisadas e representadas indiretamente, por intermédio de grupos (Igreja, Médicos, Psicólogos) que não tinham a percepção completa das necessidades, limitações e desejos dessas pessoas. Observa-se que na medida que há uma organização e representação das próprias PPNE, os paradigmas mudam consideravelmente²⁷, posto que, somente elas sabem com clareza de sua condição. Passam então, a serem agentes da disseminação de um discurso próprio em defesa de seus direitos. Sem a ideologia isoladora e caridosa da Igreja, tão pouco, sob a ótica patologista e de objeto de estudo dos Médicos e Psicólogos.

O grupo luta pela ampliação de políticas concretas, já que na atualidade, ele torna-se mais visível devido essa organização. Ou seja, as PPNE já são mais cidadãs, pois são sujeitos de sua própria história, na busca pela transformação. Fator fundamental e desencadeador da cidadania no sentido de direitos efetivos, já que a estrutura sócio-política é resultado da relação dialética das classes dominantes e dos movimentos sociais, como propõe o marxismo. Por isso, torna-se um desafio para o segmento, a conquista de espaços políticos, como ocorreu com os trabalhadores e as mulheres.

²⁷ Esse desenvolvimento está descrito no capítulo "1.1. A condição das PPNE- uma abordagem histórica e um paralelo com a política social."

Em termos práticos, os direitos das PPNE e das pessoas consideradas normais, são os mesmos, todavia, para que os primeiros pratiquem esses direitos, são necessárias medidas específicas. Por exemplo, para que o *direito de ir e vir* seja satisfeito, dependeria de condições arquitetônicas (falando das PPDF). Sendo assim, muitas vezes seus direitos são vistos como filantropia pela Sociedade Civil e como concessão pelo Estado. Por isso é necessário que haja uma participação de todos para que haja mudanças na forma de apreender tal situação.

FREI BETTO (1996) explica de forma interessante o significado de cidadania:

“Cabeça, tronco e membros: se tem isso, trata-se de um animal. Se pensa, fala e opta, um animal racional. Se não joga papel no chão, respeita o pedestre enquanto dirige, pede nota fiscal no comércio e exige seus direitos previstos em lei, um cidadão”.

Ele coloca ainda que cidadania é uma construção coletiva, contemplando democracia, soberania e solidariedade. Ou seja, ser cidadão não consiste na luta por direitos individuais ou grupais, mas na melhoria da dignidade dos todos indivíduos. É nesse movimento que devem ser criadas escolas, empresas, transportes adaptados e “meios de cidadania” que inclua as PPNE economicamente (proporcionando condições de trabalho para elas), socialmente (respeitando suas limitações e acreditando em sua capacidade, além de criar possibilidades para o convívio social) e político (criando novos espaços, no sentido amplo da palavra, de representação).

É bom ressaltar que nos direitos do cidadão, inclusive como dispõe a Constituição Federal, está o lazer e o esporte. Diversos direitos das PPNE são postos em discussão por grupos políticos e defensores da causa, porém estes, ficam por vezes esquecidos, como se o segmento (mais especificamente os portadores de deficiência mental ou física grave) não tivesse sentimentos ou a capacidade de escolher o que gosta. Outra questão que merece ser lembrada no filme “Os idiotas” e trazida aqui, é a sexualidade. Para que as pessoas “normais” tenham uma vida sexual sadia, é necessário que haja informação. Ao considerar as PPNE, isso é de relevância ainda maior. Em primeiro lugar, a informação para os “não-deficientes”, no sentido de desmistificar a incapacidade do grupo para tal e em segundo lugar a informação direcionada às PPNE (principalmente as portadoras de deficiência mental), evitando a insatisfação e o abuso. Não há como negar que sua condição traga um fator a mais de complexidade nas relações, no entanto, o maior obstáculo está no estigma criado socialmente.

Com base em colocações de VYGOTSKI (1995), a educação no sentido de aprendizado, tem dupla função no contexto da *cidadanização*²⁸, o primeiro é o de alimentar a auto-estima das PPNE e a segunda é contribuir diretamente para a integração direta dessas pessoas. É bom ressaltar, contudo, que para ter esses resultados, os educadores e as instituições tem de ter um enfoque na valorização social e aceitação da diferença. A ampliação da cidadania das PPNE vai além de uma questão jurídico-assistencial ou política proposta muitas vezes pela esquerda, tão pouco uma questão de caridade e filantropia, defendida pela direita, ela é inicialmente uma questão cultural (SEMAJ, 2003). Nesse ponto, há culturas asiáticas (como a indiana, por exemplo) que estão muito avançadas que as ocidentais, já que lá o corpo e a matéria significam muito pouco perto do fator espiritual²⁹.

Outra grande possibilidade de ampliação da cidadania das PPNE é o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que vem descobrindo diversas formas de prevenção e de ampliação da qualidade de vida dessas pessoas. Existem hoje, cadeiras de rodas que erguem um paraplégico, deixando-o em pé; softwares para portadores de paralisia cerebral, com teclados virtuais; Computadores que funcionam por voz, para cegos; entre outros. O problema é que grande parte das descobertas direcionadas a atender as PPNE, só chegam a uma mínima parcela dessa população, posto que tais utensílios são muito caros, excluindo as maioria dessas pessoas.

Ser cidadão na sociedade brasileira atual é primeiro de tudo, ter consciência de que ainda não somos um país igualitário na prática, que muitos ainda são excluídos e que devemos buscar, como propõe Frei Betto, um país mais justo para todos. O exercício de cidadania consiste na luta pela inclusão social das PPNE como parte de “todos”, ao invés da “inclusão segregada”. Devem ser feitos banheiros que atendam todos e não banheiros diferentes: um para os “normais”, outro para os “deficientes”; devem ser feitas escolas preparadas para todos e não escolas diferentes: uma para os “normais” outra para os “incapazes” e assim por diante

Outro foco primordial da busca pela cidadania das PPNE é identificar as causas geradoras e atuar na prevenção³⁰.

²⁸ Grifo próprio. O neologismo utilizado refere-se ao movimento social pela cidadania.

²⁹ Isso não significa que não existam outras formas exclusão naquele país.

³⁰ As causas e a questão da prevenção serão abordadas no capítulo 3.3.2.

2.2. A organização e difusão do movimento das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no Brasil.

A principal forma de organização das PPNE, se dá através de associações, ONGs e entidades em geral. A maioria dessas entidades teve sua origem, a partir de uma iniciativa de familiares, amigos e das próprias PPNE, como é o caso das quatro entidades analisadas nessa monografia (APAE, IATEL, Sociedade Vida e Movimento e ACIC), da Sociedade para Reabilitação e Reintegração do Incapacitado – SORRI-Brasil (criada por ex-pacientes de hanseníase) ou do Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência – CEDIPOD (criado por pessoas portadoras de necessidades especiais físicas). Através de parcerias, convênios e divulgação, foram ganhando força e espaço, algumas até a nível nacional, como é o caso da APAE, a Associação de Pais e Amigos de pessoas portadoras de deficiência dos funcionários do Banco do Brasil – APABB, a SORRI, entre outras.

Essas entidades têm um papel político na Sociedade, pois além de atenderem um grupo de pessoas historicamente excluído e discriminado³¹, divulgam a questão, buscam a ampliação de cidadania das PPNE e ajudam o Brasil a se tornar uma sociedade mais justa e igualitária.

Os eventos também são uma estratégia que se faz presente na organização das PPNE, pois neles, as questões que envolvem o grupo podem ser discutidas e levadas a outros setores da sociedade, assim como as ações e entidades que trabalham em prol do segmento, podem divulgar suas realizações. Ambos os fatores ampliam a possibilidade do surgimento de novos parceiros (pessoas da Sociedade em geral e entidades) na luta pelos direitos, no atendimento e na prevenção das Necessidades Especiais.

Fora, que os eventos unem as pessoas fisicamente, ou seja, as pessoas envolvidas superam a união ideológica e o contato virtual, há um contato direto entre elas, possibilitando a formalização dessa união. Por exemplo, a ONU e a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO defendem os direitos humanos e da educação, mas foi num evento, a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade”, realizada em 1994, em Salamanca (Espanha), que foi discutida a fundo a questão da

³¹ Já exposto no Capítulo I

educação das PPNE. A partir da Conferência, foi criado um documento de recomendação internacional para ações direcionadas a esse assunto, a “Declaração de Salamanca”.

Os eventos contribuem, indiscutivelmente, para a ampliação da visibilidade das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e suas questões. A visibilidade pode vir de diferentes formas: seja na perspectiva dos direitos, como na Conferência citada anteriormente, ou no viés do respeito e solidariedade, como na Feira da Esperança organizada pelas APAEs. Os eventos podem gerar a integração e inclusão propriamente ditas, como os Jogos Paradesportivos (preparação para paraolimpíada de Atenas), promovido por uma entidade que também pode ser citada como resultado do movimento organizado das PPNE, a Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). Os eventos divulgam ainda, a importância da prevenção³², para evitar futuras deficiências, como o Seminário de perinatologia e saúde infantil, organizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Algo que foi determinante para o crescimento da organização do movimento das PPNE, foi o advento da internet, que permite a comunicação e divulgação rápida, gratuita e global de organizações direcionadas ao segmento, dos direitos, de notícias, das políticas, eventos, entre outros.

A própria construção dessa monografia, como exposto na Apresentação, utilizou muitas informações contidas no mais abrangente dos meios de comunicação, a internet.

Dentre as páginas da internet voltadas ao segmento, algumas merecem destaque, por representarem entidades importantes para o movimento das PPNE ou/e por disponibilizarem uma ampla gama de informações. Na verdade, muitas entidades são praticamente virtuais, pois seu trabalho consiste em sistematizar e disponibilizar informações na rede.

A Primeira, seria a página do CEDIPOD (www.cedipod.org.br), que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, criada em 1990. Ele desenvolve um trabalho de coleta, organização e divulgação de informações sobre os portadores de deficiência, direcionada às entidades congêneres e Sociedade em geral, executando assim, uma ação conscientizadora.

As principais informações a serem encontradas no site, são leis Federais e Estaduais (estado de São Paulo), documentos internacionais voltados as PPNE, assim como notícias, livros, serviços, produtos e divulgação de eventos e entidades.

³² A questão da importância da prevenção será abordada com mais detalhes no capítulo 3.3.

A página tem tradução para espanhol, francês e inglês, o que permite o acesso e contato com pessoas de diversos países.

Outra entidade informativa, existente na Rede é o Sistema de Informação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – SICORDE (www.mj.gov.br/sedh/dpdh/corde/sicorde), que é o órgão responsável pela gestão de políticas voltadas as Pessoas Portadoras de “Deficiência”, que faz parte da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos - SEDH, do Ministério da Justiça. O SICORDE tem o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU e da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, Ministério das Relações Exteriores.

O SICORDE tem a proposta de disponibilizar dados sobre as PPNE, para o uso de entidades do Governo ou ONGs, nacionais e estrangeiras, estudantes e principalmente, pessoas do próprio segmento. Ela proporciona a aquisição da legislação (leis, projetos e propostas legislativas) voltada às PPNE, das entidades que atendem o segmento, a nível nacional e estadual, bem como publicações das câmaras técnicas e artigos editados pela CORDE, de eventos, etc.

A Sorri Brasil é mais uma entidade que conta com uma página da Internet, que disponibiliza uma ampla rede de informações dirigidas às PPNE(e afins), é a Entre Amigos (entreamigos.com.br). Aqui encontram-se legislações, textos, documentos internacionais, fórum de discussão, mural eletrônico de divulgação de eventos, notícias, dicas de bons filmes e livros que tratam a questão, etc. Os trabalhos desse site objetivam, a ampliação das oportunidades das PPNE e a construção de uma sociedade para todos.

Outra entidade congênere é o REDE SACI (www.saci.org.br), coordenada pela Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da Universidade de São Paulo (CECAE-USP), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Amankay Instituto de Estudos e Pesquisa, e do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE-UFRJ). Conta com o apoio da Fundação Telefônica e da Vitae. Sendo mais uma entidade/site de difusão do movimento (entidades, notícias, eventos, etc) das PPNE

Como pode-se notar, a rede de organização e difusão do movimento das PPNE é formada basicamente por entidades, páginas na internet e eventos, que na maior parte das vezes se complementam, por isso a definição de confunde. Em outras palavras: há entidades que

internet e eventos, assim como há páginas que são a entidade e organizam eventos e ainda existem eventos que são divulgados em uma página e se tornam entidades.

O processo brasileiro de redemocratização pós 1988, permitiu que os movimentos sociais voltassem se expressar politicamente. Essa liberdade de expressão fez com que os movimentos pudessem divulgar seus ideais e exigir direitos e responsabilizando-se pelo seu cumprimento, o que foi essencial para fortalece-los. Além da liberdade política desse novo contexto, os novos paradigmas de direitos sociais da C.F.(de certa forma consequência dessa pressão política), também contribuem para a organização das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Pois, nesse novo paradigma, surge o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE (e os respectivos Conselhos Estaduais).

2.2.1. O CONADE e o CONEDE.

O CONADE é um órgão integrante do Ministério da Justiça, com função de deliberação superior colegiada, criado a partir da Medida Provisória Nº 1799-6/99. Ele tem formação paritária, ou seja, 50% dos membros são representantes governamentais e 50% representantes de entidades não governamentais, que atendem as PPNE, escolhidos com critérios determinados pelo Ministro da Justiça, da seguinte forma (Portaria nº 537/99):

- 1 Representante do Ministério da Justiça (presidente do CONADE);
- 1 Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- 1 Representante do Ministério das Comunicações;
- 1 Representante do Ministério da Cultura;
- 1 Representante do Ministério do Esporte e Turismo;
- 1 Representante do Ministério da Educação;
- 1 Representante do Ministério da Previdência e Assistência Social;
- 1 Representante do Ministério da Saúde;
- 1 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 1 Representante do Ministério do Transporte
- 1 Representante do Ministério Público do Trabalho;
- 1 Representante do Ministério Público Federal;

- 1 Representante da Casa Civil da Presidência da República;
- 1 representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- 1 representante de organização nacional de empregadores;
- 1 representante de organização nacional de trabalhadores;
- 1 representante da comunidade científica, cuja atuação seja correlata aos objetivos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- 1 Representante de entidade na área de deficiência auditiva;
- 1 Representante de entidade na área deficiência visual;
- 1 Representante de entidade na área deficiência mental;
- 1 Representante de entidade na área de síndromes;
- 1 Representante de entidade na área de condutas típicas;
- 1 Representante de entidade na área de deficiências múltiplas;
- 1 Representante de entidade na área deficiência física;
- 1 Representante de entidade na área de deficiência por causas patológicas.

Essa composição proporciona a organização e articulação do movimento social das PPNE, já que conta com a participação de representantes de diversos Ministérios e de entidades voltadas todos os tipos de necessidade especial.

O CONADE é órgão responsável pela efetivação dos direitos do segmento. Já tem a responsabilidade de zelar, acompanhar, avaliar a Política para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (D.L. Nº 3298/99, ver ANEXO A) nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal e nos diferentes setores, bem como a utilização do orçamento (Educação, Trabalho, Acesso, etc). Além de propor e incentivar a modificação de leis em prol das PPNE, a realização de campanhas de prevenção e estudos que visem a ampliação da qualidade de vida dessas pessoas.

Mas a ação mais direta, talvez a mais importante consiste na aprovação do plano anual da Coordenadoria Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, que é o órgão responsável pela execução direta da Política Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (Lei nº 7853/89 e D.L. nº 3298/99).

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência CONEDE é o órgão equivalente ao CONADE, no âmbito estadual, regulamentado na lei nº 3974/02 do estado de Santa Catarina. Ele tem as funções gerais semelhantes às do Conselho Nacional e colabora no

zelo, acompanhamento, avaliação e fiscalização das entidades, das políticas e do orçamento. O CONEDE tem algumas funções específicas como:

- Formular de uma Política de prevenção e atendimento para as PPNE no estado;
- Fiscalizar as entidades beneficiadas por parcerias que utilizam recursos públicos;
- Propor a criação de entidades governamentais de atendimento as PPNE;
- Incentivar, promover e apoiar eventos, estudos e pesquisas ligadas a questão;
- Cadastrar as entidades locais de atendimento as PPNE;
- Encaminhar as PPNE que queixam-se de não consecução de seus direitos;
- Criar e atualizar o banco de dados estatísticos sobre as PPNE e as questões que envolvem esse segmento. (Conforme site da entidade, www.sjc.sc.gov.br/conede)

Ambos os conselhos, criam comissões de acordo com suas funções e necessidades, por exemplo, o CONADE tem atualmente as comissões de Políticas Públicas, Articulação de Conselhos e Comunicação Social. Já o CONEDE do estado de Santa Catarina tem seguintes comissões e respectivas ações (site CONEDE):

- Cadastro de entidades: Já desenvolveu um modelo de execução e encaminhou para Secretária Executiva, que direciona fichas de cadastro para as entidades.
- Capacitação de conselheiros: realizou um evento em Camburiú, nos dias: 29 a 31/julho/2002
- Destinada a criação de um hospital de reabilitação: realizou encontros com Parlamentares e encaminhou proposta ao Governo Federal
- Home-Page: Página na Internet já está disponível.
- Implantação de Conselhos Municipais: já consolidou 3 Conselhos (Joinville, Itajaí e Criciúma)
- Logomarca: já elaborou a logomarca.
- Recursos Financeiros: encaminhou documentos de ações desenvolvidas aos órgãos nacionais e estaduais e a precedência de recursos. Além de contatos com parlamentares para direcionamento de recursos.
- Transporte e Barreiras: Foi priorizada a ação nos transportes. Foram realizadas reuniões do Núcleo de Transporte e Sindicatos de Empresas. Estão sendo definidas a implantação do transporte alternativo.

- Trabalho e Profissionalização: está sendo discutida a questão, junto ao Núcleo de Oportunidades e Inserção no Mercado de Trabalho - NUCODIS
- Estatísticas: o Censo computou 14,7% da população catarinense como PPNE, contudo as entidades que trabalham com o segmento questionam os critérios de coleta. Logo será feita uma coleta situacional, para ter dados mais precisos sobre quem e quantos são e que condições tem essas pessoas.

Ambos os conselhos são muito recentes, o que faz com que sua atuação ainda esteja em fase de estruturação. Mas são entidades importantes, que devem se tornar a principal forma de organização das PPNE.

CAPITULO 3

3.1. Indicadores sociais e a atual Política de Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais na cidade de Florianópolis.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social de Florianópolis (2002-2005), não há dados estatísticos concretos sobre o número total de PPNE na cidade. Por outro lado, tem-se a partir do conhecimento de especialistas, que a incidência maior está entre a população desfavorecida economicamente. Dados do INSS (fev/2002) afirmam que 445 pessoas do segmento, recebem o Benefício da Prestação Continuada – BPC, prevista na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (nº 8742/93).

Existem 9 entidades que prestam atendimento as PPNE em Florianópolis, dentre cerca de 170 de todo estado de Santa Catarina (ANEXO D). Elas realizam trabalhos nas áreas de necessidade física, mental, auditiva, visual e de linguagem, além de ações complementares de Assistência Social. De acordo com o Plano, cerca de 1400 pessoas recebem um atendimento institucionalizado.

Segundo a AFLODEF, que tem 250 sócios, estão incluídas no mercado de trabalho 86 (34.4%) pessoas portadoras de deficiência física, como segue a tabela:

PPDF NO MERCADO DE TRABALHO

Locais de Trabalho	N ° de PPD envolvido
BESC	41
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	16
Shopping Itaguaçu	03
Telesc / Tele Performance	16
Laboratórios Santa Luzia	03
Lojas Millium	04
Faculdade Estácio de Sá – Fpolis	03
Total	86

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (2002-2005)

TAB.2

Esses trabalhadores desempenham funções como: telefonistas, auxiliares administrativos, atendentes comerciais, monitores de segurança, recepcionistas e vendedores.

Tendo aprovado a lei municipal nº 3969 em 93, que garante o transporte gratuito às PPNE e permite que essas embarquem e desembarquem pela porta dianteira, o Núcleo de Transporte da cidade cadastrou 884 pessoas (543 PPDF e 361 PPDM). Destas, a maioria são homens (56%) e moradoras do município (74%).

De acordo com o Censo Escolar de 2001(Prefeitura Municipal/ Secretária de Educação) existem 301 crianças matriculadas na Rede Regular de Ensino, como mostra a tabela:

CRIANÇAS PNE MATRICULADAS NA RRE

Tipo de Deficiência	N ° de Portadores
Auditiva	32
Visual	30
Física	37
Mental	70
Outra	86
Condutas típicas	36
Múltipla	10
Total	301

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social de Florianópolis (2002-2005) TAB.3

Deste total, 52 estão na educação. Infantil, 250 no Ensino Fundamental e 44 na educação para jovens e adultos.

O trabalho da Prefeitura voltado às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, é desenvolvido juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), através da Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS) e com participação da Secretária da Educação (SME).

A partir de uma análise na documentação da SMHTDS e CMAS, o município conta com 9 entidades não governamentais que prestam serviços de Assistência Social às PPNE, com ações diretas, indiretas, estudos e defesa dos direitos. São 4 de Educação Especial, 3 de Tratamento e 2 de Acolhimento e Integração, atendendo respectivamente 609, 449 e 360 pessoas, totalizando 1418.

O Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura (2002-2005) conta com diversos projetos e serviços que são embasados nos seguintes princípios:

- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica (L.O.A.S.);
- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas (L.O.A.S.);

- *Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade (L.O.A.S.);*
- *Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais (L.O.A.S.);*
- *Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (L.O.A.S.);*
- ***Primazia no atendimento à criança e adolescente sujeito de direitos e pessoa em desenvolvimento. (E.C.A.)*** (FLORIANÓPOLIS, 2003)

A S.M.H.T.D.S junto com o CMAS e as Organizações de Assistência Social, a partir de discussões, define como diretrizes:

- “- Primazia às ações preventivas e de inclusão social, de atendimento aos destinatários da assistência social, essencialmente a crianças e adolescentes;***
- *Parceria e articulação entre as Organizações Governamentais e Não-Governamentais, superando a fragmentação das ações, garantindo maior qualidade e racionalização na aplicação dos recursos e efetivando a rede Municipal de Assistência Social;*
- *Descentralização das ações da área social, com regionalização do atendimento no âmbito Municipal;*
- *Participação da população, por meio de organização representativa, na formulação das políticas, na execução e controle destas ações e na utilização de recursos;*
- *Integração das ações dos vários setores do Governo Municipal, essencialmente com as áreas de saúde, educação, habitação, trabalho, cultura e lazer;*” (IDEM, 2003)

O atendimento às PPNE, nesse Plano está dentro do projeto de Apoio Técnico-Financeiro às ONG's Conveniadas, que são 68 das diferentes áreas. Desta forma, das 9 entidades que atendem as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais em Florianópolis, quatro são conveniadas, estão incluídas no Programa de Apoio Técnico-financeiro a ONGs³³.

As ações desenvolvidas no Projeto consistem no apoio técnico-financeiro em si, acompanhamento e orientação para as entidades conveniadas, assessoria técnica para entidades que atendem crianças e adolescentes, além da supervisão e avaliação dos Planos de Trabalho das respectivas entidades e aplicação destes.

O Projeto tem como objetivo: dar subsídios financeiros e orientação técnica, para apoiar as ONG's; aplicar os dispositivos da LOAS, através do acompanhamento do trabalho das entidades e também, instrumentalizar voluntários e/ou serviços efetivos, na realização de ações de cunho social e pedagógico (junto com a S.M.E)

³³ A questão dos convênios será abordada no próximo Item desse capítulo (3.2).

A Previsão dos custos é de R\$ 2.058.159,00 por ano, que serão financiados por recursos do FMAS, Pela Secretaria Municipal de Educação e por recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (Ministério da Previdência e Assistência Social).

3.2. Cacterização das Entidades que atendem as Pessoas Portadoras de Necessidades em Florianópolis-SC, conveniadas à Prefeitura Muinicipal.

Os Convênios de entidades que atendem as PPNE com a Prefeitura são feitas através da Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – S.M.H.T.D.S., no setor de convênios, com repasse do Fundo Municipal de Assistência Social. Para que seja efetivado é necessário que a entidade encaminhe um projeto político-pedagógico, de acordo com o roteiro elaborado pela Secretaria da Educação. Além de ser registrada no CMAS e apresentar outros documentos (ANEXO B), incluindo o Plano de Trabalho com a proposta de convênio.

Nesse convênio podem ser cedidas quatro formas de subsídios: recursos para compra de alimentos direcionados à merenda escolar, cessão de professores, o Benefício de Ação Continuada e a Subvenção Social. Os recursos para merenda são calculados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com base no número de pessoas a serem atendidas e sob orientação de uma nutricionista, os recursos são provenientes da Secretaria Municipal de Educação. Os professores também são repassados pela mesma Secretaria, selecionados através concurso público. O Benefício de Ação Continuada vem do Governo Federal (FNAS), mas é repassado pelo FMAS. A subvenção social consiste num recurso próprio do município, também repassado pelo FMAS, destinado ao subsídio de parcerias e convênios.

O(s) tipo(s) de benefício recebido por cada entidade é determinado a partir de um acordo entre a S.M.H.T.D.S. e a respectiva instituição. É feita uma espécie de reunião, na qual participam: a Assistente Social da S.H.T.D.S, uma técnica Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação – SME especializada em educação especial e representante das entidades. Ambas apresentam sua propostas e o Setor de Convênios concebe o(s) benefício(s), a partir de uma análise comparativa, que verifica se o objeto apresentado pela entidade está sendo colocado em prática. Essa análise é efetuada através de visitas feitas pela Assistente Social do Setor de Convênios e do CMAS e da técnica da SME, juntamente com os documentos apresentados. Antes

do (a) Prefeito(a) dar a resposta final, a decisão passa pelo Secretário da S.M.H.T.D.S. e pela Secretaria Municipal de Educação.

Os Convênios têm a duração de um ano, podendo ser renovados se ambas as partes estiverem de acordo. Segundo a Assistente Social ³⁴, do Setor de Convênios isso geralmente ocorre, a menos que a entidade desrespeite alguma das cláusulas do termo do convênio. Para fiscalizar as entidades, é feita uma prestação de contas mensal, com base no objeto exposto no mesmo documento. Ainda são feitas visitas periódicas (no mínimo uma vez por semestre ou em caso de denúncia) às instituições pela Assistente Social do Setor de Convênios e pelo técnico da Secretaria Municipal de Educação, que avaliam se o trabalho está sendo desenvolvido da maneira acordada e se os recursos estão sendo aplicados para os objetivos dispostos no termo de convênio. As secretarias (a Assistente Social e a pedagoga) que avaliam o trabalho das entidades, sempre mantêm um contato, para a avaliação não ficar desarticulada. A partir das visitas é feito um parecer dos respectivos profissionais, encaminhado para o Secretário Geral, que avalia e toma as devidas decisões. A entidade deve disponibilizar ainda, para melhor avaliação do trabalho realizado, a prestação de contas e um Relatório Mensal de Atendimento, que é uma lista de usuários, contendo o nome, data de ingresso e data de saída destes.

Além de supervisionar e disponibilizar de recursos, a Prefeitura presta assessoria às entidades, na formulação dos documentos a serem examinados e com relação aos atendimentos específicos prestados pela entidade. Essa assessoria é feita pelo setor de convênios, juntamente com técnicos da Secretaria da Educação, especializados na área a ser assessorada.

São quatro entidades que atendem as PPNE atualmente, conveniadas a Prefeitura: a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE**, o **Instituto de Audição e Terapia da Linguagem – IATEL**, a **Sociedade Vida e Movimento** e a **Associação Catarinense para Integração de Cegos – ACIC**³⁵. Apesar de serem poucas e de não existir nenhuma entidade que atenda pessoas portadoras de deficiência física³⁶, essas quatro entidades desenvolvem um trabalho sócio-pedagógico muito importante na inclusão das PPNE, procurando estabelecer relações e procedimentos alicerçados em uma perspectiva cidadã. Além de reduzir a exclusão

³⁴ Em entrevista realizada no dia 23/04/03, às 14:00hs, com a Assistente Social Helena Maria Borges Brandão, da SMHTDS.

³⁵ O endereço das entidades encontra-se no anexo C.

³⁶ Segundo Helena, a AFLODEF foi conveniada até o ano passado, mas o benefício foi cortado devido malversação de recursos.

dessas pessoas devido sua condição física, também trabalham na inclusão relativa ao acesso a serviços, posto que a maior parte da “clientela”, é carente de recursos.

Os convênios são fundamentados nas seguintes legislação:

- Lei Federal Nº 8742, de 7/12/93 (LOAS);
- Lei Federal Nº 8666 de 21/06/93 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei Federal Nº 9394 de 23/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Lei Federal Nº 4958 de 16/06/96 (Lei de criação do CMAS e FMAS);
- Lei Federal do orçamento, que é anual e
- Resolução do CMAS, também anual.

As próximas sessões vão trazer as informações referentes as especificidades de cada entidade conveniada, as características de seus respectivos convênios com a PMF e uma breve consideração sobre cada uma.

3.2.1. Associação de Pais e Amigos das excepcionais – APAE (Instituto de Educação Especial “Professor Manoel Boaventura Feijó”).

3.2.1.1. Descrição da entidade(APAE, 2003) :

Fundada em 1964 por pessoas ligadas a pessoas portadoras de deficiência mental , é uma entidade de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, com sede na Rodovia Admar Gonzaga (SC 404), Itacorubi, em Florianópolis.

APAE tem como missão: a promoção e articulação de ações, prevenção orientações, prestação de serviços, apoio à família, melhorando a qualidade de vida da Pessoa Portadora de deficiência e construindo uma sociedade justa e solidária.(APAE, 2003).

Em Florianópolis, ela capacita PPNE com atraso no desenvolvimento do sistema neuropsicomotor, portadoras de deficiência mental (com ou sem outras deficiências) ou transtorno invasivo no desenvolvimento (autista e outros), para o trabalho. Além de dar ensejo à construção do conhecimento socialmente elaborado. Esse trabalho é feito no Instituto de Educação Especial “Professor Manoel Boaventura Feijó”.

Proporciona trabalhos gratuitos nas áreas da pedagógica, psicológica, social, artística. Também oferece serviços de terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, odontologia (voluntário) e educação física, além de disponibilizar transporte e alimentação para os usuários. É

desenvolvido ainda acompanhamento de alunos da rede regular de ensino, palestras educativas e preventivas junto à comunidade, encaminhamentos dos alunos (aptos) para o mercado de trabalho, assessoria sócio-familiar e “teste do pezinho”. Atende dois moradores da Casa Lar.

A *APAE* efetua atendimento de crianças até pessoas da terceira idade, sem limite de idade, de acordo com sua necessidade. As turmas são divididas de acordo com a idade.

As crianças pequenas recebem Estimulação Essencial e educação infantil para um desenvolvimento dos diferentes campos pessoais. A Primeira atende de 2 a 3 vezes por semana, crianças de 0 a 3 anos junto com seus pais, com trabalho fonoaudiológico, pedagógico e fisioterapêutico. As crianças de 4 a 6 são atendidas em pequenas turmas diárias, tendo um atendimento com enfoque na educação e recebendo semanalmente, um atendimento fonoaudiológico, fisioterapico e de educação física.

As crianças maiores e os adolescentes (7 a 14 anos) recebem ensino fundamental, baseada nos currículos normais de alfabetização, com atividades diárias. Já jovens e adultos (de 14 em diante) fazem atividades voltadas a sua auto-estima, interação social e autonomia. Os alunos com desenvolvimento cognitivo limitado recebem Atividades Laborativas Ocupacionais, que consistem em atividades manuais e do cotidiano, objetivando uma maior independências dessas pessoas. Os com maior potencial cognitivo recebem oficinas e cursos supervisionados, direcionados a capacitação para o mercado de trabalho ou ocupação informal. Algumas empresas como Angeloni, Tim, Big, contratam, depois de um período de estágio, alunos da *APAE*.

Há também o Atendimento Dia (integral), prestado as pessoas portadoras de deficiência múltipla e de baixa renda, que visa uma melhor adaptação biopsicosocial do aluno. Além do apoio pedagógico aos alunos da rede regular de ensino, para ajudá-los nos conteúdos curriculares.

Outros serviços prestados pela *APAE* são a Echoterapia (terapia com cavalos), aulas de informática, capacitação de recursos humanos (palestras, cursos, grupos de estudo), etc.

A tabela abaixo descreve o perfil das atividades:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA *APAE*

Tipo de Atendimento	Faixa Etária	Nº	Período
Educação Infantil – Est. Essencial	0 a 03 anos	06	Matutino
Educação Infantil – Est. Essencial	0 a 03 anos	06	Vespertino
Educação Infantil I	04 a 06 anos	05	Matutino

Educação Infantil I	05 a 07 anos	05	Vespertino
Educação Infantil II	04 a 07 anos	04	Matutino
Educação Infantil II	04 a 06 anos	04	Vespertino
Educação Infantil III	04 a 07 anos	04	Vespertino
Ensino Fundamental Estruturado I	08 a 14 anos	03	Matutino
Ensino Fundamental Estruturado II	08 a 14 anos	06	Vespertino
Ensino Fundamental II	07 a 14 anos	06	Matutino
Ensino Fundamental II	08 a 13 anos	04	Vespertino
Ensino Fundamental III	11 a 14 anos	06	Matutino
Ensino Fundamental III	07 a 11 anos	06	Vespertino
Ensino Fundamental IV	07 a 14 anos	07	Matutino
Ensino Fundamental IV	07 a 10 anos	07	Vespertino
Ensino Fundamental V	11 a 14 anos	06	Matutino
Ensino Fundamental V	11 a 14 anos	06	Vespertino
Ensino Fundamental VI	11 a 14 anos	10	Vespertino
Apoio Pedagógico I	07 a 13 anos	12	Matutino
Apoio Pedagógico I	07 a 13 anos	11	Vespertino
Iniciação para o trabalho	14 a 23 anos	07	Matutino
Oficina I	16 a 38 anos	08	Matutino
Oficina I	14 a 32 anos	08	Vespertino
Oficina II	27 a 52 anos	09	Vespertino
Oficina Marcenaria I	17 a 52 anos	10	Integral
Oficina Trabalhos Manuais I	17 a 33 anos	12	Integral
Oficina Reciclagem de Papel	16 a 38 anos	12	Integral
Curso Auxiliar de Padaria I	18 a 50 anos	10	Integral
Curso Auxiliar de Padaria II	16 a 39 anos	09	Integral
Curso Auxiliar de Jardinagem	20 a 73 anos	11	Integral
Atendimento dia I	05 a 08 anos	04	Integral
Atendimento dia II	10 a 14 anos	05	Integral
Atendimento dia III	10 a 14 anos	05	Integral

Atividades Laborativas Ocupacionais (ALO) I	29 a 59 anos	10	Matutino
Atividades Laborativas Ocupacionais (ALO) II	14 a 30 anos	04	Matutino
ALO Estruturado I	14 a 23 anos	04	Matutino
Atividades Laborativas Ocupacionais (ALO) I	16 a 28 anos	06	Vespertino
Atividades Laborativas Ocupacionais (ALO) II	16 a 30 anos	05	Vespertino
Atividades Laborativas Ocupacionais (ALO) III	16 a 44 anos	07	Vespertino
ALO Estruturado I	16 a 28 anos	04	Vespertino
Atividades Laborativas Ocupacionais (ALO) I	16 a 26 anos	04	Vespertino
ALO Integral	16 a 30 anos	06	Integral
Estagiários	18 a 50 anos	04	Integral
Casa Lar	27 a 38 anos	02	Internato
Alunos integrados na rede Regular de ensino		36	

Fonte: Plano de trabalho da APAE (2003)

TAB.4

A instituição possui 102 funcionários, entre eles estão equipe técnica (Assistentes sociais, psicólogos, pedagogas, etc), funcionários de limpeza, motoristas, cozinheiras, instrutores, caseiro, monitores de transporte escolar, serviços gerais e auxiliares de sala, os quais 49 são contratados pela APAE. A FCEE cede duas pedagogas através de um convênio, enquanto a diretora técnica e a auxiliar de contabilidade são contratadas pela instituição como complementação salarial.

De acordo com a nova Política Nacional de Atendimento às PPNE, a APAE busca a integração de seus alunos nas redes regulares de ensino. Para isso, tem dividido as turmas em grupos menores e utilizando dois professores por sala, proporcionando uma atenção maior para os alunos. Ela atende 360 alunos matriculados em 54 turmas e presta no total 586 atendimentos, incluindo os diferenciados. Como segue no quadro abaixo:

ATENDIMENTO GRATUITO APAE

Faixa Etária PPNE	Tipo de Atendimento	Quantidade	Período
Concessão de Benefício à qualquer idade	Transporte, alimentação atendimento médico, odontológico, fisioterapêutico, fonoaudiológico, pedagógico e psicológico	360 matriculados e 586 atendidos	Integral, Matutino e vespertino

Assistência em geral para qualquer idade	Doação de uniformes, medicamentos e cestas básicas	108 famílias	Demanda dos usuários e as condições da APAE
--	--	--------------	---

Fonte: plano de trabalho da APAE (2003)

TAB. 5

A APAE desenvolve várias atividades externas bem semelhantes a uma escola regular, buscando a integração dos alunos. Entre elas estão: idas ao cinema, shopping, a outras escolas, colônia de férias, etc.

A APAE faz um trabalho de **prevenção** através do teste do pezinho, palestras, campanhas, etc.

A APAE obtém recursos de diferentes formas: Convênio com os três níveis de Governo (Municipal – 13%, Estadual – 15,5% e Federal – 4,5%), de contribuições de sócios – 22%, outros – 1% e principalmente, através de eventos e promoções - 44,5%, como a Feira da Esperança que é organizada anualmente pela entidade. Os quais são utilizados para a manutenção e melhoria dos serviços e instalações da entidade. As despesas mensais da instituição totalizam R\$ 96 mil reais.

A APAE tem uma parceria com a Vara Criminal, da Secretária de Justiça. Na qual, recebe pessoas condenadas a prestação de serviços comunitários, ou chamada pena alternativa. Quem coordena esse grupo de prestadores de serviço é o Serviço Social da APAE.

A Apae conta com duas Assistentes Sociais que dividem o trabalho por faixa etária, uma delas (Nívea Michele G. Vieira) fica com os alunos (e suas famílias) de 0 a 14 anos, enquanto a outra (Jaqueline Pickler) atende os alunos de 14 pra cima. Ambas trabalham 40 horas semanais, ou seja, 8 por dia.

Segundo a Assistente Social Jaqueline Pickler³⁷, o atendimento que elas exercem, é principalmente junto às famílias dos educandos. Analisam e contribuem para melhoria da dinâmica familiar, através de visitas domiciliares, entrevistas e reuniões com a família. Também Orientam as famílias com relação aos direitos das PPNE, por exemplo como e onde adquirir o BPC, benefício de 1 salário mínimo, previsto na LOAS. Ainda no atendimento familiar, o Serviço Social desenvolve grupos de apoio juntamente com a Psicologia, os quais ajudam a haver uma maior integração entre a equipe e as famílias, bem como, elas entre si.

³⁷ Entrevistada na APAE, dia 26/05/03, às 14:00.

A Assistente Social Jaqueline Pickler coloca que o Setor também é responsável pela entrevistas sociais, feitas com as famílias dos futuros alunos, para conhecê-los sob o viés do Assistente Social e apresentar o relatório junto ao resto da equipe técnica. Toda a equipe junta faz o estudo de caso para saber as condições sociais, econômicas, pedagógicas e psicológicas do aluno, para decidir qual e como será desenvolvido o trabalho com o respectivo aluno. Outro trabalho realizado por toda a equipe, que tem a participação das Assistentes Sociais, é o encaminhamento ao trabalho. Nesse caso, elas dão palestras e fazem contatos diretos na empresa, a fim de instruir os empresários e funcionários sobre as diferenças do trabalho com as PPNE. As famílias também recebem orientações pertinentes ao trabalho.

O elo entre os funcionários da entidade com a equipe e com a administração, é mais uma atribuição das Assistentes Sociais. Elas dão apoio e esclarecimentos para ampliar a qualidade de vida dos funcionários e suas condições de trabalho, o que conseqüentemente qualifica e motiva-os para o desempenho de seus respectivos serviços. Outra estratégia usada nessa questão, é a coordenação de grupos, podendo citar o das cozinheiras ou dos motoristas.

Por fim, as Assistentes Sociais da APAE são as representantes da entidade junto aos Conselhos, bem como no Núcleo de Combate a Discriminação e de Promoção da Igualdade de Oportunidades- NUCOODIS.

Algumas funções adicionais, que não são específicas da profissão, também são realizadas pelo Serviço Social. Por Exemplo, a colônia de férias e o Método para ensino dos autistas, que poderiam ser desenvolvidas pelo setor de pedagogia ou outro. Isso não precisa ser considerado um problema, na verdade dá um *ênfoque diferenciado para tais ações*.

O Serviço Social ainda elabora projetos a serem apresentados para obtenção de recursos e parcerias, como fez junto ao MEC, por exemplo

Ela busca divulgar seu trabalho e fazer parcerias, através de telemarketing, da distribuição de folders, de palestras e nos eventos que organiza.

A APAE tem um grupo de sócios que é formado por pessoas, instituições públicas e privadas que se comprometem a colaborar para a efetivação dos objetivos da entidade. Eles podem contribuir periodicamente (contribuintes), prestar serviços a entidade (beneméritos), enviar colaboração (correspondentes) ou mesmo estando fora do quadro de sócios, contribuir esporadicamente (honorários). É bom ressaltar que os pais de filhos matriculados na APAE, são obrigatoriamente contribuintes, sendo em alguns casos isentos pela Diretoria Executiva, do

pagamento. Os sócios têm participação nas deliberações e decisões da APAE, além de terem o dever de colaborarem com o desenvolvimento dos trabalhos realizados.

A APAE está organizada de acordo com o art.11º do seu Estatuto, nos seguintes órgãos: Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A Assembléia Geral é o órgão deliberativo, composto pelos sócios presentes, que elege os Conselhos, aprova atividades e contas ou altera o estatuto. O Conselho de Administração é formado por até 15 sócios, num mandato de 2 anos, tem função de organização, aprovação o *regimento interno*, das assembleias, o *Plano Anual*, entre outras. Já o Conselho Fiscal é composto por três membros e o mesmo número de suplentes, tem a função de fiscalizar as contas da Diretoria Executiva. E esta representa a autoridade máxima da instituição, composta por no mínimo 9 pessoas (Presidente, Vice, 1º e 2º Diretores Secretários, 1º e 2º Diretores Financeiros, Diretor de Patrimônio, Diretor Social e Procurador Geral). Tem dentre suas funções a elaboração do Regimento Interno, aprovar a admissão de sócios, elaborar o Plano Anual, criar cargos, entre outras. Os congressos Nacionais das APAEs contam com a participação de alunos nas discussões.

3.2.1.2. O Convênio APAE X Prefeitura Municipal de Florianópolis -PMF (2003):

No convênio da APAE com a Prefeitura Municipal de Florianópolis –PMF para 2003, a instituição recebe dois tipos de colaboração: **os recursos financeiros para compra de alimentos para os usuários** e **os professores responsáveis pela educação infantil**.

Ela recebe então dezesseis (16) professores, sendo que catorze (14) deles trabalham 40 horas semanais e 2 trabalham 20 por semana, totalizando 600 horas. Esses professores atendem 432 crianças. Com relação à merenda escolar, a prefeitura cede, através de recursos da Secretaria Municipal de Educação recursos direcionados a compra de alimentos para suprir quatro refeições (café da manhã, almoço e dois lanches e jantar) diárias para as crianças, totalizando R\$ 4.738,80 mensais e R\$ 52.126,00 no ano. Esses valores são concebidos de fevereiro a dezembro, para suprir 432 pessoas. A refeições são distribuídas da seguinte forma:

REFEIÇÕES DA APAE

Hora	Tipo de Refeição	Quant./dia	Dias por mês	Total por tipo
8:00hs	Café da manhã	04		88
10:00hs	Lanche	160		3.528
12:00hs	Almoço	125	22	2.582
15:30hs	Lanche	189		4.174

19:00hs	Jantar	02	30	60
Total		458		10.448

Fonte: Plano de Trabalho da APAE (2003)

TAB.6

A APAE recebe do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no Benefício de Ação Continuada, destinado à entidades que fazem parte do Programa Nacional de Apoio à PPNE, vindo do Governo Federal, uma ajuda de custo para a compra de material escolar, didático, de higiene e limpeza, uniformes, além de contribuir para parte do pagamento dos funcionários da entidade e efetuar reparos no espaço físico. Essa ajuda é destinada ao tratamento de reabilitação de 95 alunos, ao tratamento precoce de 25 alunos e bolsa à 60 alunos. Ela é mensal e equivale a R\$5.311,40, durante os doze meses do ano, sendo 63.736,80 ao total.

A APAE não recebe Subvenção Social.

A APAE também recebe apoio do MEC e de outros órgãos na aquisição de material escolar. Enquanto a Secretaria Municipal e a FCEE cedem duas pedagogas, uma secretária e uma diretora. A APAE por sua vez, entra com o espaço físico, os equipamentos e os serviços como segue:

RECURSOS DISPONIBILIZADOS PELA APAE

Espaço Físico/ equipamentos e Serviços	Quantidade	Espaço Físico/ Equipamentos e Serviços	Quantidade
Sala de aula	22	Banheiro	14
Sala de artes	01	Casa de caseiro	01
Sala de brinquedos	01	Casa lar	01
Sala de psicomotricidade	01	Instalação para equoterapia	01
Sala de eventos	01	Maq. Industriais p/ padaria	-
Sala de informática (12 PCs)	01	Maq. Industriais	-
Sala de apoio técnico	01	Computadores	20
Sala de Serviço Social	01	Impressoras	07
Sala de Secr. De Adm.	01	Faxes	02
Sala Direção administrativa	01	Telefones	06
Sala Direção técnica	01	Copiadora	01
Sala de reuniões	01	Kit ambulatorial	-
Secretária	01	Equip. Odontológicos básicos	-
Tesouraria	01	Tv	03
Auditório	01	Forno p/ queima de porcelana	01
Ambulatório	01	Forno p/ queima de barro	01
Quadra de esportes coberta	01	Máquina de costura	04
Pátios de lazer	02	Móveis sala de aula	-
Pátio infantil		Carrinhos p/ locomoção	-
Oficina de panificação	01	Equip. de cozinha industrial	-
Oficina de trabalhos manuais	01	Serviço Odontológico	-
Oficina de reciclagem de papel	01	Serviço Fonoaudiológico	-

Oficina de marcenaria	01	Serviço Fisioterapêutico	-
Oficina de jardinagem	01	Serviço Educação Física	-
Piscina térmica terapêutica	01	Serviço Pedagógico	-
S. clube das mães e T. volunt.	01	Serviço apoio técnico	-
Almoxarifado	03	Ônibus e microônibus	04

Fonte: Plano de Trabalho da APAE (2003)

TAB.7

3.2.1.3. Breve consideração sobre o trabalho desenvolvido pela APAE

A APAE desenvolve um importante e abrangente trabalho na direção da cidadania efetiva de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Posto que desenvolve diferentes ações no sentido de minimizar os efeitos da exclusão social existente em nossa sociedade.

Essa instituição faz chegar às PPNE, os direitos considerados fundamentais. Desenvolve um conceito amplo de educação, com ensino infantil e fundamental. Ressaltando que possibilita também o acesso dos adultos à “educação escolar”. Além disso realiza atividades que ampliam a auto-estima dos atendidos, a evolução psicomotora, a criatividade e a interação social, como: atividades de lazer, educação física, aulas de artes, informática, natação.

As oficinas e cursos capacitam seus alunos ao mercado de trabalho, gerando possibilidade de integração social, independência e principalmente, rompe barreiras do preconceito e o estigma de inutilidade imposto as essas pessoas.

O trabalho do Serviço Social na APAE tem importante influência nos resultados como um agente de integração, como foi descrito no item anterior. Contudo, a Assistente Social da entidade (Jaqueline Pickler), explica que é o maior desafio, para ela e a outra A.S., “é não cair na mesmice da concessão de benefícios”. Isso por que, o caráter assistencialista esteve presente na história da entidade e da profissão. Como a demanda é grande, as vezes falta tempo para desenvolver trabalhos mais abrangentes. Para evitar isso, faz-se um Plano Anual e Relatórios periódicos das atividades do Setor, além de constantes auto avaliações. Mesmo assim, explica ela, algumas metas não tem sido alcançadas, como a análise de motivos de infrequência dos alunos.

Por outro lado, os eventos promovidos pela entidade, ajudam a divulgar a questão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (no caso, por limitações mentais), tendo em vista a representação nacional que tem, impulsionando novas ações direcionadas ao segmento. Além de

levar a informação a respeito das PPNE para população em geral, contribuindo para redução do preconceito.

O mais importante evento organizado pela APAE é a Feira da Esperança, que consiste num evento que reúne diferentes entidades e pessoas da sociedade civil como o DETRAN e tenista Gustavo Kurten que oferecem serviços educativos, informativos e lúdicos, destinando os recursos para a APAE. Além dos stands da própria APAE, que contam com trabalhos feitos pelos alunos, pais e funcionários. A repercussão do evento é tão grande que cobre quase metade das despesas da entidade.

Também vale a pena ressaltar como positiva a ação preventiva da APAE, como o teste do pezinho e a orientação que a instituição dá em eventos, além de palestras realizadas em escolas, como está exposto em seu estatuto (art 4º-b): “Motivar a comunidade a melhor conhecer a causa excepcional e a cooperar com as entidades interessas na sua defesa”.

A APAE apesar de usar o termo “excepcionais”, que segundo o Dicionário (PRIBERAM, 2002), *tem um significado de anormalidade ou extraordinário, simbolizando dois extremos*, traz em seu Estatuto, um conceito interessante e humanizante³⁸ para tal:

“a pessoa que se diferencia do nível médio dos indivíduos, em relação a uma ou várias características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a exigir um atendimento especial com referência a sua educação, desenvolvimento e integração social”(Estatuto da APAE, 1967).

Não há como negar que a APAE desenvolve um trabalho importante na inclusão das PPNE, sendo a que atende o maior número de alunos (432 através do convênio) mas isso ocorre com essa qualidade graças a sua visibilidade, que proporciona a colaboração da instância Governamental (recebe a maior carga horária de professores, a maior subvenção e o maior recurso para merenda), da iniciativa privada e da Sociedade Civil.

Talvez, por ser a mais antiga, a APAE tem a melhor estrutura organizacional das quatro entidades conveniadas e oferece o maior número de serviços. Ela também é a que investe melhor na questão da profissionalização de seus usuários, dispondo de oficinas (marcenaria, padaria, jardinagem) com atividades profissionais.

Um ponto positivo da APAE que não pode deixar de ser lembrado, é o fato de atender pessoas de todas as idades.

³⁸ Entenda por humanizante, algo que tenha defeitos, qualidades e diferenças.

Segundo a Psicóloga da APAE³⁹, a grande dificuldade da entidade é o aumento da demanda, que cresce a cada ano. Ela coloca, que muitas vezes pessoas procuram a entidade para atendimento de doença mental de crianças, como não existe uma instituição para encaminhamento, que atenda essa clientela em Florianópolis, isso torna-se uma dificuldade.

3.2.2. Sociedade Vida e Movimento (Escola Especial Vida e Movimento)

3.2.2.1. Descrição da entidade(Sociedade Vida e Movimento, 2003):

Teve sua fundação datada em 1984, quando pais e professores de alunos de uma escola particular para PPNE que estava para ser fechada, resolveram montar uma sociedade. Com a cessão de um terreno por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, a colaboração de algumas empresas da iniciativa privada (como a Fundação Maurício Sirotski Sobrinho, por exemplo) e principalmente muito esforço dos pais, reconstruíram a escola, com o nome de Escola Especial Vida e Movimento. Tendo em seu estatuto a caracterização de entidade de filantropia e sem fins lucrativos e alguns anos depois, sendo reconhecida como de Entidade de Utilidade Pública nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal . Concretizando esse sentido, a entidade atende mais de 70% (35 de 47)⁴⁰ de seus usuários de forma gratuita, por meio dos convênios.

A meta da entidade é prestar atendimento de educação especializada direcionada para as PPNE com deficiência mental, paralisia cerebral, síndrome do autismo e outras síndromes associadas. O trabalho tem como objetivo a integração na rede regular de ensino e o encaminhamento ao mercado, através de atividades educacionais e profissionalizantes. Segundo o Estatuto da Entidade, constituem estratégias para realização de seus objetivos: a divulgação (será explicada adiante), o pleito de leis direcionadas às PPNE (feito junto ao CONEDE e o fórum da PPNE), além dos convênios (também serão explicados no decorrer do texto)

A Sociedade Vida e Movimento baseia seu trabalho num conceito atual de tratamento às PPNE. Que direciona para uma reformulação no planejamento, na avaliação e na atuação de

³⁹ Rosilene das G. Cruz Vieira, em entrevista realizada dia 21/05/2003, às 9:00hs

⁴⁰ Informação obtida a partir de uma entrevista com Wulpharano Pedrosa de M. Neto (o Psicólogo da Escola) e Edézia Margarida da Silva (Pedagoga), no dia 15/05/03, às 14:00hs, na entidade.

todos os profissionais e famílias envolvidas, com uma visão integrativa de Homem e sociedade, abordadas por VIGOTSKY, LEONTIEV e WALLON. Nessa perspectiva, o sujeito aprende por isso se desenvolve. Logo, a mediação é dialética com participação interativa do mediador e do mediado. Desta forma alguns conceitos internalizados, como desenvolvimento real/proximal e potencial, a avaliação tem agora a participação do sujeito e o planejamento peça fundamental para melhores resultados. O sujeito pertencente a um grupo social desenvolve-se nele, mas expressa a subjetividade. Em suma, o trabalho da entidade é feito com uma visão de Homem agente transformador de sua história.⁴¹

Para ser melhor entendido, na prática a entidade desenvolve um trabalho onde se tem a preocupação de unir todas as pessoas envolvidas, com ações que possibilitem melhores resultados. A equipe técnica reuni-se mensalmente para planejar e avaliar suas atividades, além do contato e orientação permanente realizada junto aos pais.

Segundo o Estatuto da instituição, para promover sua meta, ela promove campanhas para divulgar a questão, solicita junto ao poder público a formulação de leis que favoreçam as PPNE, firma convênios, entre outros.

Para o trabalho de divulgação, a Escola faz uso de diferentes frentes. A primeira delas é o chamado “boca a boca”, feita pelos pais e pessoas que conhecem a entidade. Outra, é que devido aos convênios com os Governos Estaduais e Municipais, as escolas (professores e pais) da Rede Regular de Ensino e outras entidades envolvidas com a questão das PPNE, recebem orientação para encaminhamento de alunos especiais. Essa orientação é feita por uma pedagoga do Governo Estadual, chamada de Integradora. A entidade também faz parcerias de divulgação com a iniciativa privada, como um convênio que tem com a “Casa Feliz”⁴² ou uma parceria feita com a Rádio Jovem Pan. Além disso, a equipe da Escola e os pais de alunos fazem campanhas, como entrega de folders em semáforos.

A Escola Especial Vida e Movimento, mantida pela Sociedade Vida e Movimento, conta com Diretora, Secretária, Pedagoga, Auxiliar de serviços gerais Psicólogo, Fisioterapeutas, Professores, Fonoaudiólogas e as famílias na estrutura do trabalho desenvolvido. Esse grupo realiza as diversas modalidades de trabalho: Grupos de Trabalho, Oficinas Pedagógicas (fase I e II), o Programa TEACCH, a Educação Infantil e Reinclusão. Em todas as modalidades os alunos

⁴¹ Plano de Trabalho da Sociedade Vida e Movimento (2003).

⁴² Empresa tipo título de capitalização, que sorteia prêmios semanalmente pela tv.

recebem alfabetização, Atividades Laborativas, Aulas dos conteúdos Curriculares, Educação artística, Educação Física e Cinesioterapia. Além dessas, se o atendido tem condições físicas e necessidade, são feitas a hidrocinestoterapia e a Fonoaudiologia Educacional.

As crianças que estão com idade inferior à pré-escola, entram na modalidade Educação Infantil, que se assemelha ao chamado Jardim. Onde são desenvolvidas, principalmente, atividades lúdicas e os primeiros passos da alfabetização, que trabalhem bem a parte sensitiva.

Já o programa TEACCH (Trutment and Education of Autistic and realed Communication Children) é um programa americano adaptado, que está direcionado a crianças com dificuldades de comunicação e organização interna. Todas as atividades a serem desenvolvidas pelo aluno, ficam em um quadro, que contém uma foto dele e fichas com desenhos que representam a atividade. Trabalhando a capacitação do aluno para a realização de tarefas numa linguagem mais acessível.

Os Grupos de Trabalho são formados por alunos estão no início da alfabetização, contudo já atingiram uma idade que não permite que desenvolvam atividades junto com os alunos da modalidade "Educação Infantil".

Os alunos da Reinclusão, são alunos que já estudam na R.R.E (cerca de 50 alunos atendidos anualmente), encaminhados da FCEE, das Integradoras do Estado de Santa Catarina, de pessoas da comunidade, de Neurologistas, de Psiquiatras e do Núcleo de Desenvolver do Hospital Universitário (H.U.), as quais suas famílias estejam em busca de novos serviços ou acompanhamento devido a dificuldades no progresso, observadas pela escola ou outra instituição que freqüentam. Aqui há um contato sistemático da entidade com o aluno, sua escola, bem como da escola com a entidade, proporcionando através dessa ação conjunta, uma melhoria no seu atendimento e desenvolvimento. A Vida e Movimento faz uma triagem, de onde sai um relatório de avaliação com sugestões de serviços que a PPNE deve receber.

Quando a sugestão é para que a criança seja atendida ali, é formulado com a família um planejamento do trabalho. Para que haja um envolvimento direto, possibilitando melhores resultados no trabalho desenvolvido, a instituição reuni mensalmente as famílias com técnicos para dar-lhes orientação e capacitação no acompanhamento de seus filhos. Além dos serviços de avaliação e orientação, são ainda prestados na entidade: o acompanhamento pedagógico,

fonoaudiológico, de psicologia e fisioterapia. Se a avaliação feita resulta em sugestões de serviços de outra entidade a crianças é encaminhada.

As Oficinas Pedagógicas são divididas em duas turmas, num período uma turma tem atividades de alfabetização e a outra faz Atividades Laborativas. No turno seguinte as turmas invertem as atividades. Essa modalidade está direcionada aos alunos já com uma certa idade (tab.5).

As Atividades Laborativas consistem em atividades manuais como confecção de papel reciclado, por exemplo. Já a (Hidro) Cinesioterapia são exercícios físicos semanais, os quais trabalham os reflexos, a coordenação, o fortalecimento, etc. E a Fonoaudiologia Educacional é um trabalho de estimulação da escrita e da fala dentro da alfabetização.

A entidade realiza também, algumas atividades externas como visitas a eventos, feira de livros, cinema, shopping, etc. Além de um projeto atual de orientação para transporte independente, no qual os alunos aprendem a andar de ônibus sozinho.

A entidade atende PPNE com idades que variam de 3 a 26 anos, divididos em oito turmas que freqüentam a escola diariamente. Sendo que quatro alunos em período integral e o restante em período único.

A tabela abaixo traz o modo que são divididas as turmas :

ATIVIDADES DE SENVOL VIDAS PELA SOCIEDADE VIDA E MOVIMENTO

Faixa etária da PPNE	Tipo de atendimento	Nº aluno/turma	período
03 a 06 anos	Educação Infantil (turma 1)*	04	Matutino
03 a 06 anos	Educação Infantil (turma 2)	05	Vespertino
07 a 14 anos	Programa TEACCH (turma 1)*	04	Matutino
07 a 14 anos	Programa TEACCH (turma 2)	05	Vespertino
07 a 14 anos	Grupo de Trabalho*	03	Matutino
A partir dos 7 anos	Reinclusão	-	Mat./ vesp.
15 a 26 anos	Oficina pedagógica I e II (turma 1)	04	Matutino
15 a 26 anos	Oficina pedagógica I e II (turma 2)	06	Vespertino
15 a 26 anos	Oficina pedagógica I e II (turma 3)	06	Vespertino

Fonte: Plano de Trabalho da Sociedade Vida e Movimento (2003)

TAB.8

- Observação: 2 alunos almoçam na Escola

Como a maioria dos alunos ainda está no processo de alfabetização, a questão da inclusão das PPNE atendidas pela Escola Vida e Movimento no mercado de trabalho tem esse empecilho, pois para que possam ser contratados, é necessário na maioria das vezes, que sejam alfabetizados. Apesar disso, a entidade está negociando um convênio com a Cotton Baby, para iniciar um trabalho de capacitação profissional na confecção de fraldas.

A entidade mantém-se com recursos provenientes do convênio com o Governo Estadual (20%), com o Governo Municipal (15%), de empresas privadas (5%), contribuição de sócios (20%) de doações (10%) e principalmente através de promoções e eventos (30%).

Do Governo Estadual saem recursos como o terreno, professores e “mão-de-obra” vinda do convênio com a Vara de Infração e Execução Penal (pessoas condenadas à prestação de serviços comunitários). Do Governo Municipal saem professores e recursos para compra de merenda escolar. A Sociedade recebe ajuda de algumas instituições privadas. A Casa Feliz ajuda na divulgação e cede recursos fez na construção da piscina. O Café Cancun⁴³ já organizou eventos beneficentes, junto a Escola. Ainda existem outras entidades Privadas que colaboram com a Vida e Movimento como: a Construtora Zita, o Instituto Guga Kurten, os Clubes de Futebol Figueirense e Avaí, etc.

A formação da Sociedade Vida e Movimento, conta com os mesmos tipos de sócios que a APAE, além dos sócios fundadores. Podendo votar e serem votados para cargos administrativos, além de poder participar das Assembléias Gerais, dar sugestões a Diretoria, bem como se posicionar diante das decisões da mesma. Por outro lado, eles devem participar do trabalho desenvolvido, acompanhando seu dependente, além de obedecer ao Regimento Interno e o Estatuto, pagar em dia sua contribuição e assumir cargos com responsabilidade.

A estrutura organizacional também é semelhante a da APAE, porém nesta, o Conselho Administrativo recebe o nome de Conselho Deliberativo e é formado por 19 membros, ao invés de 15. A nomenclatura de alguns membros da Diretoria também é diferente: O diretor Financeiro, aqui é chamado de Tesoureiro e o Diretor Social é Diretor de Promoções Sociais. Existe contudo uma diferença substancial, a APAE conta com um Procurador Geral que é responsável pelas questões jurídicas que envolvem a Instituição ou as PPNE. Enquanto a Sociedade Vida e Movimento tem um membro com a competência de orientar a Diretoria quanto

⁴³ Boate das mais badaladas da cidade, localizada na Av. Beira Mar Norte, em Florianópolis.

a assuntos psico-pedagógicos, além de representar a entidade em eventos e junto ao poder público, o Diretor Técnico.

3.2.2.2. O convênio Sociedade Vida e Movimento X Prefeitura Municipal de Florianópolis :

No caso da Sociedade Vida e Movimento, o convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF/SME, disponibiliza recursos financeiros (11 parcelas de R\$ 462,00 por mês totalizando R\$ 5.082,00) para a compra de merenda para 35 educandos, proporcionando um cardápio que respeite as características biológicas, bem como satisfazer as necessidades dos usuários, ou seja, uma alimentação balanceada e saudável. Atenderão, especificamente, dez alunos com três refeições por dia e 27 alunos com uma refeição por dia, como mostra o quadro:

OPERACIONALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DA SOCIEDADE VIDA E MOVIMENTO

Horário	Tipo de refeição	Quantidade/dia	Dias por mês	Total por mês
10:00	Café da manhã	17	22	374
12:00	Almoço	10	22	220
15:00	Lanche	20	22	440
TOTAL				1034

Fonte: Plano de Trabalho da Sociedade Vida e Movimento (2003)

TAB.9

A PMF/S.M.E se encarrega também de ceder dois professores, trabalhando quarenta horas semanais (8hs diárias), visando atender a Educação Infantil e o Ensino Médio, que consiste em 9 educandos de 3 a 6 anos, 11 alunos de 07 a 14 anos e 15 alunos de 15 a 26 anos, totalizando 35. Os Professores já são especializados em educação especial. Para que a Escola tenha uma melhoria constante dos serviços prestados por esses professores, ela faz um trabalho de capacitação anualmente⁴⁴.

A Sociedade Vida e Movimento não recebe Subvenção Social, nem o Benefício da Ação Continuada.

Em compensação, a Escola oferece no convênio o espaço físico, os serviços e os equipamentos, da mesma forma que a APAE. Os serviços são os atendimentos prestados conforme a descrição no item anterior desse capítulo. Disponibiliza uma cozinha equipada para a preparação dos alimentos, na qual trabalha 1 funcionária responsável por esse trabalho. Os

⁴⁴ Informações obtidas a partir da leitura do Plano de Trabalho da entidade e na entrevista realizada com a A.S. Helena Maria Borges Brandão, da SMHTDS, no dia 23/04/2003, as 14:00hs.

professores e a fonoaudióloga acompanham as refeições, a fim de instruir os alunos quanto à utilização de talheres e independência na alimentação. Em casos de alunos que enfrentam algum tipo de dificuldade no processo de mastigação e deglutição, impossibilitando-o de alimentar-se sozinho, recebe o auxílio necessário.

A entidade possui 10 turmas, nas quais são desenvolvidas as atividades educativas (descritas na tabela 8). A Sociedade Vida e Movimento contrata ainda uma equipe multidisciplinar que inclui: um Psicólogo, uma Fisioterapeuta, uma fonoaudióloga e uma pedagoga, além dos cargos administrativos compostos por: uma diretora com formação em pedagogia, uma secretária, um motorista, uma roteirista (acompanha os alunos no ônibus) e um auxiliar de serviços gerais.

O espaço físico oferecido pela entidade consiste em:

- Sala de recreação
- 10 salas de aula
- Sala da secretaria e diretoria
- Sala de Fisioterapia e Fonoaudiologia
- Sala de Pedagogia e Psicologia
- Piscina térmica
- Refeitório
- Pátio
- Parque infantil
- banheiros

Apesar de ser um serviço particular, a Escola também oferece transporte para os alunos com motorista e roteirista.

3.2.2.3. Breve consideração sobre o trabalho da Sociedade Vida e Movimento

O trabalho realizado pela Escola Especial Vida e Movimento destaca-se pela preocupação com a integração e articulação do trabalho. Em entrevista com o Psicólogo e a Pedagoga da Instituição⁴⁵, fica visível esta característica.

⁴⁵ Informação obtida a partir de uma entrevista com Wulpharano Pedrosa de M. Neto (o Psicólogo da Escola) e Edézia Margarida da Silva (Pedagoga), no dia 15/05/03, às 14:00hs, na entidade

Um bom exemplo é o fato de fazerem mensalmente uma reunião de uma equipe multiprofissional para planejar as ações. Além dos encontros sistemáticos com a família e dos contatos com a escola de origem (quando a criança também estuda na R.R.E). Esse contato consiste na visita de profissionais da Vida e Movimento às escolas e vice versa. Outro ponto que deixa claro esse modelo articulado de trabalho, é o Plano de Trabalho, tendo em vista que essa entidade é a única das quatro que apresenta sua base teórica. Abordando a necessidade de um olhar dialético na educação especial.

A ação integrativa da Escola se mostra presente em diversos projetos, como um atual, que ensina os alunos a pegarem ônibus para casa sozinhos.

A Sociedade Vida e Movimento merece muitas congratulações, já que atua com um grupo de PPNE que possuem uma forma de comunicação complexa (autistas, portadores de paralisia cerebral e outros), necessitando de uma atenção especial de linguagem, haja vista, que nossa sociedade é calcada na linguagem falada e escrita.

Outro ponto positivo dessa entidade, é o desenvolvimento de atividades direcionadas para cada tipo de necessidade especial. Como o Programa TEACCH, que é direcionado a alunos com dificuldades para comunicação externa e organização interna.

A entidade é privilegiada, no que diz respeito à participação de grupos privados no seu trabalho, contando com a colaboração de importantes nomes como: “Casa Feliz” na disponibilização de recursos (como na construção da piscina) e na divulgação (feita na tv), Café Cancun na divulgação, entre outras.

Na visita⁴⁶ a entidade, percebe-se que a equipe é muito organizada, receptiva e preparada. Além disso, nota-se que a espaço físico, que apesar de não ser muito grande, está em excelentes condições para atender seus alunos.

3.2.3. Instituto de Audição e Terapia da Linguagem IATEL

3.2.3.1. Descrição da entidade(IATEL, 2003):

Fundada em 1969, por pais de crianças portadoras de surdes e dificuldades fonoaudiológicas. Assim como as citadas anteriormente, a IATEL também tem caráter

⁴⁶ Idem

filantrópico e está registrada no CNAS, além de ser reconhecido como entidade de utilidade pública nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Tem como meta o desenvolvimento de atividades relativa à educação de pessoas com limitações auditivas, objetivando sua inserção no ensino regular e o encaminhamento profissional, além do trabalho de habilitação e reabilitação da comunicação oral, escrita, vocal e auditiva. O instituto também propicia o estudo da Língua Brasileira dos Surdos – LIBRAS e sua sistematização.

De forma geral o Instituto oferece dois tipos de atendimento: aos surdos, que são matriculados como alunos e tem atendimento de Apoio Pedagógico, Psicomotricidade e terapia da linguagem quando tem problemas fonológicos associados, e aos portadores de limitações fonológicas que são atendidos periodicamente (geralmente uma vez por semana) como pacientes, recebendo atendimento de terapia da linguagem.

A IATEL oferece Estimulação Essencial para crianças de 0 a 6 anos, apoio Pedagógico para pessoas (qualquer faixa etária) portadoras de surdez da rede regular de ensino. Presta outrossim, atendimento a pessoas portadoras de limitações fonológicas, trabalho de psicomotricidade, cursos profissionalizantes de Informática Básica e a Internet para surdos (ministrado por um surdo).

As crianças que ainda não freqüentam a Rede Regular de Ensino – R.R.E. recebem atendimento voltado ao desenvolvimento psicomotor e educação especial.

Os alunos de 0 a 3 anos recebem a Estimulação Essencial para alunos surdos. São atividades lúdicas para o desenvolvimento dos cinco sentidos da criança, além do lado psicológico. Faz parte da Estimulação Essencial, um trabalho de psicomotricidade (para as crianças que necessitarem), que são exercícios visando a correção postural, a orientação espaço-temporal, o equilíbrio, etc.

As crianças de 4 a 6 recebem a educação infantil para surdos. São atividades que trabalham o princípio da alfabetização e atividades lúdicas.

Os alunos surdos da Rede Regular de Ensino, de 7 anos em diante recebem o apoio pedagógico, uma espécie de reforço para que não se atrasem devido sua limitação. São passados e revisados conteúdos curriculares.

A terapia da Linguagem é oferecida ao surdo e para as pessoas com limitações fonológicas. Consiste em exercícios que estimulem sua voz e comunicação, orientados por uma fonoaudióloga. São atendidos 10 educandos por semana, em sessões de meia hora (30 minutos)

A entidade já ofereceu curso de LIBRAS para professores da R.R.E.⁴⁷ e oferece aula de LIBRAS para alunos da Educação Infantil até o Ensino Médio, ministrado por professor portador de surdez⁴⁸.

A inserção dos surdos no mercado de trabalho, através da IATEL, ocorre em parceria com algumas empresas que já tem conhecimento do Instituto e desejam estar em comprimento com a lei nº 8213/91 (ANEXO A). Além disso, os cursos de informática básica e internet oferecidos, ajudam a capacitar os surdos⁴⁹ para o mercado de trabalho.

O quadro abaixo descreve as características do atendimento:

CARACTERISTICAS DAS ATIVIDADES DO IATEL

Área/Faixa Etária	Tipo de atendimento	Nº de alunos	periodicidade
Crianças (0 a 6 anos)	Psicomotricidade e Terapia da Linguagem	50	22 matutino 28 vespertino
Crianças/adol. (7 a 12 anos)	Psicomotricidade e Terapia da Linguagem	65	27 matutino 38 vespertino
Adolescentes (13 a 18)	Terapia da Linguagem	39	14 matutino 25 vespertino
Jovens/ adultos (18 ou +)	Terapia da Linguagem	17	06 matutino 11 vespertino
Surdos	Psicomotricidade e Terapia da Linguagem	82	24 matutino 54 vespertino
TOTAL		253	

Fonte: Plano de Trabalho da IATEL (2003)

TAB.10

⁴⁷ Também já foi oferecido pela UFSC e pela Associação de Surdos de Florianópolis, hoje é oferecido pela prefeitura.

⁴⁸ As pessoas portadoras limitações auditivas pedem que use o termo surdo, por isso apesar de discordar o termo utilizado nesse trabalho foi surdo/surdez.

⁴⁹ Idem.

A Assistente Social⁵⁰ do Instituto coloca que o número de pessoas atendidas pelo IATEL hoje já está entre 280 e 300. Segundo ela, não há uma base da demanda reprimida, pois a entidade atende todos os usuários que procuram os serviços. Os alunos surdos que tem condição, colaboram com a contia desejada. Já nos atendimentos fonoaudiólogos são feitos um pagamento mensal (de 4 a 8 sessões) muito menor que o preço de serviços particulares, o equivalente a uma consulta, mas que só é pago pelas famílias com possibilidades financeiras. Como a maioria dos atendidos são encaminhados por escolas conveniadas⁵¹ ou são isentos por não possuírem meios de pagar, apenas cerca de 10% são atendidos sob um caráter particular.

É feito um estudo de caso por toda equipe técnica, com o intuito de saber se a criança será atendida ali e que tipo de atendimento ela receberá.

A função do Serviço Social no estudo é justamente avaliar quem tem condições para pagar. Segundo a Assistente Social Zilma, é feita uma triagem, na qual o possível usuário é atendido pela equipe técnica (médico, pedagoga, psicóloga, fonoaudióloga e Assistente Social), que dá um parecer sobre o tipo de atendimento que receberá na instituição ou encaminha-o para um profissional ou entidade competente. Posto que muitas vezes pessoas que procuram a IATEL, necessitam de outros tipos de atendimento, que não ela não oferece. A Assistente Social avalia então, através de um atendimento pessoal e análise de uma ficha entregue a família a ser beneficiada, as condições sócio-econômicas da mesma. Ela explica que a sua experiência profissional (ela trabalha há 35 anos) permite que ela faça a avaliação sem a necessidade de uma visita domiciliar ou comprovação de renda. Quando a família não tem condição, recebe também o vale transporte.

A outra função do Serviço Social na entidade, é uma função está diretamente relacionada com os direitos das PPNE. A Assistente Social participa das reuniões de diferentes conselhos: o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, bem como do Núcleo de Combate a Discriminação e de Promoção da igualdade de Oportunidades – NUCOODIS. Esse último, faz

⁵⁰ Zilma N.S. Rosa, em entrevista realizada no dia 14/05/03, às 10:00hs.

⁵¹ O convênio será explicado melhor no tópico seguinte

parte da Delegacia Regional do Trabalho, que é responsável pela fiscalização das empresas quanto ao cumprimento das cotas para PPNE, da lei nº 8213/91.

A estrutura organizacional do IATEL se diferencia um pouco das duas entidades anteriores, pois é formada apenas por: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. A Assembléia Geral e o Conselho Fiscal funcionam em moldes semelhantes, a diferença está na diretoria. Ela é formada por três membros: o Diretor Geral, Financeiro e Operacional, sendo responsável pelas funções de decisão, gestão, bem como a administração financeira e operacional. Para executar as ações do IATEL, existe em sua organização a divisão nos setores: Administrativo, Técnico e (Re) educativo. Nas outras entidades esses setores fazem parte da Diretoria. O IATEL tem os mesmos tipos de sócios que a Sociedade Vida e Movimento, tendo como direito à participação na Assembléia Geral e como deveres, a manutenção e prestação e divulgação dos serviços.

O IATEL não faz um trabalho de divulgação sistemático, segundo a Assistente Social, por que já é bem conhecida. Ela disse que o fato de ter convênio com o Governo faz com que a informação chegue as pessoas que necessitam dos serviços, através das escolas. Além disso, as famílias de pessoas atendidas também ajudam muito a divulgar o trabalho.

Ele se mantém com recursos do Convênio com o Governo Federal – 29,10%, Estadual – 17% e Municipal – 43%, bem como contribuição de sócios – 2,8%, doações – 2% e prestação de serviços voluntários – 4,65%. Esse ano (2003), foi firmado um convênio também com o Governo Municipal de São José, que cobre o atendimento a 30 crianças. A Secretária da Educação do Estado é que paga o aluguel do espaço da Escola.

3.2.3.2. O convênio IATEL X Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF:

O IATEL recebe da Prefeitura os três tipos de benefícios: **a cessão de Professores, os recursos financeiros para compra de merenda escolar e a subvenção social.** Também recebe uma ajuda especial direcionada a compra de vale transporte para alunos atendidos na Terapia da Linguagem.

A PMF/S.M.E cobre o atendimento de 100 crianças com matrícula na R.R.E, considerando que são R\$ 70,00 por consulta, totalizam então R\$ 7.000,00 por mês. Esse número

é referente às pessoas atendidas na triagem e no atendimento em si, sendo 10 de cada por semana, totalizando 80 consultas.

Com relação aos recursos para compra de alimentos para merenda escolar, a PMF/S.M.E disponibiliza R\$ 330,00 mensais (11 meses), sendo 3.630,00 ao ano. O objetivo é suprir as necessidades nutricionais das crianças necessitadas, resultando na melhoria de seu desempenho. A tabela abaixo descreve a operacionalização:

OPERACIONALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DO IATEL

Hora	Tipo de Refeição	Quant./dia	Dias por mês	Total por tipo
8:00hs	Café da manhã	19	21	399
10:00hs	Lanche/almoço	25	21	525
15:30hs	Lanche jantar	56	21	1176
Total por mês		100	21	2100

Fonte: Plano de Trabalho da IATEL (2003)

TAB.11

Através do FMAS, na forma de Subvenção Social, a PMF/S.M.H.T.D.S. concede auxílio transporte para cerca de 250 crianças, sendo 11 parcelas mensais de R\$ 850,00, fechando 9.350 Reais no ano.

Devido à participação no Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência, a IATEL tem um convênio com a PMF-FMAS. Desde 1975, quando ainda existia a LBA, tem como objetivo a prestação de atendimento a 140 crianças de Famílias desprovidas de renda. São 65 crianças que recebem atendimento de Terapia da Linguagem, 65 de Reabilitação para Surdos e 10 de Estimulação Essencial. O Benefício de Ação Continuada corresponde a R\$ 57.345,60, divididos em 12 parcelas mensais de 4778,80⁵².

Em contrapartida, a IATEL oferece aos alunos da R.R.E encaminhados pela prefeitura, 11 salas e os serviços de:

- Estimulação Essencial,
- Educação Infantil,
- Psicomotricidade,
- Apoio Pedagógico,
- Terapia da linguagem e Triagem,

⁵² Informações obtidas a partir da leitura do Plano de Trabalho da entidade e na entrevista realizada com a A.S. Helena Maria Borges Brandão, da SMHTDS, no dia 23/04/2003, as 14:00hs.

- Avaliação técnica e Estudo de Caso,
- Ensino de Libras e
- Aulas de informática.

O Instituto ainda é responsável pelos recursos humanos, formado por funcionários administrativos, de limpeza e cozinha, voluntários, estagiários, além de uma equipe técnica, formada por Psicólogo, Assistente Social, Fisioterapeuta e Pedagoga.

Em caso de necessidade, a IATEL complementa a compra de alimentos com recursos próprios. Segundo o plano de trabalho da entidade, isso ocorre constantemente, pois o valor *per capita* não supri completamente a demanda.

Como a entidade recebe recursos para auxiliar no transporte dos educandos, ela controla a utilização do passe. Para que os passes sejam utilizados da forma estabelecida, são dados diariamente. Também se controla o número de faltas. Da mesma forma que na alimentação, no transporte há uma complementação do IATEL nos recursos, posto que muitas das crianças não têm idade suficiente para irem sozinhas ao atendimento, necessitando de um acompanhante. Como a grande maioria são pessoas carentes de recursos financeiros, demandam também de passe, que são mais caros que os de estudante.

3.2.3.3. Breve consideração sobre o trabalho do IATEL.

O IATEL é a única instituição que presta serviços gratuitos aos surdos na Grande Florianópolis e até pouco tempo era a única do estado de Santa Catarina⁵³.

Também merece destaque o trabalho diversificado que essa entidade oferece, principalmente para as crianças. Um serviço prestado que se sobressai é o destinado às crianças menores, o qual contribui para a evolução geral da mesma. Já que a estimulação essencial visa a utilização e o desenvolvimento dos cinco sentidos e da para psicológica da criança com atividades lúdicas, enquanto o trabalho de psicomotricidade estimula campos como o equilíbrio e a postura.

O curso de LIBRAS é também uma grande qualidade dessa instituição, pois oportuniza uma melhor comunicação das pessoas surdas e com limitações fonológicas.

A IATEL também realiza relevantes ações que possibilitam a inclusão profissional dos atendidos, através de acordos com empresas, dos cursos de informática e da participação da Assistente Social nos Conselhos e no NUCOODS.

Por outro lado a IATEL é das quatro entidades, a única que aparenta necessitar de mais recursos, já que é a única sem sede própria, além de ser a menor. Um dos motivos para essa maior necessidade é que não recebe apoio de empresas privadas. Talvez devesse ser feito um trabalho de divulgação, com o objetivo de conquistar parceiros. Por outro lado, é a que tem o maior número de voluntários e estagiários (inclusive de Serviço Social).

A IATEL também é um pouco limitada no que diz respeito ao contato com a família, por vezes, foca muito seu trabalho na criança.

A visita à entidade revela uma coisa interessante, o termo utilizado é sempre surdo, nunca Deficiente Auditivo ou Pessoa Portadora de deficiência auditiva, o que é considerável pois ambas as nomenclaturas trazem um “ar” de inferior (deficit). No entanto eles também se sentem incomodados com o uso das terminologias: “Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais” ou “Pessoas com limitações auditivas”. É bom lembrar que nem todas as pessoas atendidas lá, são totalmente surdas e que o termo surdo pode ser tão ou mais estigmatizante, que os dois últimos.

3.2.4. Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC.

3.2.4.1. Descrição da entidade (ACIC, 2003):

A ACIC foi fundada em 1977, por um grupo de cegos que buscavam melhor qualidade de vida. Alguns anos depois (1986), já com alguma autonomia criaram o Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência – CRPC, com o ideal de proporcionar reabilitação e profissionalização no mesmo espaço físico. No início, eram poucos profissionais e alunos, realizando atividades em um local alugado. Com a participação da Sociedade Civil, a entidade cresceu e tornou-se referência para o Brasil⁵⁴.

Caracteriza-se como uma instituição privada, sem fins lucrativos, de âmbito estadual, com registro no CNAS, como instituição de utilidade Federal, Estadual e Municipal. Promove a

⁵³ Informação obtida na entrevista com a Assistente Social do IATEL Zilma N. S. Rosa. Segundo a A.S da entidade, apenas a IATEL atendia esse tipo de usuário até o fim do ano passado. Atualmente existe outra, que ela não soube dizer se fica em Joinville ou Itajaí

cidadania das Pessoas Portadoras de Deficiência Visual (PPDV), através de ações no campo político, na habilitação, reabilitação e profissionalização. Buscando a integração dos usuários através de atividades profissionalizantes, desenvolvimento da cultura, incentivo a prevenção e a conscientização dessas pessoas sobre sua condição e seus direitos. A prevenção é feita através de orientações dada aos alunos, bem como campanhas. Trabalhando a questão das doenças hereditárias causadoras de deficiência e a prevenção de doenças do dia-a-dia.

Tem ACIC atende pessoas de 14 anos em diante executando diversas formas de trabalho, como demonstra a tabela:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ACIC

Faixa etária	Área	Nº de turmas	Tipos de atendimento	Quant.	Período
Acima de 14 anos	PPDV em período de reabilitação/profissionalização	02	Internato (alojamento masculino e feminino)	32	11 meses ao ano
—	Famílias de PPDV (alunos e ex-alunos).	01	Assistência e Orientação	250	O necessário
Acima de 14 anos	PPDV em período de reabilitação/profissionalização	26	Assistência, Reabilitação, Profissionalização	130=55 55 20	Matutino/ vespertino integral
Acima de 14 anos	PPDV em período de reabilitação/profissionalização	01	Coral	30	noturno
TOTAL		30		442	

Fonte: Plano de Trabalho ACIC (2003)

TAB.12

O Internato hospeda alunos vindos de outras cidades do estado, que necessitem do atendimento na ACIC. Geralmente esses alunos são encaminhados das prefeituras de suas respectivas cidades.

Os Atendimentos de Reabilitação e Profissionalização são realizados no CRPC, por profissionais de diversos setores, de acordo com a modalidade.

⁵⁴ Segundo Carlos Alberto do CONEDE, a entidade é uma das mais conceituadas do Brasil, no atendimento a PPNE.

A **Primeira** Modalidade seria a Orientação e Mobilidade. Na qual o aluno aprende técnicas de uso da bengala, de guia vidente, além de como absorver a noção do espaço e dos obstáculos físicos. Essa modalidade vislumbra a satisfação do deslocamento independente, logo, do direito de ir e vir.

A **segunda** seria a instrução das Atividades da Vida Diária – AVD. Consiste no aprendizado das atividades rotineiras, como arrumar uma cama, varrer a casa, etc. Para que haja sucesso, é preciso que a família participe e incentive esse aprendizado. Tem o objetivo de desenvolver a auto-estima dos alunos, através da integração nas atividades cotidianas, de forma elegante, segura e com delicadeza.

A **terceira** é a alfabetização e treinamento no sistema Braille. Aqui o educando é instruído de como ler e escrever nesse sistema. São utilizados todos tipos de Publicação para a leitura e uma máquina de escrever específica. Assim o aluno tem a oportunidade de desenvolver-se culturalmente e seguir uma vida acadêmica normal. A ACIC conta com uma biblioteca no sistema e uma sala de “tradução” e impressão em Braille.

A **quarta** modalidade consiste no Treinamento em Escrita Cursiva. Essa permite ao aluno aprender a escrever de forma linear, através da prática constante e progressiva. A partir daí, ele estará capacitado a assinar, datar documentos, preencher cheques e até escrever textos, ajudando na integração social, na ampliação da auto-estima, da cidadania e da independência da PPDV.

A **quinta**, são aulas de datilografia comum. Que os alunos são ensinados para usar o teclado mecânico, facilitando sua comunicação com pessoas videntes e proporcionando a “inclusão tecnológica”.

O mesmo objetivo tem a **sexta** modalidade, a iniciação a informática. Com o auxílio de dois programas de voz (Dos Vox e Jaws), o aluno aprende a usar o windows, Word e os demais benefícios do computador.

A **sétima** modalidade, são aulas de técnicas do Sorobã. Instrumento com bolinhas plásticas, que serve para a montagem e efetuação de operações matemáticas. Como a matemática é uma ciência exata, faz-se necessário a visualização numérica e o Sorobã possibilita isso às PPDV com o uso do tato. Essa é uma das mais importantes modalidades de trabalho desenvolvidas pela ACIC, pois permite que o aluno estude matemática, desenvolva seu raciocínio e siga sua vida escolar normalmente.

A **oitava**, são alunas de Educação Física. Trabalha os aspectos do progresso motor, cognitivo e afetivo do educando, a partir desenvolvimento dos movimentos básicos, da aptidão física, de habilidades esportivas e recreativas, assim como o estímulo do desejo da melhoria física. Junto com a educação física, é realizado o atendimento de psicomotricidade, que trabalha o equilíbrio, a postura e a noção de espaço.

A **nona** é a orientação para a utilização de recursos direcionados a atender PPDV, disponíveis na comunidade, que complementam as oferecidas na ACIC.

A **décima** modalidade é a musicoterapia, que os alunos desenvolvem um trabalho de voz e canto. Os que se sentem bem, participam de um coral. Essa atividade também ajuda muito na auto-estima das PPDV.

São executado ainda, o apoio pedagógico, para o aluno integrado a R.R.E e Educação Artística.

O quadro abaixo descreve a operacionalização das atividades

OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACIC

Horário	Tipos de Atendimento	Horas por dia	Dias/sem	Horas/semana
8-12hs/13-17hs	Atividades da Vida Diária	8 horas	5	40
13-17hs	Musicoterapia	4 horas	5	20
8-12hs/13-17hs	Educação Artística	8 horas	5	40
8-12hs/13-17hs	Informática	8 horas	5	40
8-12hs	Alfabetização Baille	4 horas	5	20
8-12hs/13-17hs	Coord. Pedagógica	8 horas	5	40
8-12hs	Sorobã	4 horas	5	20
8-12hs/13-17hs	Orientação e mobilidade	8 horas	5	40
8-12hs/13-17hs	Educação Física	8 horas	5	40
17-21hs	Apoio Pedagógico	4 horas	5	20
Total				320

Fonte: Plano de Trabalho da ACIC (2003)

TAB.13

Quanto à Profissionalização a ACIC executa um programa, com diversas atividades que proporcionam a capacitação para o mercado de trabalho, através do estímulo das potencialidades dos usuários da ACIC, instruídos por professores preparados e utilizando equipamentos específicos.

O aluno pratica diferentes Atividades Laborativas e dá seqüência com a que tem mais afinidade e aptidão. Dentre elas estão: Oficinas de Pães, de Produção de plásticos rígidos, de tecelagem, de tapeçaria, de artesanato em sisal, entre outras. A partir desse aprendizado, as PPDV podem desenvolver tais habilidades em casa ou em empresas congêneres.

A ACIC também desenvolve cursos profissionalizantes, em parceria com outras entidades como o SENAI, o SINE e a Habitare. Além de encaminhar alunos reabilitados para escolas ou cursos supletivos.

No caso de disponibilidade de vagas em empresas prestadora de serviços compatíveis com a formação profissional dos alunos da ACIC, ele pode ser encaminhado. Primeiro ele fica em treinamento na ACIC, depois ele faz um estágio na respectiva empresa, para enfim (se estiver capacitado) começar o trabalho. Nos primeiros três meses ele é acompanhado e avaliado pela equipe técnica da ACIC, depois o educando assume sozinho suas responsabilidades e compromissos.

A Estrutura organizacional e as respectivas funções da ACIC, se assemelha a da APAE, mas o Presidente deve ser cego.

A equipe técnica da ACIC é formada por professores, médico, psicóloga, pedagoga, 2 assistentes sociais e fisioterapeuta .

O Serviço Social é dividido da seguinte: uma das Assistentes Sociais faz os trabalhos relacionados ao CRPC e a outra realiza as ações de relações externas.

Uma das funções desenvolvidas pelo Serviço Social d CRPC é a triagem. A Assistente Social faz um estudo de caso com a clientela encaminhada, para avaliar as condições sócio-econômicas, das relações familiares e orientar o atendimento ou possíveis encaminhamentos a outras entidades. No caso de solicitação da equipe, é feito um novo estudo. No caso do aluno ser matriculado, o Serviço Social também faz um trabalho de motivação e orientação para a participação na dinâmica do CRPC, nos casos de alunos com condições econômicas, é estipulada a contribuição.

Quando um aluno falta muito, é feita uma visita domiciliar ou uma abordagem individual para averiguar os motivos.

Outra função é o encaminhamento e supervisão dos educandos no mercado de trabalho.

Dentre as atividades de relações externas, está a elaboração de projetos e documentos, bem como os contatos, que visem a captação de recursos, a divulgação, a promoção, a efetivação de convênios e as parcerias da ACIC. Além da participação junto a órgãos representativos como o CMAS e Eventos de discussão. Também elabora encaminhamentos para entidades da comunidade, que busquem satisfazer as demandas assistenciais e médicas dos alunos e suas famílias, como a aquisição de bolsas de estudo, por exemplo.

Já o Atendimento Psicológico tem como objetivo o desenvolvimento individual da PPDV, fazendo-o reconhecer suas limitações, potencialidades, para ampliar sua auto-estima e sua independência. O Psicólogo participa do processo de triagem, do estudo de caso, da conscientização e da motivação junto ao Serviço Social, mas com o enfoque psicológico e individual. Ainda participa da seleção dos alunos a serem profissionalizados.

Também contribui para que haja uma compatibilidade entre a expectativa e a sua capacidade de realização.

A Psicologia tem o papel fundamental de elo dos usuários com a equipe e dela entre si.

A Pedagogia por sua vez, é responsável pela avaliação, elaboração e reformulação curricular da entidade, assim como o material didático a ser utilizado, de acordo com a sua experiência técnica e com as necessidades averiguadas pela equipe e pelos usuários. Também mantém a articulação com a administração das oficinas, com o intuito de conciliar os objetivos técnicos e administrativos.

Além disso a Pedagoga planeja e elabora testes e provas, além de complementar a avaliação dos demais profissionais nos processos de triagem, encaminhamento escolar e profissional.

As principais estratégias de divulgação da ACIC são a distribuição de folders e o chamado boca a boca. Mas também faz campanhas como no ano passado (2002), quando foi lançado um livro sobre a questão: "seus olhos". As escolas, empresas e prefeituras que conhecem o trabalho da instituição as principais responsáveis pela divulgação.

Esse ano a ACIC está como um projeto para veiculação de uma vinheta na tv.

A ACIC se mantém com recursos provenientes do convênio com o Governo Federal – 7,9 % e Municipal – 30,6%, do apoio de Empresas Privadas, da contribuição de sócios e de promoções – 2,2% e a maior parte de doações – 44,3%.

A ACIC não tem um convênio fixo com nenhuma empresa, mas recebe colaborações esporádicas, como acontece esse ano. A R Ramos serviços, empresa que produz grampos de papel, fez um acordo com a ACIC, no qual alunos trabalham na própria entidade e são remunerados pelo serviço de embalagem.

Dentre os eventos organizados pela ACIC destacam-se as festas e jantares oferecidos na entidade.

3.2.4.2. O Convênio ACIC X Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF

A ACIC tem o convênio mais abrangente com a PMF. Ele inclui um auxílio que possibilita:

- A cessão de Professores,
- A aquisição de um profissional de Enfermagem,
- A aquisição de um Profissional de cozinha (merendeira),
- A aquisição de um profissional de limpeza e conservação (servente),
- A liberação de recursos para compra de alimentos para merenda,
- A liberação de verbas para manutenção da entidade e
- O repasse de medicamentos prescritos para os alunos.

Esse amplo apoio justifica-se pelo grande número de PPDV em Florianópolis, cerca de 35.000. Tendo hoje a ACIC condições para atender 442 pessoas (130 alunos em trabalho de reabilitação e profissionalização, 120 ex-alunos em busca de assistência e orientação, além dos 32 “internos”), o convênio vem como forma de manutenção e possível ampliação dos serviços.

São cedidos pela PMF/S.M.E X professores e 1 pedagogo efetivo para realizar as atividades descritas na tabela 10, sendo por exigência da ACIC, especializados nas devidas áreas. Destes, são X professores que trabalham x horas por dia (por semana), totalizando 160hs.

Com relação aos recursos para alimentação, a PMF/S.M.E. concede R\$ 1.089,00 mensais de fevereiro a dezembro (11 parcelas), totalizando R\$ 11.979,00 no ano. Esse benefício auxilia a compra de 10.800 refeições, atendendo cerca de 110 alunos, oportunizando uma alimentação saudável e conseqüentemente, o um melhor rendimento das atividades⁵⁵.

As refeições são distribuídas da seguinte forma:

⁵⁵ Informações obtidas a partir da leitura do Plano de Trabalho da entidade e na entrevista realizada com a A.S. Helena Maria Borges Brandão, da SMHTDS, no dia 23/04/2003, as 14:00hs.

REFEIÇÕES ACIC

Horário	Tipo de refeição	Quant. por dia	Dias no mês	Total no mês
7:30 Hs	Cafê da manhã	32	30	960
9:50 Hs	Lanche	130	22	2.860
12:00 Hs	Almoço	100	22	2.200
12:00 Hs	Almoço	32	30	960
15:50 Hs	Lanche	130	22	2.860
18:30 Hs	Jantar	32	30	960
Total		456	30	10.800

Fonte: Plano de Trabalho da ACIC (2003)

TAB.14

Para atender as PPDV que têm alguma enfermidade, como: diabetes, hipertensão, epilepsia, problemas auditivos, etc, é contratado: um profissional de Enfermagem e comprados medicamentos. O profissional trabalha 4 horas por dia ou 20 horas semanais, no período matutino (8 – 12hs) e são comprados medicamentos (e afins) como: algodão, colírios, Triptanol, Buscopan, Diazepan, Biamotil, etc.

Também são contratados: um profissional de cozinha (Merendeira) e um Servente, responsáveis pela preparação das refeições e pela limpeza/conservação na entidade, respectivamente. Ambos trabalham 8 horas diárias (40 horas semanais), nos períodos de oito ao meio-dia e das treze às dezessete horas.

Para a contratação do profissional de enfermagem, de cozinha, de manutenção da entidade, além dos custos com medicamentos e os gastos fixos, a entidade recebe a Subvenção Social e o Benefício de Ação Continuada, voltada ao tratamento de reabilitação de X alunos. No primeiro, há a concessão de recursos financeiros próprios da PMF (FMAS), por intermédio da S.M.H.T.D.S. São cedidos mensalmente R\$ 4.589,00 e 38.500,00 no total das 11 parcelas. No segundo, devido à participação no Programa Nacional de Apoio a PPD, a ACIC recebe do FMAS, uma verba vinda do Governo Federal, equivalente a R\$ 9.408,00 no ano, distribuídos em 12 parcelas de R\$ 784,00⁵⁶.

A tabela a seguir descreve os gastos fixos da ACIC e seus respectivos custos:

DESPESAS FIXAS ACIC

Discriminação	Custo	Discriminação	Custo /mês
---------------	-------	---------------	------------

⁵⁶ Idem

	/mês		
Água	R\$ 250,00	Material de expediente	R\$ 300,00
Luz	R\$ 2000,00	Manutenção dos prédios	R\$ 1.000,00
Telefone	R\$ 1.400,00	Diversos	R\$ 300,00
Manutenção de automóveis	R\$ 150,00	Alimentos	R\$ 1.500,00
Combustível	R\$ 1.000,00	Impostos/encargos	R\$ 800,00
Funcionários	R\$ 11.000,00	TOTAL	R\$20.000,00
Gás	R\$ 300,00		

Fonte: Plano de Trabalho da ACIC (2003)

TAB.15

Em contrapartida, a entidade oferece o espaço físico composto pelos prédios, 11 salas de aula, cozinha e refeitório, escritório, 2 pensionatos, laboratório de informática, veículos, biblioteca e equipamentos especiais (material didático, auxílios óticos). Além dos recursos humanos (contratação e treinamento), que inclui 10 professores e técnicos de 40hs semanais e 1 de 20hs oriundos do convênio com a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE. Também disponibiliza 16 funcionários de 44hs semanais de contratação com recursos próprios, dentre eles funcionário para preparação de alimentos. Além disso, complementa as refeições, comprando alimentos. Por fim, busca junto a outros parceiros o restante da verba, para complementar as despesas da ACIC (tabela12).

3.2.4.3. Breve consideração sobre o trabalho desenvolvido pela ACIC.

A ACIC destaca-se no atendimento conveniado às PPNE, pois atende uma demanda estadual. Além de atender o grupo que representa numericamente o maior entre as “deficiências”. Segundo o censo de 2000 (apud, Plano de Trabalho da ACIC de 2003), as PPDV, representam cerca de 7% da população de Santa Catarina (35.000 pessoas na Grande Florianópolis e 350.000 em SC).

A ACIC tem um atendimento diferencial, o internato, tendo 32 alunos hospedados nas dependências da entidade.

A estrutura física da entidade é toda voltada as necessidades das PPDV, mostrando a coerência entre teoria e prática. Além disso, essa estrutura é grande e diversificada, contando com uma ampla área verde, diversas salas, biblioteca com vários livros em Baile, além de

identificação em Braille em todas as repartições. Devido ao seu tamanho da entidade, ela conta com uma central de comunicação com alto-falantes espalhados por toda ACIC.

Além disso, apresenta uma gama diversa de atividades, merecendo congratulações os aprendizados do Sorobã, do sistema Baille e dos programas específicos de informática, pois são inventos que permitem a integração de deficientes como poucos, principalmente por trabalharem a questão da comunicação e o raciocínio, dois fatores fundamentais para vida cotidiana e o desenvolvimento pessoal.

Uma característica que merece destaque na instituição, é a grande quantidade de funcionários que são PPDV, entre eles a professora de Sorobã e do Sistema Braille, o bibliotecário, sem falar do presidente, vice-presidentes e outros membros da direção.

A ACIC só atende pessoas acima de 14 anos, segundo a Assistente Social M^a Antônia⁵⁷, prestar atendimento para crianças portadoras de Deficiência Visual exige uma estrutura técnica e física muito complexa, que no momento a ACIC não tem. Além disso seria necessária uma quantia muito maior de recursos, que não é algo fácil de conseguir. Sua justificativa é coerente, posto que são 35.000 pessoas portadoras de deficiência visual só na Grande Florianópolis e seria impossível atender todas elas (Plano de Trabalho, ACIC 2003). Pelo menos as 162 (sem contar as orientações para ex-alunos) atendidas pela entidade recebem um atendimento muito qualificado. M^a Antônia disse que as crianças que passam pela ACIC são encaminhadas à FCEE ou recebem algum tipo de atendimento na própria escola. Talvez seria interessante que o Governo prestasse mais algum atendimento a esse grupo que é tão grande, suprimindo a carência de um atendimento feito com crianças. Mas é bom ressaltar que a mais importante que novas entidades, é a criação de um programa preventivo intenso.

Vale ressaltar como aspecto positivo, a equipe técnica da ACIC que conta com duas Assistentes Sociais, algo muito difícil de acontecer em qualquer tipo de entidade, quanto mais numa entidade que atenda PPNE. As duas realizam um trabalho articulado, com distribuição de funções e muito bem organizado, contribuindo consideravelmente para o funcionamento da instituição.

Ao visitar a ACIC e entrar em contato com as pessoas cegas, é possível notar que a essas pessoas superam sua limitação num sentido, aguçando os demais. Sendo assim, seu tato, audição, olfato, paladar e noção de espaço e senso de direção são muito mais desenvolvidos que

⁵⁷ Entrevistada na ACIC, no dia 22/05/2003, as 9:00hs.

de uma pessoa vidente. A pessoa que apresenta a entidade para os visitantes é um dos alunos cegos, que exemplifica essa superação.

3.3. Propostas para a ampliação dos direitos das Pessoas Portadora de Necessidades Especiais e o enfrentamento desta questão.

Para que a condição das PPNE melhore consideravelmente, são necessárias medidas em três níveis de atuação: na prevenção, nas ações de habilitação / reabilitação e inclusão, e na terceira e ultima no processo de fiscalização das leis visando garantir o seu cumprimento .

O país que implementa essas três linhas de ação juntamente com uma legislação que as fundamente, certamente estará tratando esse segmento da forma merecida e estará mais próximo de uma sociedade justa e igualitária. O Brasil já tem uma legislação considerável para o grupo, agora tem que executar.

3.3.1. A prevenção:

A OMS (2000, apud HECK, 13/04/2002, p. 1) estima que cerca de 10% (cerca de 600 milhões) da população mundial são portadoras de algum tipo de deficiência. Esse número é crescente e junto com ele cresce o número de entidades e ações voltadas a atender esse segmento. No entanto, sabe-se que essas, não são capazes de atingir todas as PPNE, logo, a forma mais eficaz de solucionar as questões que envolvem essas pessoas é a prevenção.

Segundo a OMS, 80% das pessoas portadoras de deficiências vivem em países em desenvolvimento (como o Brasil), sendo um terço formado por crianças. Do total de todas as deficiências, pelo menos um terço poderiam ser evitadas ou tratadas. As causadas por poliomielite, que atinge 300.000 crianças por ano, é um exemplo. Ou a desnutrição, que causa deficiência em 1 milhão de pessoas por ano. Também as cegueiras, que em diversos casos (cerca de 20 milhões) poderiam ser tratadas por cirurgias de catarata. Segue-se então outras como as causadas por meningite, abuso sexual infantil, etc (conforme FLETCHER, 1994.).

É preciso conhecer as causas para agir sobre elas. No Brasil, do número total (14,6 Mi.) das PPNE são: 5,8 Mi. portadoras de deficiência mental, 4,4 Mi. portadoras de deficiência física, 2,9 portadoras de deficiência sensorial e 1,5 portadoras de deficiência múltipla. Sendo as

principais causas: má nutrição de mães e filhos, infecções, acidentes de trânsito, as anomalias congênitas e a violência. Há também muitas causadas por acidentes de outros tipos, destacando os industriais metalúrgicos. (OMS, apud RASTOLDO, s.d.)

Segundo o CEDIPOD (site www.cedipod.org.br/prev, acessado em 03/06/2003) as causas são classificadas em pré-gestacionais (antes da gestação, relacionadas aos genes dos pais), pré-natais (antes do parto), peri-natais (durante ou pouco depois do parto) e pós-natais (depois do parto).

As causas pré-natais ocorrem no período entre a fecundação e o desenvolvimento fetal. Dentre elas, as principais são:

- Quando a mãe é muito jovem (menos de vinte anos) ou tem idade avançada (acima de 35 anos);
- Quando a gestante já teve muitos filhos (5 ou mais), aumentando a tendência de complicações na gravidez
- Quando a mãe tem um filho a menos de 2 anos, o que aumenta a chance da criança ter problemas de má-formação e baixo peso;
- Quando o fator rh+ da mãe, é incompatível com o do filho(rh-), gerando abortos, convulsões e deficiências.
- Quando a mãe sofre de pressão alta (além de poder causar lesões no bebê, é a maior causa de morte materna do Brasil)
- A rubéola materna pode causar síndromes na áreas neuro-mental, sensorial e cardiovascular do feto.
- A sífilis, uma das mais comuns das doenças venéreas, quando precoce (até seis meses de idade) afeta as áreas neurológicas, oftalmológicas, ósseas e cutânea, quando tardia (após os 2 anos) pode causar lesões dentárias.
- Quando a mãe faz uso indevido de drogas. Não só os considerados tóxicos, como o tabaco, álcool e as drogas ilícitas em geral, mas também medicamentos como os analgésicos, diuréticos, antibióticos e tranquilizantes, amplia a possibilidade de complicações durante a gravidez, com grande possibilidade do nascimento de crianças com lesões, relacionadas ao sistema nervoso principalmente. Os medicamentos e os tóxicos podem atingir o bebê através da placenta ou do leite da mãe.

Dentre as deficiências visuais, as principais causas são genéticas, como no caso do glaucoma e catarata (ambas causam cegueiras) e a diabetes. Pode-se citar também as infecções, acidentes e violência como fatores para esse tipo de lesão.

Nos casos de Deficiência Auditiva, os principais causadores são a meningite (que pode lesar também a área cerebral), a rubéola materna (em quase 100% dos casos, a criança nasce surda), acidentes com pequenos objetos (mais comum para crianças) e a poluição sonora (aparelhos sonoros muito altos, barulhos urbanos, etc).

Com relação às deficiências físicas são duas grandes categorias: as paralisias cerebrais e as amputações. As paralisias podem afetar: um membro (monoplegia), um lado (hemiplegia), da cintura pra baixo (paraplegia), do pescoço pra baixo (tetraplegia) e a parte da coordenação motora de todo corpo (a chamada paralisia cerebral). As amputações são quando um membro é retirado, por necessidade, acidente ou violência. Mas existem outras deficiências físicas como: a esclerose (doença degenerativa do sistema nervoso central), malformações, distúrbios de colunas, etc. (CEDIPOD, site www.cedipod.org/prev, acessado em 03/06/2003)

As principais causas são: má formação (causas genéticas, uso de drogas, radiação, etc) prematuridade, desnutrição, paralisia infantil, doenças cerebrais (aneurisma, tumor, acidente vascular, anóxia, etc), acidentes (trânsito, trabalho e outros), erro médico e violência.

Dentre as deficiências Mentais, as principais causas são pré-natais, como uso de drogas (remédios e tóxicos) durante o processo de gestação, causas genéticas e também má nutrição da criança ou da mãe.

No que diz respeito ao autismo, que são dificuldades comportamentais que variam desde o isolamento em um “mundo interior”, que age como um surdo, até resistência ao contato físico. A medicina e tão pouco as ciências da “psique” não descobriram as causas da síndrome.

No Brasil, o maior número de lesões são causadas durante a gestação ou no parto, sendo a principal forma de prevenção, os exames trimestrais (pré-natal), o que ajuda a evitar as lesões causadas por sífilis, rubéola, incompatibilidade do rh. Além de identificar precocemente as deficiências, facilitando um possível tratamento e minimizando seus efeitos.

Tendo em vista as causas citadas acima, tem que ser feito um trabalho de informação direcionado aos futuros pais quanto a questão da idade mais adequada para se ter um filho, assim como o intervalo entre duas gestações. Ainda, da importância da estabilidade da pressão sanguínea, da vacinação contra rubéola e dos males das drogas. O governo deve manter

campanhas para vacinação, cuidados com as doenças sexualmente transmitidas⁵⁸ e os acidentes e fundamentalmente os exames pré-natais. Além de oferecer profissionais preparados no atendimento à saúde, evitando erros médicos no parto e na prescrição de medicamentos.

O Programa Mundial de Ação Para as Pessoas Deficientes da ONU(1982), propõe que sejam realizadas medidas para reduzir as deficiências em suas causas e pelo menos para minimizar as conseqüências. Ou seja, ações contra a desnutrição, a falta de higiene, a assistência pré e pós-natal natal insuficientes, as doenças transmitidas pela água e os acidentes de todo tipo. Num nível mais amplo, são necessárias: uma melhor distribuição da renda, a instrução da população aos cuidados sanitários, uma melhoria nos sistemas de saúde.

Os países devem usar estratégias como campanhas de alerta sobre o uso do tabaco, álcool e demais drogas, de vacinação e contra acidente caseiros. Além de ações que visem um diagnóstico precoce e a capacitação profissional, tendo uma preocupação maior com a população rural (já que representa 80% das PPNE no mundo). Aqui poderia ser um trabalho integrado de Agentes de Saúde, Assistentes Sociais e Médicos. Sabe-se porém, que os países onde os números de PPNE são mais gritantes, são países em desenvolvimento, sem condições econômicas para estruturar um sistema de saúde e informação, que atinja a população de forma abrangente e eficiente.

Outra forma de prevenção é o investimento em estudos tecnológicos e biomédicos. Mas vale ressaltar que é necessária a socialização e a quebra da “lei de patentes” das criações e descobertas. Os países com recursos e tecnologia deveriam dividir esses “patrimônios da humanidade”, como fez o Brasil, quando doou coquetéis para tratamento da SIDA à países africanos.

Mas a ação que merece uma atenção especial são as causadas diretamente pela Sociedade, em guerras e regimes ditatoriais. É preciso que a ONU não só recomende, mas intervenha para impedir. Hoje, 10 milhões de pessoas no mundo são migrantes refugiados de guerras, sendo muitas portadoras de alguma seqüela proveniente da violência humana. Aqui, é relevante salientar que o país mais influente da ONU, o E.U.A é o único país que bombardeou outros países, além de financiar ditaduras. (FARIA, 24/03/03).

⁵⁸ Com o advento da SIDA, as campanhas têm abordado somente essa doença, esquecendo que as demais doenças desse tipo também são sérias.

O Brasil tem desenvolvido um trabalho de prevenção em alguns setores como nas campanhas para vacinação de rubéola e na quase erradicação da poliomielite, contudo tem que melhorar seu sistema geral de atendimento às gestantes, reduzir os acidentes, a desnutrição e a violência.

3.3.2. Habilitação, Reabilitação e Inclusão:

Para que se amplie o número de PPNE habilitadas e reabilitadas e a inclusão do segmento, propõe-se, que os Governos façam duas ações: aumentar os recursos destinados a área ou criar entidades Estatais que atendam o segmento. É bom ressaltar que tanto no Plano Plurianual do Governo Federal (2000-2003), quanto no Plano Municipal de Assistência Social de Florianópolis (2002-2005), as políticas de atenção para as PPNE, estão incluídas somente em programas de financiamento. Os números do próprio governo (Presidência da República, 2001), mostram que 147 mil Portadores de Necessidades Especiais foram atendidos por entidades financiadas, sendo que existem no país cerca de 16 Mi, ou seja, menos de 10% do total. No caso de Santa Catarina, seria um grande avanço a criação de uma entidade estatal, já que tirando as APAEs, existem poucas entidades que atendem PPNE, se considerarmos as que são beneficiadas pelo governo, menos ainda. Como abordado anteriormente existem cerca de 170 entidades no estado (CORDE, 2002) destas cerca de 30 não são APAEs e somente 19 tem convênio com o governo do estado (FCEE, 2002) . Por exemplo, o caso das pessoas portadoras de deficiência visual (cerca de 35.000 só em Florianópolis- ACIC, 2003) existe apenas a ACIC que atende essas pessoas. Lembrando que em Florianópolis são 4 conveniadas a Prefeitura e 3 conveniadas ao Governo Federal, sendo que nenhuma atende PPNE. Logo uma sugestão pertinente, seria a proposta pelo CONEDE, de criação de um Hospital de Reabilitação. No entanto, o nome deveria ser *Centro* de Habilitação e reabilitação, com um atendimento socializante, não hospital, que faz um tratamento patologista. Pois essas pessoas são excluídas, não doentes.

As diretrizes da CORDE para o “Programa Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência abrangem diversas frentes de atuação”⁵⁹, mas algumas frentes merecem ampliação. Nesse sentido, propõe-se que sejam incentivadas pesquisas e estudos junto as universidades, que busquem soluções para as questões que envolvem as PPNE. Outra sugestão

⁵⁹ Abordadas no capítulo 2.2 desse trabalho.

pertinente é que o SICORDE utilize outros meios de comunicação, além da internet, para divulgação. Além disso, poderiam ser organizados um maior número de eventos pelos governos, que tratem da questão.

A inclusão da PPNE depende de ações nos diferentes meios sociais, visando atingir o sentido de cidadania exposto no Capítulo 1 desse trabalho. A seguir serão expostas algumas propostas nesse sentido.

As entidades que atendem o grupo devem buscar sempre maneiras alternativas de habilitação e reabilitação. As entidades abordadas nesse trabalho são qualificadas nesse ponto, oferecendo formas inovadoras de atendimento como a Echoterapia, desenvolvida na APAE e o método TEACCH, desenvolvido na Sociedade Vida e Movimento. Outra proposta que qualifica essas entidades, é a realização de atividades externas com seus alunos, o que é fundamental para sua integração.

Propõe-se também, que as entidades possuam uma equipe multidisciplinar, a fim de prestar serviços que habilite e reabilite as PPNE da forma mais abrangente possível. Apesar da Sociedade Vida e Movimento não ter Assistente Social, todas as entidades conveniadas a PMF possuem profissionais de diversas áreas.

Outra qualidade das entidades citadas, é sua forma de organização interna, que conta com um órgão, no qual tem a participação e propostas de quem contribui (Assembléia Geral). Além de todas elas planejarem e avaliam seu trabalho. No caso do IATEL, não há muitos contribuintes, talvez fosse interessante que ampliasse seu contato com as famílias. Essas duas qualidades são indispensáveis para um atendimento que possibilite a satisfação das expectativas das PPNE, de seus familiares, dos contribuintes em geral e da própria instituição.

Enfim, de uma forma geral, as entidades conveniadas a PMF, são exemplos de um bom atendimento de PPNE. Logo, propõe-se que o Governo e a Sociedade sigam esses “modelos”, criando novas entidades e melhorando o atendimento das que já existem. As entidades citadas queixam-se por não terem condições de atender mais pessoas, logo, o maior número de entidades do gênero bem como a possibilidade destas contarem com unidades instaladas em outros locais do município, seria uma opção para diminuir a demanda reprimida e ampliar a inclusão das PPNE. Mas acredita-se ser fundamental a realização de um trabalho preventivo, como já foi citado anteriormente, com campanhas de prevenção de doenças

*Desenvolvido
Apresentado*

causadoras e acidentes, atendimento pré-natal, fazendo um trabalho junto às famílias quando detectado que o bebê já traz mal formação, etc.

As entidades devem investir o máximo possível no trabalho junto às famílias, de cobrança do cumprimento das legislações e na conscientização, para não caírem num atendimento assistencialista.

No contexto da inclusão de uma forma geral tem de serem feitas alterações em diversos setores.

O transporte deve contar com degraus rebaixados, corrimãos de ambos os lados, portas duplas e preferencialmente, elevadores que permitam acesso de cadeiras de rodas. Da mesma forma os trens, metrô e aviões devem conter um local adequado para guardar ou fixar as cadeiras e ter assentos reservados para PPNE. No caso dos transportes terrestres, é preciso que haja um sistema de segurança para fixar as cadeiras de alguma forma. As empresas de transportes que utilizam catracas devem buscar tecnologias que simplifiquem o acesso de PPNE. No caso dos metrô, devem conter um sistema de abertura e fechamento das portas, além ficarem parados um tempo maior, possibilitando o acesso seguro das PPNE. As estações e aeroportos devem ter rampas antiderrapantes ou/e elevadores para facilitar a movimentação dos cadeirantes e portadores de deficiência física em geral.

O Brasil já tem alguns avanços nesse sentido, como assentos reservados, mas nas questões de infraestrutura, ainda tem que avançar.

Os estudiosos de automação, as empresas e profissionais ligados a produção de veículos individuais, poderiam investir na criação de adaptações de veículos para portadores de deficiência física, como freios e embreagens manuais e marchas automáticas (já existe alguns carros com esse benefícios, no entanto, nenhum popular).

A saúde deve fazer um atendimento que vise a prevenção (item anterior), habilitação/reabilitação e a prestação de serviços junto à comunidade. Para melhorar o acesso das PPNE, essa atuação deve descentralizada, mas integrada, começando nos postos de saúde. Esses por sua vez, devem estar atuantes principalmente, nas comunidades desfavorecidas economicamente, fazendo um trabalho de informação com as famílias, com os agentes de saúde. Os Psicólogos podem fazer um trabalho de atendimento no sentido de ampliar a auto estima das PPNE e a aceitação da condição dessas pessoas pela família e pela comunidade local. O Assistente Social é um profissional que devido a sua formação deve desenvolver projetos de campanhas e políticas,

IPJF

além da orientação sobre os direitos e atendimentos existentes. Deve buscar também uma articulação com os demais profissionais da área da saúde para consolidar o conceito amplo da saúde das PPNE e para buscar estratégias para prevenção.

O sistema de saúde deve ter uma verba direcionada a compra de instrumentos assistivos, como cadeiras de rodas e bengalas.

Outra sugestão, é que todos remédios (alguns já vêm) venham com escrita em Braille, possibilitando a independência dos cegos na aquisição e medicação.

A separação dessas pessoas num local separado só é válida quando for muito necessária, devendo ser preferencialmente por tempo limitado, para não tomar um caráter segregador. Quando for indispensável essa separação, é preciso estruturar a coisa de tal forma a possibilitar a interação entre os internos, possibilitando algum tipo de sociabilidade.

Independente da forma do atendimento (junto ou separado), é imprescindível que as PPNE sejam respeitadas e “tratadas como gente”. Uma opção (que não se restringe ao atendimento a esse grupo mas a todo atendimento de saúde) seria a participação de representantes dos usuários, nas reuniões ou conselhos que discutam o atendimento. As entidades abordadas nesse capítulo, contam com membros portadores de necessidades especiais, o que facilita o entendimento de suas necessidades e possibilita um atendimento mais eficaz. A ACIC conta com diversas pessoas portadoras de deficiência visual em sua diretoria (inclusive o Presidente); a APAE tem a participação de alunos no congresso nacional das APAEs; a IATEL também tem representantes portadores de necessidades especiais em seus órgãos deliberativos; a Sociedade Vida e Movimento não tem, pois a maioria de seus alunos são pessoas portadoras de autismo, que tem dificuldade de comunicação padrão, mas fazem um contato constante com as famílias dessas pessoas, além de ouvir as solicitações dos alunos que fazem.

A habilitação/reabilitação tem resultados satisfatórios, somente quando é feito dentro de um contexto social, capacitando a pessoa para tomar decisões e realizar suas tarefas. Um sistema de habilitação e reabilitação pré-moldado, que não age sobre a individualidade de cada necessidade, dificulta a independência do usuário. Não há como a pessoa ser habilitada /reabilitada num local isolado e onde as decisões são todas não tomadas por ela, conseguir estabelecer um padrão “normal” de independência e convívio em sociedade.

Logo, os profissionais dessas instituições, sejam elas privadas, filantrópicas ou públicas, têm que atuar com uma ótica social, na qual seu trabalho está inserido num contexto

amplo. As PPNE têm que ser atendidas como indivíduos desse contexto. Não podem ser tratados de forma semelhante ao método do condicionamento, que a pessoa é tratada isoladamente como um doente, sem considerar que ela está inserido num contexto social.

Uma possibilidade de habilitação/reabilitação que pode gerar bons resultados, seria uma mobilização realizada pelas pessoas da própria comunidade (inclusive as PPNE), as chamadas Reabilitações Baseadas na Comunidade (RBC) . As comunidades implementaram ações simples e que não dependam de muitos recursos, para a habilitação/reabilitação. O Estado cede profissionais (Fisioterapeutas, Psicólogos, Assistentes Sociais, etc) para orientar e acompanhar o trabalho. Inicialmente, são realizadas reuniões com as lideranças e instrumentos sociais do local e PPNE (igrejas, associação de bairro, escolas, postos de saúde, etc) para organizar a implementação. Num segundo momento, faz-se um eventos que para divulgar e discutir a questão, com atividades lúdicas e integrativas, palestras informativas. Nesse evento são feitos cadastramentos das PPNE pelas próprias pessoas da comunidades, o que gera uma integração entre elas e as demais.

A partir desse trabalho de divulgação inicial, faz-se reuniões semanais para traçar prioridades e organizar estratégias de ação, como atividades culturais, cursos profissionalizantes, atividades lúdicas para as crianças, grupos de discussão, exercícios físicos e esportivos entre outras. (OLIVER, 1999)Esse processo é muito proveitoso, pois trabalha automaticamente, as questões da reabilitação social e a queda dos preconceitos. Mas é bom ressaltar que deve ser um trabalho complementar e não substituto dos serviços que devem ser prestados pelo Estado.

Vários países desenvolvem esse tipo de programa, com grande sucesso . No Brasil, podemos citar o caso do Jardim d' Abril, na região do Butatã, em São Paulo⁶⁰.

Os equipamentos auxiliares são indispensáveis para uma melhorar a qualidade de vida das PPNE. Desta forma, é de extrema importância a concessão desses, por parte do Poder Público, como complemento dos sistemas de reabilitação. Vale ressaltar que deve ser estabelecido como direito, não benefício.

⁶⁰ O projeto RBC Jardim D'Abril tem sido desenvolvido pelo REATA — Laboratório de Estudos em Reabilitação e Tecnologia Assistiva do Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo — em território delimitado com população estimada em 14.000 habitantes, na região do Butantã, em São Paulo.

A educação é talvez, o fator mais importante para a inclusão de uma PPNE. Primeiro, por que possibilita o convívio dessas pessoas com as “normais”, quando feita na R.R.E, estimulando a aceitação da diferenças, por ambas. Depois, por que pode aumentar as chances dela conseguir um emprego futuro. Mesmo nas chamadas escolas especiais, a educação é indispensável para o desenvolvimento das potencialidades, da auto-estima, do intelecto e da parte afetiva do portador de necessidades especiais.

Mas para esse tipo de aluno, ser integrado efetivamente, as escolas que tem professores preparados. Para isso, sugere-se a realização de cursos, palestras e contatos com entidades que trabalhem a questão, mas não para que os professores atendam esses educando de forma diferente, pelo contrário, para ele saiba como lidar da maneira mais natural possível. Deve estimular e respeitar os limites como com qualquer aluno. Além disso, seria interessante que as escolas da rede pública, tivessem Assistentes Sociais, conforme propõe a Deputada Ana Carla Muniz do PPS (DIÁRIO DE CUIABÁ, 13/06/03), para manter o contato com as famílias desses alunos, a fim de conhecer suas limitações e possibilidades, condições sócio-econômicas, além da orientação sobre direitos, existência de Conselhos, melhorando as condições de aprendizado do aluno e a conscientização da família.

Os alunos portadores de deficiência visual e surdos poderiam ser incluídos na R.R.E, se os professores fossem orientados e orientassem para tal. Seria interessante que os cursos de pedagogia investissem mais na questão da educação especial dentro do ensino regular, com disciplinas como LIBRAS. Na dificuldade de professores em lidar com alunos portadores de necessidades especiais, poderiam ser utilizados estagiários, para auxiliá-lo na dinâmica. As Bibliotecas poderiam ter mais exemplares de livros em Baille.

A cultura, lazer e esporte da PPNE muitas vezes é negada , pelo fato dessas pessoas ainda serem consideradas incapazes e doentes. Mas essas atividades são imprescindíveis para qualquer ser humano. Propõe-se então que sejam desenvolvidas também permitam a participação dessas pessoas, ressaltando mais uma vez, junto às demais.

As casas de espetáculo em geral devem contar com infraestrutura para receber dos os tipos de pessoas, em outras palavras, devem ter : rampas, portas mais largas, banheiros adaptados (não separados!), locais para fixar cadeiras de rodas, entre outros. Os produtores de cultura e mídia também poderiam colaborar. A mídia em geral poderia abordar mais a questão, os produtores de tv e vídeo poderiam “legendar” os filmes, programas e propagandas para os surdos.

Os cinemas deveriam ter catracas que possibilitassem o acesso de cadeiras de rodas e ter um local onde ela possa ser estacionada.

O trabalho é indubitavelmente o fator mais complexo e importante na inclusão de qualquer pessoa no contexto atual de desemprego massivo, mais ainda quando diz respeito ao trabalho das PPNE. Em Florianópolis especificamente, das PPDF associadas a AFLODEF, somente 34,4% estão empregadas (FLORIANÓPOLIS, 2003). Se considerarmos que existem PPDF desempregadas que não são atendidas pela AFLODEF e pessoas portadoras de outros tipo de deficiência, o índice de desemprego aumenta.

O fator que torna a questão do trabalho a mais complexa, é o fato de que para que as PPNE possam trabalhar, dependem que as demais questões estejam solucionadas. Para que uma PPNE chegue a um emprego ela precisa ter um acesso anterior à educação e a cultura. Para que ela vá ao trabalho, ela precisa estar bem de saúde, necessita (em alguns casos) de instrumentos auxiliares para se locomover, além de um transporte adaptado.

No que diz respeito ao trabalho diretamente, BUENO (2003) propõe que sejam desenvolvidas ações internas na empresa (ou local de trabalho) e ações externas.

Dentre as ações internas, ela sugere a realização de ações em quatro áreas: Produção, Recursos Humanos, Serviço Social e Psicologia, além da Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

A produção deve abrir a empresa para esse tipo de contratação e preparando-o para desempenhar o trabalho, de acordo com o tipo e o grau da necessidade. O profissional pode passar por um período de adaptação, buscando averiguar suas potencialidades e para que ele conheça seu trabalho. Num segundo momento o trabalhador passa por um período de capacitação, para que conheça na prática os detalhes sobre o funcionamento da empresa. Nota-se que os passos são semelhantes a um trabalhador "normal". Mas que muitas vezes as empresas se negam a possibilitar esse período a qualquer tipo de trabalhador, considerando uma "perda de tempo".

Em alguns casos, não é possível que essas pessoas desenvolvam o trabalho sozinhas, necessitando de um suporte. Nesses casos sugere-se que as empresas estabeleçam convênios com entidades de atendimento as PPNE ou implante um programa de trabalho protegido.

O Setor de Recursos Humanos desempenha as ações de contratação de PPNE nos moldes normais da empresa, desde que esteja esclarecido e informado sobre as capacidades e limitações dessa pessoa, devendo usar os mesmos critérios de avaliação com esse segmento.

O Serviço Social e a Psicologia trabalham com os demais funcionários, a questão da conscientização e respeito aos funcionários portadores de alguma necessidade especial. Além de trabalharem na empresa, a questão da prevenção e atendimento a familiares portadores de necessidades especiais.

A Engenharia da Segurança e Medicina do Trabalho trabalha a questão dos acidentes de trabalho, conscientizando os empresários e trabalhadores sobre a importância dos cuidados e instrumentos de segurança para que os trabalhadores não venham a se acidentar.

Percebe-se que a proposta aqui envolve a questão de aceitação e da cultura da inclusão, que deve partir de todas as pessoas envolvidas em uma empresa ou local de trabalho. Pois há muitos casos que a incompetência e improdutividade das PPNE, fazem parte de um pensamento pré-estabelecido de quem desconhece a virtude humana da superação.

Em geral, as dificuldades de transformação estão na maioria das vezes, na cabeça das pessoas, pois algumas pequenas reformas físicas e um pouco de criatividade, pode solucionar a maior parte dos obstáculos.

Na atuação externa aos locais de trabalho, propõe-se que os sindicatos e confederações ligadas à indústria, ao comércio, as profissões e a questão do trabalho de forma geral realizem ações no sentido de incluir essas pessoas no mercado e para que as legislações sejam cumpridas.

Outra proposta, seria a atuação dos Governos, entidades relacionadas às PPNE, o CONADE e os Conselhos Estaduais, na criação de cursos profissionalizantes para essas pessoas. Mas não somente de trabalhos formais, mas também de formas alternativas de geração de rendas. Um exemplo é o curso de tecelagem que a APAE desenvolve com a colaboração de voluntários. A participação da Sociedade civil nesse trabalho também é válida.

Por fim, é importante ressaltar que há PPNE, que não têm condições para o trabalho, para esses casos existe o Benefício de Prestação Continuada. Os Assistentes Sociais que trabalham com famílias, as entidades relacionadas ao segmento, assim como o CONADE e os Conselhos Estaduais devem fazer um trabalho de orientação das famílias sobre esse direito.

Outra gama de propostas, diz respeito ao **direito de ir e vir**, são de mudanças ambientais, que são simples e não exigem muitos recursos. Sugere-se que as calçadas e os meios-fios sejam mais baixos. Os semáforos poderiam ter algum tipo mecanismo voltado as pessoas com problemas visuais, por exemplo: um botão que a pessoa aperte e quando o sinal estiver aberto, é emitido um apito. Os estabelecimentos públicos deveriam ter pisos antiderrapantes, portas e corredores mais largos, corrimãos, mesas que encaixam cadeiras de rodas, etc. E os banheiros adaptados deveriam ser no mesmo espaço dos demais e não separados, como acontece na maioria dos estabelecimentos (quando tem) .

Quanto à inclusão das PPNE no **acesso ao sufrágio**, existem algumas mudanças simples que podem ser realizadas e que possibilitariam a participação dos eleitores portadores de necessidades especiais. Além das teclas das urnas eletrônicas terem inscrições em Braille, poderia contar com um fone de ouvido para que facilite a participação das PPDV. Outra modificação, seria a permissão de mudança de seção eleitoral para locais sem barreiras arquitetônicas, aos portadores de deficiência física e visual.

Há ainda uma questão a ser pensada, como incluir as pessoas com deficiências motoras, sem comprometimento intelectual, no processo.

Na **comunicação**, propõe-se além do já proposto sobre cultura, que as escolas da RRE dêem algum tipo de atendimento voltado às crianças com problemas fonoaudiológicos e de linguagem, em geral.

A **sexualidade** das PPNE é um campo de discussão muito polêmico. Há quem diga que as pessoas portadoras de deficiência mental devem ser esterilizadas. Sugere-se aqui, que seja a questão vista de forma mais relativa. É verdade que em alguns casos, essas pessoas não têm um grau de discernimento suficiente, para prevenirem uma gravidez indesejada, doenças venéreas e abuso sexual. Porém, acredita-se, que na maior parte dos casos essas pessoas devem ter o direito de decidirem sobre sua atividade sexual. Nesses caso, assim como para as outras pessoas , deve ser feito um trabalho de orientação precoce, a respeito das doenças, na questão da gravidez e do abuso.

Com relação aos portadores de deficiência física, a única proposta a ser feita é que se supere o padrão cultural de corpo perfeito, que as pessoas “não-deficientes” e as próprias portadoras da deficiência, passem a aceitar mais as limitações corporais. Não há como negar que essa característica pode dificultar o sexo no início, mas nada que a criatividade não resolva.

A **Mídia** tem um papel fundamental na inclusão das PPNE, já que é uma das maiores influências para formação de opinião da população, mais ainda quando se trata de um país como o Brasil. É preciso que os meios de comunicação em massa tratem a questão, buscando a inclusão dessas pessoas. Falem delas como pessoas que sentem, que tem vontades, defeitos e acima de tudo virtudes, como qualquer ser humano. É essencial que ela participe da conscientização da população, sobre os direitos das PPNE. É indispensável que ela trabalhe também a questão da prevenção de acidentes, a importância dos exames pré-natais e as demais causas descritas no Item anterior.

3.3.3. Fiscalização do cumprimento das leis.

3.3.3.1. Organização e Participação das PPNE e entidades congêneres.

As PPNE têm que ampliar suas estratégias organização no sentido de fazer valer seus direitos garantidos em lei. Lutar por direitos individualmente, é muito difícil no Brasil, por isso o ideal é que as PPNE formem associações, instituições e entidades em geral, para alargar o poder de reivindicação desse segmento. Sugere-se que as entidades, por sua vez, participem cada vez mais não só do atendimento, mas da cobrança junto ao Poder público e na ampliação da visibilidade das questões referentes às PPNE. É interessante que as entidades articulem-se entre si, formem uma rede, com o objetivo de ganhar força e representatividade junto ao Poder Público. Os Conselhos(Nacional, Estaduais e Municipais) dos Direitos da Pessoa Portadora poderia ser o centro dessa articulação e a Internet pode ser o grande instrumento dessa luta, possibilitando uma articulação (ainda que seja utópico) de entidades de todo mundo.

Um bom exemplo do rendimento de uma boa articulação, são as APAEs, que estão espalhadas por todo país, tendo uma visibilidade considerável. Para a instituição, isso contribui fundamentalmente na aquisição de todo tipo de recurso (humanos, financeiros, etc) junto ao Estado, Empresas Privadas e Sociedade Civil em geral. Enquanto que para a questão das PPNE em geral, ajuda a mostrar que elas existem e que são tão capazes como as pessoas consideradas normais.

Da mesma forma os eventos, devem buscar formas de aumentar a participação de pessoas “normais”, para que sejam quebrados preconceitos e para que os direitos das PPNE tornem-se parte da consciência coletiva e não sejam somente leis.

Como já mencionado no capítulo 2, o Estado criou um instrumento de fiscalização das políticas e dos recursos voltados a atender as PPNE, o CONADE. Logo, as pessoas e entidades do segmento, devem exigir a atuação desse órgão. Cobrar que sejam feitas campanhas em nível nacional, que aborde a questão dos direitos das PPNE e incentive sua inclusão, que os projetos da CORDE sejam implantados com mais rapidez e que se ampliem o leque desses projetos.

No âmbito estadual as PPNE deve cobrar mais atuação do CONEDE de Santa Catarina. Ele tem desenvolvido um bom trabalho, porém, poderia, buscar ter mais visibilidade, além de ampliar e agilizar suas ações, dentro de cada comissão.

A Comissão de Cadastramento de Entidades já deveria ter um levantamento das entidades, tendo em vista que o CONADE já o fez, bastando apenas atualizá-lo. A Comissão de Implantação de Conselhos Municipais poderia, enquanto não são criados esses conselhos, dar um caráter regional para os já existentes. A Comissão de Trabalho por sua vez, poderia, criar campanhas para incentivar a contratação de PPNE.

Já a Comissão de Transporte e Barreiras, poderia atuar também no setor de barreiras, não dá prioridade para os transportes. Também deveria exigir das empresas que adaptem seus veículos, ao invés de estudar transportes alternativos. É bom ressaltar que a frota de ônibus foi recém renovada por algumas empresas, por que já não veio com novos ônibus adaptados?

Com relação à Comissão de Estatística, talvez seja a que deve fazer seu trabalho o mais rápido possível, pois para atender um segmento, é necessário conhecê-lo. Ela poderia motivar o Poder Público ou fazer uma parceria com a Universidade, para elaborar um estudo estatístico no estado mais detalhado, já que, segundo o Plano Municipal de Assistência Social, só existem dados de quantas pessoas são atendidas por entidades conveniadas. No entanto, se faz relevante saber também quem não está sendo atendido. Pois, as pessoas que não são atendidas pelas entidades, são as mais carentes de oportunidade. Além de não receberem os serviços diretos (alimentação, apoio pedagógico, psicológico, orientação familiar, etc) que as entidades prestam, também têm mais dificuldade para inserir-se no mercado de trabalho e na Comunidade como um todo.

Para que possa melhorar o transporte, a educação, o trabalho e as condições das PPNE em geral é preciso saber quantos e quem são essas pessoas. Por exemplo, nada adianta que tenham ônibus disponíveis para atender um número X de PPNE no bairro Y, se naquele bairro tem um número menor, enquanto no bairro Z não há nenhum ônibus adaptado e o número de PPNE é maior que do bairro Y.

Por fim, sugere-se que o CONADE fosse transformado num órgão central, formado a partir dos conselhos estaduais, pois hoje, eles funcionam paralelamente. Deveriam estabelecer uma articulação mais estreita, visando um trabalho integrado e representativo dos interesses e necessidades das PPNE.

3.3.3.2. O papel do Ministério Público (FERREIRA, s.d):

Como já foi abordado no primeiro capítulo, os direitos das PPNE, foram construídos ao longo do tempo, sendo constitucionalmente lembradas somente em 1967, com a Emenda nº 1. A participação do Ministério Público junto à questão, também é recente, pois a ação desse órgão, teve sempre um viés penal. A partir do momento que ele passa a desempenhar funções junto aos direitos difusos e coletivos, começa a aparecer preocupação com o segmento. Segundo FERREIRA(s.d), essa preocupação se faz presente antes mesmo da outorgação da Constituição Federal de 1988, idealizada pelo (na época) Procurador de Justiça Hugo Nigro Mazzilli, que fundamentando-se no art. 82 (inciso III) do Código de Processo Civil, que dispunha sobre o “zelo de um interesse público evidenciado pela qualidade de uma das partes”. Ele propunha que fosse criada uma coordenadoria semelhante a do consumidor, meio ambiente e acidente de trabalho. Mazzilli justifica:

“No campo interventivo, assim, é perfeitamente compatível que o Ministério Público, ampliando seu campo de atuação dentro do próprio ordenamento jurídico ainda em vigor, possa encaminhar-se para a atuação protetiva das pessoas que ostentem qualquer forma de grave deficiência, seja intelectual, motora, sensorial, funcional, orgânica, de personalidade, social ou meramente decorrente de fatores outros, como a idade avançada. A tanto o legitima o artigo 82, inciso III do CPC”. (MAZZILLI, apud FERREIRA, s.d)

No campo da propositura da ação civil pública, além das já tradicionais iniciativas nessa área, como ocorre na interdição e noutras medidas de proteção a incapazes, a recente Lei n.º 7347 de 24 de julho de 1985 conferiu ao Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública na defesa de alguns interesses difusos. Ora, dentro da interpretação mais larga que temos preconizado, é desejável que o conceito de consumidor seja visto de forma abrangente, para alcançar hipóteses como a de iniciativa de ações visando à defesa dos direitos dos deficientes físicos na aplicação de leis como as que dispõem sobre lugares especiais em ônibus, aquisição de veículos adaptados, acesso ao ensino, etc”.

Mas o papel do Ministério Público é legitimado com a C.F. de 1988 e com a Lei nº 7853/89, que estabelece os direitos das PPNE e as regras da ação civil e inquérito relacionados com a questão. Mais diretamente a C.F. no seu art.127º define o Ministério público como: “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” E o art. 129º dispõe sobre suas funções, dentre elas : “II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;”

Nesse caso o Ministério Público deixa de ser um órgão puramente criminal, podendo agir extrajudicialmente e também junto ao judiciário. Por exemplo: o Ministério, sabendo que há um conselho municipal funcionando, sem registro legal, pode atuar para que ele seja regularizado. Diretamente ou representado por qualquer pessoa, ele atuará extrajudicialmente, junto a uma representação política local (Prefeito, associações, vereadores, etc) na verificação dos motivos. Por outro lado, ele poderá abrir uma ação civil pública, contra aqueles que tinham a obrigação de fazê-los e não o fizeram, sendo esta uma ação de caráter jurídico.

Uma outra função do Ministério Público (M.P) é defender o Patrimônio Público, fiscalizando a utilização de verbas. Os conselhos gestores são os órgão que auxiliam o M.P na prestação de contas. Então, no caso de uma entidade receber recursos do FMAS para atender PPNE e não cumprir essa prerrogativa, pode ser aberta contra ela uma ação de “Improbidade”. Quem verifica e repassa ao M.P. é o CMAS (no caso das entidades conveniadas a PMF, a

S.M.H.TD.S também participa dessa averiguação)⁶¹. É bom ressaltar que tais conselhos são paritários, ou seja, tem participação do Estado e da Sociedade Civil.

Desta forma, o Promotor de Justiça da Pessoa Portadora de Deficiência é a autoridade responsável pelo cumprimento dos artigos constitucionais e da legislação ordinária à inclusão das PPNE. Para que funcione, tem que atuar na aplicação multifocal das leis, ou seja, nada adianta o cumprimento das leis que garantem a queda das barreiras arquitetônicas, se as PPNE continuarem a ser discriminadas no trabalho, por exemplo. Ou, de que adianta uma empresa empregar o número de PPNE prevista em lei, se a estrutura da empresa não respeita suas limitações. No que diz respeito às barreiras arquitetônicas, o Promotor de justiça deve atuar não só na fiscalização das futuras obras, mas também na busca da adaptação das repartições já existentes.

A ação central da defesa dos direitos das PPNE cabe ao Promotor respectivo, não obstante deve ser auxiliada pelos demais Promotores, os quais vão buscar resultados inclusivos em suas áreas. Por exemplo: o Promotor da Infância e Juventude, atuará nas questões que envolvem a educação das PPNE, da vacinação, do trabalho protegido, etc.

O Ministério Público, responsável pelo zelo dos direitos das PPNE, é um agente transformador da exclusão, que pode elevar a condição desse segmento a um grau maior de cidadania. Por isso, as pessoas lesadas de seus direitos devem acionar o Órgão, mantendo-o ativo e fazendo valer essa função. Exemplificando: se alguém nega emprego ou se uma escola nega vaga às PPNE por causa da sua condição, a pessoa (ou seus familiares) pode recorrer ao Ministério público Estadual ou Federal e entrar com uma ação civil pública (lei nº 7.473/85), podendo o infrator, receber uma punição de 1 a 4 anos de reclusão, conforme o art.8º da lei nº 7853/89 (ANEXO A).

Para acionar o M.P., a causa deve estar relacionada a um direito coletivo (no caso, as PPNE) ou um ato administrativo ilícito. O denunciante deve procurar o representante municipal do órgão na sede própria ou o Fórum da cidade. Caso tenha documentos a serem apresentados, fará um protocolo de representação por escrito, se não, marcará uma audiência na qual será ouvido pelo dito representante. A pessoa acompanha o processo através do número do protocolo (ou procedimento usado no depoimento). Outra forma, é a pessoa procurar o CONEDE ou

⁶¹ Informações obtidas na entrevista realizada com a A.S. Helena Maria Borges Brandão, da SMHTDS, no dia 12/05/2003, às 14:00hs.

Conselho municipal (se houver) e pedir que o órgão oriente ou encaminhe a ação civil. Os Conselhos (nacional, estadual e municipal), por sua vez, ampliar seu trabalho de fiscalização do cumprimento às leis.

Quando a queixa for relativa aos direitos trabalhistas, a pessoa lesada pode (e deve) procurar a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, que é responsável pela fiscalização das legislações que se referem à cota de PPNE nas empresas, ao respeito com funcionários e a questão da equivalência salarial.

A atuação do Ministério Público na deficiência, a criação do CONADE e CONEDE, foram vitórias importantes, mas só serão efetivas se houver o conhecimento e a cobrança da população. Por isso é preciso que as PPNE busquem seus direitos e acione esses órgãos sempre que se sentirem lesados. Não se pode esperar das instituições que elas funcionem totalmente independentes. Os Assistentes sociais têm a obrigação ética de colaborar com a ampliação da cidadania dessas pessoas, como propõe o código da profissão: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993. site www.cfess.org.br. Acessado em 12/06/2003). As entidades também podem colaborar nesse trabalho de informação e conscientização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização deste trabalho foi possível perceber a importância da atuação junto às PPNE da maneira adequada, ou seja, com respeito e igualdade de oportunidades. No século XXI, quando a sociedade já passou por diversas transformações que alteraram toda a estrutura social, como a mudança de centralidade do campo para a cidade, as diversas descobertas científicas, a revolução industrial, a revolução tecnológica, entre outras. No entanto, o ser humano precisa de uma nova revolução: a revolução consciente. Nota-se que grande parte (se não todas) as questões sociais poderiam ser resolvidas se as pessoas pensassem como seres da mesma espécie, que ao preocupar-se com o outro, estará pensando em um semelhante, melhorando a sociedade e evoluindo a espécie. Pode parecer um discurso religioso ou utópico, mas sabe-se que o ser humano é a espécie que mais desrespeita e a única que mata seus semelhantes em ocasiões que não envolvem autodefesa ou alimentação. O chamado ser racional, as vezes, é o que menos usa sua razão. Do que adianta usar sua capacidade cerebral para descobrir um remédio que amenizam os efeitos da SIDA, se pessoas continuam morrendo da doença, por não terem dinheiro para compra-lo, ou, o que adianta ser o país mais rico em recursos naturais, se pessoas usaram seu raciocínio para tornar o alimento um bem privado, deixando pessoas morrer de fome.

Portanto, dentro desse conceito de revolução consciente está a aceitação da diferença, pois independente de ter a cor da pele, o sexo, a religião, a capacidade física e mental diferentes, todos os seres humanos possuem qualidades e limitações e devem ser respeitados igualmente.

Logo, as pessoas do Governo e da Sociedade Civil devem ter um pensamento que buscando a inclusão de todos, estarão fazendo um bem para a espécie humana. O Homem evolui no contato com a diferença, negar ou excluir as pessoas diferentes, é um retrocesso.

Os avanços de estudos científicos e a própria capacidade mental humana, permitem compreender que as PPNE são capazes de superar suas limitações e participar das atividades do dia a dia. É preciso fazer ver que transgredimos os "modelos" ancestrais, fazer um trabalho de informação e conscientização, sairmos do papel, expor que como qualquer pessoa, os portadores de necessidades especiais têm desejos, expectativas e necessidades, desmistificando o conceito de que toda diversidade é nociva ou inferior. É preciso deixar de tratar essas pessoas como doentes, ou incapazes. A sociedade precisa considerar as PPNE e permitir a integração dessas. Se houver essa consciência coletiva, que rompe com o conceito de minoria, as transformações sócio-

estruturais acontecerão naturalmente. Como pode ser considerado minoria, um grupo de 600 milhões pessoas, que representa 10% da população mundial.

A sociedade cria padrões de estética, onde todos devem adaptar-se para poderem participar do convívio social. Há indícios de que as PPNE são excluídas muitas vezes por serem “feios” ou “estranhos”. É preciso entender que a espécie humana não pode ser padronizada, pois é muito complexa e diversa.

Não podemos negar que a sociedade progrediu no sentido da inclusão dessas pessoas, mas quando se pensa que tal progresso depende fundamentalmente que as pessoas considerem a sociedade como um todo, parece que ainda progrediu pouco. É necessário criar uma estrutura que atendam a todos, não uma estrutura que atendam a alguns. A inclusão social tem que acontecer na criação, não na adaptação. Por exemplo, as universidades devem dar oportunidade para todos, não dar oportunidades para alguns, depois criar cotas para negros ou rampas para deficientes físicos. Não precisariam ser feitas leis para cotas de PPNE em empresas, se as pessoas perceberem que uma limitação não impede que a pessoa realize todas as atividades. Por exemplo, uma pessoa cega é perfeitamente capaz de trabalhar em cargos que necessite de qualquer um dos sentidos que não seja a visão.

As entidades que atendem as PPNE dependem muito de doações. Essas doações vêm crescendo de com a preocupação das pessoas com essa questão. Por isso as entidades deveriam prestar contas não só ao governo, mas também à Sociedade como um todo, pois muitas vezes, a maior parte de suas despesas são cobertas por doações. Essa prestação de contas deve ser clara e pública, de modo que as pessoas tenham acesso e entendam, contendo informações sobre onde e quanto é gasto, com recibos e documentos comprobatórios de quanto entrou e quanto foi gasto. Além de ser uma forma de retribuir a solidariedade dos doadores, mostra o grau de transparência da entidade, deixando claro se a entidade é aquilo que passa ao pedir doações.

O decorrer desse trabalho expôs uma gama de conhecimentos sobre a legislação, sobre o que é feito e o que ainda deve ser feito pelas PPNE. Espera-se que traga ao leitor, motivação para fazer sua parte na construção de uma sociedade realmente igualitária, na qual não exista um padrão excludente de normalidade. Sendo o leitor um estudante, que ele se inspire e faça novos estudos. Se for um professor (principalmente, se for de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Fisioterapia), que aborde a questão com mais frequência. Se for um Assistente Social, que busque uma conscientização das pessoas nessa questão, independente de trabalhar

diretamente com PPNE. Já que a exclusão social é um dos objetos de ação da profissão. Observa-se que o principal motivo da exclusão é o desconhecimento, por isso esse assunto tem que ser trazido mais abundantemente ao meio acadêmico.

Contudo, tem-se o desejo, que no futuro esse grupo esteja incluído de tal forma, que não precise ser feitos trabalhos que aborde esse segmento separadamente.

Tem-se a esperança que os políticos também passem a ver essa questão como objeto de políticas. Afinal, se esse grupo representa 10% da população nacional e tem pessoas diretamente ligadas a essas pessoas, poderia alterar consideravelmente o resultado de uma eleição. Essas pessoas merecem ter direitos e deveres, já que pagam impostos, consomem, movimentam a economia. Essa preocupação deveria começar no processo eleitoral permitindo a participação das PPNE. Nesse ponto, Santa Catarina merece destaque, pois na última eleição disponibilizou 240 seções eleitorais com urnas adaptadas para eleitores cegos.

O presidente Lula, que teve um dedo amputado devido a um acidente de trabalho, afirmou em entrevista dada a REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO (31/08/02), que o país tem uma dívida social com os índios, mulheres, negros, crianças, desempregados e PPNE.

Na mesma entrevista, o Presidente diz que seu governo aumentará a fiscalização do cumprimento das legislações referentes aos direitos do segmento, bem como buscará criar novas leis que vise a ampliação da cidadania das PPNE. Ele propõe também uma reciclagem dos profissionais da saúde e da educação, adaptação de escolas e prédios públicos, a criação de centros de reabilitação em áreas mais carentes (já que na maioria dos grandes centros já tem), o financiamento da compra e da produção de produtos tecnológicos, visando à inclusão dessas pessoas na saúde, na educação e no futuro mercado de trabalho.

O Presidente fala ainda da CORDE, e trazendo como possibilidade para seu governo (na época da entrevista ele ainda não era presidente)⁶², veiculá-la ao gabinete da presidência. Na teoria isso é positivo, pois deixa a questão mais próxima do presidente, na prática depende que Sendo seu trabalho, resultado da união de ações de todos os ministérios. Sua opinião com relação lei de cotas nas empresas, está de acordo com a visão exposta nessa pesquisa, ele acha que ela é necessária para que essas pessoas possam integrar-se, mas concorda que se a sociedade tivesse consciência da capacidade das PPNE, dispensariam esse tipo de lei.

⁶² Atualmente a CORDE já foi

Com relação ao lazer, cultura, esporte e turismo do segmento, o Presidente, propõe que sejam feitas parcerias com as empresas para investir nesse setor, pois a satisfação desses campos fomenta a produção. Uma pessoa que antes dependeria da previdência, tornaria-se produtiva e consumidora. Ele chama atenção para a Atuação do SENAI, do SENAC na capacitação de profissionais que trabalhem no setor e do C.O.B, na continuidade do bom trabalho que resultou num bom desempenho da equipe brasileira nas paraolimpíadas.

O Presidente (na época da entrevista, candidato) expressou a necessidade de alterar a lei nº 8.989/95, que isenta as PPNE condutoras, a não pagarem o IPI. Ele coloca que devem ser isentas também as que necessitam de outras pessoas para dirigir seus carros. Também coloca que a prioridade deve ser o investimento no transporte coletivo.

Lula disse considerar necessária a criação de um Plano Nacional para as questões das PPNE e caso fosse eleito, isso seria feito a partir de uma negociação com essas pessoas e entidades congêneres.

Acredita-se que levou muito tempo para o segmento conseguir o tem hoje, e seria muito difícil em um governo, Lula conseguir implementar tantas mudanças como propõe. No entanto, espera-se que as respostas dessa entrevista realizada antes da eleição não façam parte de um mero discurso eleitoral. A esquerda no país sempre se colocou como a frente mais preocupada com o social, por isso é preciso que o presidente atue nesse sentido, botando em prática propostas (ainda que não sejam todas) relacionadas a esse setor e fazendo um esforço para melhorar de alguma forma, a situação das PPNE no Brasil.

Sabe-se que o Brasil é um país jovem, comparado a países europeus, que passaram por guerras, pestes, etc. A Europa passou por duas etapas no que diz respeito à questão das pessoas portadoras de necessidades especiais: a conscientização e depois a implementação de leis e políticas. O Brasil está tendo que fazer as duas coisas juntas, por isso, cabe a cada brasileiro fazer sua parte nesse processo, mostrando que o país é próspero e utiliza a parte positiva da globalização.

BIBLIOGRAFIA

ACIC. **Estatuto da Associação Catarinense para Integração dos Cegos**. Florianópolis: ACIC, 1969.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault e a teoria do poder**. Tempo Social: revista sociologia da USP. São Paulo: FFLCH/USP v. 7, n. 1/2, p.105-110, out. 1995.

ALMEIDA, Margarida Maria Barreto; BORGES FILHO, Nilson. **Ideologia e desigualdade social no Brasil 1995-1997**. Florianópolis, 2000. p.146. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

ALVES, A. T et al. **Educação Especial**. In: Proposta Curricular. Secretaria de Educação e Desporto. Florianópolis: SED, 1997.

ANDRADE, Jorge M.P. **A violência que se lê, a violência que se vê e a violência que se pratica**. Campinas: Correio Popular, 2003.

AMARAL, L.A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE, 1994, 91p.

APAE. **Estatuto da Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais**. Florianópolis: APAE, 1964.

ARANHA, M.S.F. **A inclusão social e municipalização**. In Manzini, E.J. (org.), Educação Especial: Temas Atuais, Marília: UNESP-Marília Publicações, 2000, 9p.

ARANHA, M.S.F. **O processo de mobilização social na construção de um contexto comunitário inclusivo**. In Oliveira, M.L.W. de (org.), Inclusão e cidadania, Niterói: Nota Bene, p. 32-38.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa, 1994. 139p

ARQUITETURA E DESIGN. **Leis Federais.** Disponível no site <http://www.arquitetura.com.br/acessibilidade/leis.htm#7210>. Acessado em 16/05/2003

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Brasil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

BRASIL. **Constituição Política do império do Brazil (de 25 março de 1824)**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 22/04/1824. Disponível no site <https://www.planalto.gov.br/>. Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 24/02/1891. Disponível no site <https://www.planalto.gov.br/>. Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)** Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 16/07/1934. Disponível no site <https://www.planalto.gov.br/> Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Rio de Janeiro, 10/11/1937. Disponível no site <https://www.planalto.gov.br/>. Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro: Assembléia Constituinte, 18/09/1946. Disponível no site <https://www.planalto.gov.br/> Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 24/01/1967: Câmara dos Deputados. Disponível no site <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado dia 18/06/03

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro 1988**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro 1988**. Brasília, 5/10/1988. Disponível no site <http://www.planalto.gov.br/> Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente**, Dispõe sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências. Brasília,

13/07/1990. Disponível no site http://encontro.virtualave.net/coleta_legisl_fed.htm. Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **Lei Nº 9.045, de 18 de Maio de 1995.** SACI. Disponível no site <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi&metro=2216>. Acessado dia 18/06/03.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Da educação especial. Brasília, capítulo V, 20/12/2003.

BRASIL. **Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** São Paulo: CEDIPOD. Disponível no site www.cedipod.org.br/lei10098.doc. Acessado em 14/05/2003

BRASIL. **Lei Nº 8742, de 7 de dezembro de 1993,** Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 7/12/1993. Disponível no site <http://www.acaocontinuada.org.br/loas.html>. Acessado em 20/06/2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Atenção à Pessoa Portadora.** Brasília, 2001. Disponível no site www.presidencia.gov.br/publi_04/assistenciasocial.pdf. Acessado em 10/06/2003.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.** 4. ed. Campinas: Papirus, 2001. 223p.

BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FAVERI, Helena J.; FACHINI, Olímpio. **Manual de produções acadêmicas.** Rio do Sul: UNIDAVI. 2003.

BUENO, Carmen Leite Ribeiro. **A reabilitação profissional e a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** São Paulo: SORRI-BRASIL. disponível no site www.entreamigos.com.br/semimagem/textos/xtrabal/xreprof.htm. Acessado em 06/05/2003.

BUENO, J.G. **Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

CARMO, A. A. **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina.** Brasília: MEC - Secretária de Desportos, 1994.

CEDIPOD. **O que é Cedipod?** São Paulo: CEDIPOD. Disponível no site <http://www.cedipod.org.br/cedipod.htm>. Acessado em 02/06/2003.

CEDIPOD. **Prevenção das deficiências.** Disponível no site <http://www.cedipod.org.br/prev.htm>. Acessado em 03/06/2003.

CONADE. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência de (todo site)** Brasília. <http://www.mj.gov.br/conade/conade2.htm>. Acessado de 10/04/2003 a 18/06/2003.

CONADE. **Lei Nº 7853 de 24 de outubro de 1989.** Brasília. Disponível no site <http://www.mj.gov.br/conade/conade2.htm>.

CONADE. **Lei Nº 3298 de 20 de dezembro de 1999.** Brasília. Disponível no site <http://www.mj.gov.br/conade/conade2.htm>.

CONEDE. **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência de Santa Catarina (todo site)** . <http://www.sjc.sc.gov.br/conede/legestadualtematicoleis.htm>. Acessado de 20/04/2003 a 19/06/2003

CORDE. **Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (todo site).** www.mj.gov.br/sedh/dpdh/corde. Acessado de 23/04/2003 a 20/06/2003

CORDE. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994, 54p.

CORDE. **Escola para todos.** Brasília: CORDE, Ministério da Justiça , 3ª ed., 1997.

CFESS . **Código de Ética do profissional de serviço social.** março de 1993. Disponível no site www.cfess.org.br/Codigo_de_etica.htm. Acessado em 12/05/2003

DAGNINO, E. **Os movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de cidadania.** In: Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

DEFNET. **DEFNET.** Rio de Janeiro: DEFNET. Disponível no site <http://www.defnet.org.br/>

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Escolas poderão ter assistentes sociais.** Cuiabá: Diário de Cuiabá, 13/06/03.

DIEESE. **O mercado de trabalho no brasil em 2001.** São Paulo: GLOBAL POLITICS NETWORK. Disponível na internet no site <http://www.globalpolycynetwork.org/data/brazil/brasil-dado.xls>. Acessado em 17/05/2003.

DUROZOI e ROUSSEL, **Dicionário de Filosofia**, p.79.

EDUARDO JOSÉ MAZINI. **Dificuldades de Professores de Pré-Escolas no trabalho de integração com alunos com deficiência.** In: Integração do Aluno com deficiência. _____. Marília: Unesp – Marília. Publicações, 1999, p. 28-29.

ENCONTRO. **Coletânea da Legislação Federal.** Salvador. Disponível no site http://encontro.virtualave.net/coleta_legisl_fed.htm. Acessado em 01/05/2003.

ENTREAMIGOS. **Banco do Brasil lança sistema exclusivo de auto-atendimento para pessoas portadoras de necessidades especiais.** São Paulo, 2003. Disponível no site <http://www.entreamigos.com.br/noticias/banco.html>. Acessado em 30/04/2003

ENTRE AMIGOS. **Informações básicas sobre deficiência física.** São Paulo Disponível no site www.entreamigos.com.br/textos/deffis. Acessado em 23/04/2003

FARIA, Marcos . **Para dizer não.** 24/03/2003. Disponível na internet no site http://bagda.blogger.com.br/2003_03_01_archive.html. Acessado em 16/05/2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1980. 166p

FALCÃO, Daniela. **Ensino ignora 5,7 milhões de deficientes: só 5% das crianças e jovens até 19 anos com deficiência física ou mental recebem atendimento especializado.** São Paulo: Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 25/08/1998.

FCEE. **Fundação Catarinense de Educação Especial (todo site).** Disponível no site <http://www.sc.gov.br/webfcee/> Acessado de 27/03/2003 à 18/06/2006.

FCEE. **Leis Federais**. São José: Fundação Catarinense de Educação Especial. Disponível no site <http://www.sc.gov.br/webfcee/fclegislafed.htm>.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **A inclusão da pessoa portadora de deficiência e o Ministério Público**. Uberlândia: Instituto Integrar. Disponível no site www.institutointegrar.org.br/ Acessado em 18/05/2003.

FLETCHER, Agnes (tradução SASSAKI, Romeu K.) . **Idéias práticas em apoio ao 3 de dezembro: Dia Internacional das pessoas com Deficiência**. São Paulo. Disponível no site www.cedipod.org.br. Acessado em 04/04/2003.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Assistência Social: gestão 1997-2000**. Florianópolis: Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, janeiro de 1998.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Assistência Social: gestão 2002-2005**. Florianópolis: Secretaria Municipal da Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social, 2003.

FLORIANÓPOLIS. **Termo de convênio da ACIC**. Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2003.

FLORIANÓPOLIS. **Termo de convênio da APAE**. Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2003.

FLORIANÓPOLIS. **Termo de convênio da IATEL**. Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2003.

FLORIANÓPOLIS. **Termo de convênio da Sociedade Vida e Movimento**. Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2003.

FONSECA, Ricardo T.M. **Direitos da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: Max Limonad, 1997. 346p.

FONSECA, Ricardo T.M. **O trabalho protegido do portador de deficiência**. Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª região, São Paulo, 2003.

FREI BETTO, em artigo publicado no Jornal "O Estado de S. Paulo" de 24 de abril de 1996.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1988. 159p.

GODOY, Andréa. **Direitos da pessoas portadoras de deficiência: cartilha da inclusão (versão atualizada e adaptada)**. Belo Horizonte: Editora da PUC-MG. 2000.

GODOY, Herminia Prado. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: recomendações internacionais e normas oficiais**. Disponível no site <http://www.centrodifusao.hpg.ig.com.br/artdef01cf.htm>. 1999. Acessado em 11/05/2005.

GOMES, Álvaro. **Trabalho, desemprego e sofrimento mental: impactos do neoliberalismo**. 2000. Disponível na internet, no site http://alvarofgomes.sites.uol.com.br/livro_livro.htm. Acessado em 12/04/2003.

GOODE, Willian J.(tradução BORI, carolina Martuscelli). **Métodos em pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972. 487p.

GUEIROS, Maria J. G. **Serviço Social e Cidadania**. Rio de Janeiro: 1991. 107p.

HABERMAS, J . **III- Cidadania e Identidade Nacional** (1990). In: *Direito e democracia entre facticidade e validade I e II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HECK, Ari. **O Brasil é um país de deficientes**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 3/6/2002. Disponível no site <http://www.doencadeparkinson.com.br/brdefi.htm> Acessado em 04/05/2003.

IATEL. **Estatuto do Instituto de Audição e Terapia da Linguagem**. Florianópolis: IATEL, 1984.

JANUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez / Autores Associados, Série Educação Especial.1985

JOHN, Liana. **Como agir quando encontrar uma pessoa portadora de deficiência**. Disponível no site www.space21.ecof.org.br/comoagir. 2002. Acessado em 28/04/2003

KAVAMOTO, Cristianne A. **Deficiência física: paralisia cerebral**. São Paulo, 2003. Disponível no site www.entreamigos.com.br/textos/deffis. Acessado em 02/05/2003.

LEITE, Otávio. **Portadores de deficiência**. Disponível no site www.otavioleite.com.br/port_def.htm. Acessado em 14/05/2003

LIMA, Cordolina Fontelles de. **Dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais**. 2001. Disponível no site www.dhnet.org.br/ Acessado em 20/04/2003.

LUIZ ALBERTO DAVID DE ARAÚJO. **A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência**. 3ª ed., Brasília: CORDE, 1994. p. 52.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1989. 167p.

MARTINEZ, Paulo. **Forma de governo: o que queremos para O Brasil?**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1993. 62p.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**, Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1967.

MERKX, Ângela da Costa Cruz Loures. **Mídia e deficiência: Educação para a cidadania**. São Paulo: UESP, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Seminário sobre acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência e excluídos quer diminuir hiato digital: Submissão de trabalhos vai até 15 de julho**. Brasília: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2001. Disponível no site <http://www.rnp.br/noticias/2001/not-010711.html>. 10/06/2003.

NASCIMENTO, Rui Bianchi do. **A Declaração de Salamanca**. São Paulo, 1992. Disponível no site [dhnet.org.br/](http://www.dhnet.org.br/) Acessado em 09/04/2003.

NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996.

OLIVA, Maria Herlinda Borges. **Política de Estado & prática social**. São Paulo: Cortez Ed., 1987. 103p.

OLIVEIRA, Heloisa Maria J. de. **Assistência Social: do discurso do estado à prática do serviço social**. 2ªed. Rev. Florianópolis: Editora da UFSC. 1996. 200p.

OLIVER, Fátima Corrêa; TISSI, Maria Cristina; CASTRO, Luciana Hernandes. **Reabilitação Baseada Na Comunidade (RBC): Projeto Jardim D' Abril**. São Paulo SORRI-BRASIL, 1999. Disponível no site <http://www.entreamigos.com.br/Semimagem/textos/xprojpra/xreabaco.htm>. Acessado em 26/05/2003.

ONU. **Declaração de Washington**. Washington (EUA), 1999. Disponível no site <http://www.entreamigos.com.br/Semimagem/textos/xdocinter/xdecwas.htm>. Acessado em 21/04/2003.

ONU. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES**. Comitê Social Humanitário e Cultural, 9/12/1975. Disponível no site <http://www.cedipod.org.br/W6ddpd.htm>. Acessado em 08/05/2003.

ONU. **Normas e recomendações internacionais sobre deficiências**. tradução Edilson Alkmin Cunha.. Brasília: CORDE, 1996. 111p.

PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais : o caso do serviço social**. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 1986. 179p.

PARÁ, **Diferenças de Corpo e Direitos Humanos**. Belém: Secretaria Municipal De Assuntos Jurídicos – SEMAJ, 2001. Disponível no site www.belem.pa.gov.br/Congresso/ Acessado em 29/04/2003.

PERNAMBUCO. **Alguns campos de atuação do centro de apoio às promotorias de justiça em defesa da cidadania: portadores de deficiência comentários**. Pernambuco: Ministério Público do estado, CAOP. Disponível no site http://www.mp.pe.gov.br/procuradoria/caops/caop_cidadania/campos_atuacao.htm Acessado em 02/05/2003.

PESSOTI, Isaías. **Deficiência Mental: da supertição à ciência**. São Paulo: Ed. USP, 1984.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **A construção de políticas públicas de educação para todos**. São Paulo: FEUSP. Disponível no site

www.educacaoonline.pro.br/a_construcao_de_politicas.asp?f_id_artigo=151 Acessado em 21/05/2003.

PRIMERAM INFORMÁTICA. **Dicionário Universal da Língua Portuguesa**. Brasil: Editora Texto, 1999-2002. Disponível na internet: <http://www.priberam.pt/DLPO/>

PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO. **Legislação relacionada à pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Ministério Público do Trabalho. Disponível no site www.pgt.mpt.gov.br/deficiente/legislacao/ - 8k. Acessado em 20/05/2003.

PUPO, Deise Tallarico. **As novas tecnologias da informação: uma proposta de acesso e atendimento a usuários com necessidades especiais em bibliotecas universitárias**. São Paulo: UNICAMP. Disponível no site www.bibli.fae.unicamp.br/acessfsp.pdf. Acessado em 12/05/2003.

QUARESMA, Regina. **Comentários À Legislação Constitucional Aplicável às Pessoas Portadoras de Deficiência**. In: Revista Dialogo Jurídico, Nº 14, Salvador, 2002.

RASTOLDO, Adriana. **Dados da Organização Mundial de Saúde**. Disponível no site [www.terravista.pt/enseada/2321/OMS.html](http://www.terraviva.pt/enseada/2321/OMS.html). Acessado em 20/05/2003.

REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO. **Como os candidatos à presidência da república se posicionam a respeito das pessoas portadoras de deficiência e o nosso setor ?? - Parte I: Entrevista com o candidato a presidente da república pelo PT, Luiz Inácio LULA da Silva**. São Paulo: RNR, 2002. Disponível no site www.saci.org.br. Acessado em 13/06/2003.

REYMÃO, Maria E.G. **As atribuições profissionais do Assistente Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 174p.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. **Estado e sociedade civil na história das políticas sociais brasileiras**. Semina. Londrina v. 22, p. 39-56, set. 2001.

ROCHA, Paulo Eduardo. **Implicações da política econômica na Seguridade Social e na Assistência Social no governo FHC**. 2001. Disponível no site http://www.worldbank.org/wbi/attackingpoverty/programs/apcourse5_rocha.doc Acessado em 02/06/2003.

ROZICKI, Cristiane. **Caderno Mais**, São Paulo: Folha de São Paulo, 05 de agosto de 2002. Disponível no site http://www.crestani.hpg.com.br/ana/cristiane_11.doc. Acessado em 17/04/2003.

SÁ, Elizabet Dias de. **Abrindo os olhos dos educadores, para inclusão escolar dos alunos com deficiência visual**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2001. Disponível no site http://www.lerparaver.com/amigos/elizabet_inclusaoescolar.html. Acessado em 13/04/2003.

SÁ, Elizabet Dias de. **Interrogando a Deficiência: de Desigualdade à Cidadania**. In jornal Ponto a Ponto. Belo Horizonte, 2000.

SACI. **Santa Catarina vai instalar urnas especiais para deficientes**. 2002. Disponível no site www.saci.org.br/noticias. Acessado em 17/05/2003.

SACCONI, L.A. **Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa**. São Paulo: Atual Editora, 1998. p.228.

SAETA, Beatriz R.P; TEIXEIRA, Maria L.M. **O lazer na vida da pessoa portadora de deficiência: uma questão de responsabilidade social e um turismo a ser pensado**. In: Revista de administração Mackenzie, ano 2, nº2, p 17-24. São Paulo. 2001.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual de 11.869, de 06 de setembro de 2001**, Reconhece oficialmente, no Estado de Santa Catarina, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente. Florianópolis, 06 de setembro de 2001. Disponível no site http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est_leidec/lei_estadual/2001/le11869_01.htm. Acessado em 16/04/2003.

SANTA CATARINA. **Leis estaduais**. Santa Catarina: Ministério Público. Disponível no site http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est_leidec/lei_estadual/. Acessado no dia 23/04/2003.

SANTA CATARINA. **Leis municipais**. Santa Catarina: Ministério Público. Disponível no site http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est_leidec/lei_munic/. Acessado no dia 23/04/2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 89p

SÃO LUIS. **Carta de São Luís em defesa das pessoas portadoras de deficiência e idosas.** São Luís: Ministério Público. Disponível no site www.mp.pr.gov.br/ Acessado em 08/05/2003.

SÃO LUIS. **Novos tempos para a pessoa portadora deficiência.** São Luís: Secretária da Solidariedade, Cidadania e Trabalho, Divisão De Apoio ao Portador de Deficiência. 24p. Disponível no site www.mp.pr.gov.br/ Acessado em 08/05/2003.

SATOW, Suely Harumi. **Prevenção contra a paralisia cerebral.** São Paulo: PUC-SP. Disponível no site <http://www.cedipod.org.br/txprevpc.htm>.

SETUBAL, Aglair A. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade.** São Paulo: Cortez Editora, 1995. 181p.

SICORDE. **O que é o SICORDE?** Brasília: SICORDE. Disponível no site <http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/dpdh.htm>. Acessado em 01/06/2003.

SOCIEDADE VIDA E MOVIMENTO. **Estatuto da Sociedade Vida e Movimento.** Florianópolis: Sociedade Vida e Movimento, 1977.

SORRI. **Sistema Sorri: uma história de trabalho pela inclusão dos excluídos.** Bauru: SORRI. Disponível no site <http://www.sorri.com.br/sistema.htm>. Acessado em 01/06/2003.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995 112p.

SPOSATI, FALCÃO. Aldaíza, M^a. do Carmo. **LBA: Identidade e efetividade das ações no enfrentamento da Pobreza Brasileira.** São Paulo: Ed. PUC-SP, 1989

SPOSATI, Aldaiza. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1991. 126p

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusao: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999. 451p.

TREVISAN, Antoninho Marmo. **A empresa e seu papel social** Disponível no site www.filantropia.org/artigos/. 2002. Acessado em 22/05/2003.

VÁRIOS AUTORES. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão de análise.** São Paulo: Cortez Editora, 1986. 112p.

TRINDADE, Nancy. **Portadores de deficiência.** Disponível no site www.nancy.hpg.com.br/Ciencia_e_Educacao/1/interna_hpg4.html. Acessado em 03/05/2003.

UNISANTOS. **Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Santos: Universidade Católica de Santos. Disponível no site www.unisantos.br/~metropms/cmdca/indice/nacional.htm - 7k. Acessado em 30/04/2003.

VYGOTSKI, Lev. S. **Pensamento e linguagem.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo, revisão técnica de José Cipolla Neto. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VIVOT, Alejandro Rojo; AMADO, Carlos H. **Considerações sobre a situação organizacional de entidades representativas de pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa, 1994. 74p.

ANEXO A

LISTA DA LEGISLAÇÃO DIRECIONADA À PPNE

1. FEDERAL:

1.1) Constituição Federal de 1988

- art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade

- art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

- art. 23º - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

- art. 24º - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

- art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

- art. 203º - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

- art. 208º- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

- art. 227º-

Parágrafo 1 - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

II - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

Parágrafo 2 - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

- art. 244º - A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, parágrafo 2.

1.2) LEI Nº 7070/82 (LEI Nº 8686/93): Dispõe sobre pensão especial para os portadores de deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" e dá outras providências.

1.3) LEI Nº 7.405/85: Dispõe sobre o símbolo de acesso aos portadores de deficiência física.

1.4) LEI Nº 8.160/91: Dispõe sobre a característica do símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.

1.5) LEI Nº 8.212/91, art. 22, IV(§ 4º) : O Poder Executivo estabelecerá, na forma da lei, ouvido o Conselho Nacional da Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiência física, sensorial e/ou mental, com desvio do padrão médio.

1.6) LEI Nº 8.383/91(D.L. nº 2.219/97), art.72: isenção de IOF para pessoas portadoras de deficiência física.

1.7) LEI Nº 8.742/93(D. L. nº 1.330/94): LOAS

- art.2º:A Assistência social tem por objetivo:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V/art.20º - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

1.8) LEI Nº 8.899/94 (D.L. nº 3.691/00, port nº1/01 Minist.Transp.): Concede passe livre às PPD carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

1.9) LEI Nº 8.989/95, 10.182/01: isenção do IPI para pessoas portadoras de deficiência física na aquisição de automóveis.

1.10) D.L. nº 1.744/95: Regulamenta o BPC (LOAS).

1.11) LEI Nº 9.610/98, art. 46: Não constitui ofensa aos direitos autorais: obras reproduzidas para o sistema Braille.

1.12) D.L. nº 3.076/99: Cria o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência – CONADE.

1.13) LEI Nº 9.998/00:

- art.. 4º Compete à Anatel:

XII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes;

XIII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes;

1.14) LEI No 10.048/00: Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

1.15) : direito de habitação de orfão deficiente no imóvel do pai ou mãe falecido.

1.16) LEI Nº 7583/89: dispõe sobre o CORDE e dá outras providências.

1.17) LEI Nº 8213/91: Obriga empresas com mais de 100 funcionários a contratarem de 2 a 5%

1.18) LEI Nº 3298/99: Dispõe sobre a Política Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência.

- - A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.
- Incumbe ao Poder Público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- art. 54º - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

III - atendimento educacional aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

- art. 66º - Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido
- art. 112 - Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
- - Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual especializado, em local adequado às suas condições.

1.20) LEI Nº 9.045/95: Obrigatoriedade de produção proporcional de livros em braille

1.21) LEI Nº 8.112/90, Art.5º,§ 2º: 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso são destinadas às PPD.

1.22) LEI Nº 4.024/61, arts. 88 e 89: dispões sobre a integração de alunos excepcionais na rede regular.

1.23) LEI Nº 4.613/65(D.L Nº 58.932/66): Isenção de imposto de importação e consumo para veículos de uso de PPD.

1.24) LEI Nº 5.692/71, art. 9º: Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

1.25) LEI Nº 7.210/84, art. 32,§ 3º: Dispõe sobre o preso portador de deficiência.

1.26) LEI Nº 9.394/96: Dispõe sobre educação especial.

2.1) Constituição do Estado de Santa Catarina(colocar art.-fcee)

a) art.21º A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão

2.2) LEI Nº 6.185/82(D.L. Nº 18.872/82): Institui pensão e dá outras providências (50% salário mínimo).

2.3) LEI Nº 6.634/85(DECRETO Nº 27.758/85): Concede licença de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou responsável por pessoa excepcional, e dá outras providências.

2.4) LEI Nº 11.911/01: Dispõe sobre o diagnostico precoce gratuito de deficiência auditiva.

2.5) LEI Nº 11.869/01: Reconhece oficialmente a LIBRAS no Estado.

2.6) LEI Nº 11.087/99: Sobre a permanência e ingresso de cães-guia em locais públicos

2.7) LEI Nº 1.162/93: Dispõe sobre a gratuidade do transporte intermunicipal às PPD.

2.8) LEI Nº 5.328/77: Dispõe sobre a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.

2.9) LEI Nº 8.038/90: Concede benefício à estudante e portador de deficiência física.

2.10) LEI Nº 8.220/91: Dispõe sobre assentos reservados para PPD.

2.11) LEI Nº 8.589/92: Concebe gratuidade na retirada de documentos para PPDs.

2.12) Lei Nº 9.899/95: Reserva 10% (dez por cento) das vagas em concursos públicos do estado, aos portadores de deficiência.

2.13) LEI Nº 9.970/95: Programa Catarinense de Preparação da Pessoa Portadora de Deficiência para o Mercado de Trabalho.

3. MUNICIPAIS

3.1)LEI Nº 5.189/97: Dá permissão à permanência e ingresso de cães guia em locais públicos

3.2)LEI Nº 5.185/97: Dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo para as PPD mental.

3.3) LEI Nº 4.965/96: reserva de cargos e empregos públicos para PPDs.

3.4) LEI Nº 3.969/93: a gratuidade no transporte coletivo da municipalidade para PPDF.

3.5) LEI Nº 2.153/84: Assegura direitos(geral) às pessoas deficientes, e dá outras providências.

TEXTO DAS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

A). PORTARIA Nº 537 DE 1º DE OUTUBRO DE 1999

Diário Oficial da União, 2 de outubro de 1999

O Ministro de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do art. 3º do Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados a composição e o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CARLOS DIAS

ANEXO COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONADE CAPÍTULO I COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, com sede no Distrito Federal, terá a seguinte composição:

I – um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos:

- a. Ministério da Justiça, que o presidirá;
- b. Ministério da Ciência e Tecnologia;
- c. Ministério das Comunicações;
- d. Ministério da Cultura;
- e. Ministério da Educação;
- f. Ministério do Esporte e Turismo;
- g. Ministério da Previdência e Assistência Social;
- h. Ministério da Saúde;
- i. Ministério do Trabalho e Emprego;
- j. Ministério dos Transportes; e
- a. Casa Civil da Presidência da República;

II – um representante e respectivo suplente do Ministério Público Federal;

III – doze representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizada, a seguir indicados:

- a) nove representantes de organizações nacionais de e para portadores de deficiência;
- b) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- c) um representante de organização nacional de empregadores; e
- d) um representante de organização nacional de trabalhadores.

Parágrafo único. Exclusivamente para os efeitos desta Portaria, considera-se organização nacional de e para pessoas portadoras de deficiência a entidade privada sem fins lucrativos e de âmbito nacional, com filiadas em pelo menos treze Estados da Federação, distribuídas, no mínimo, por três regiões do País.

Art. 2º Os representantes das organizações nacionais de e para pessoas portadoras de deficiência serão escolhidos dentre os que atuam nas seguintes áreas :

- I – um na área de deficiência auditiva;
- II – um na área de deficiência visual;

- VI – um na área de deficiências múltiplas;
- VII – um na área de deficiência física; e
- VIII – um na área de deficiência por causas patológicas.

Art. 3º As organizações nacionais de e para pessoas portadoras de deficiência serão representadas por entidades eleitas em assembléia geral.

§ 1º As entidades de que trata esta artigo elegerão, conjuntamente as suas representantes, em assembléia convocada para esta finalidade, as suas representantes, que indicarão os membros titulares e suplentes.

§ 2º As entidades eleitas e os representantes indicados terão mandatos de dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º A eleição será convocada pelas entidades civis que integram o CONADE, por meio de edital, publicado no Diário Oficial da União, sessenta dias antes do término do mandato.

§ 4º A assembléia para a escolha dos representantes será realizada pelo menos trinta dias antes do final do mandato.

§ 5º O processo eleitoral será acompanhado por um representante do Ministério Público Federal, especialmente convidado para o evento.

Art. 4º As entidades não-governamentais poderão substituir seus representantes titulares pelos respectivos suplentes, comunicando o fato, por escrito, à presidência do CONADE.

Art. 5º No caso de vacância de entidade titular, por deliberação própria ou perda de mandato, assumirá a vaga a entidade mais votada na assembléia, em ordem

decrecente.

Art. 6º Os representantes, titulares e suplentes, dos órgãos governamentais e do Ministério Público Federal serão indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado e pelo Procurador-Geral da República, vinte dias antes do término do mandato dos representantes em exercício.

Art. 7º O representante e o suplente da entidade mencionada na alínea "b" do inciso III do art. 1º serão indicados pelo respectivo dirigente, vinte dias antes do término dos mandatos do representante e do suplente em exercício.

Art. 8º O CONADE será presidido pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos.

§ 1º O Presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos legais, pelo Vice-Presidente, eleito por maioria simples dentre os membros do Colegiado.

§ 2º Nas ausências simultâneas do Presidente e do Vice-Presidente, a presidência será exercida pelo Conselheiro mais idoso.

§ 3º O Presidente do CONADE terá direito a voto nominal e de qualidade.

Art. 9º O Conselheiro que faltar a duas reuniões durante o ano, sem justificção, perderá seu mandato junto ao Conselho, devendo o fato ser comunicado ao Ministro de Estado da Justiça.

Art. 10. O CONADE tem a seguinte estrutura básica:

- I – Plenário; e
- II – Comissões Temáticas.

Art. 11. Os serviços de Secretaria Executiva do CONADE serão exercidos pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

DO FUNCIONAMENTO

Art. 12. O CONADE reunir-se-á ordinariamente a cada três meses, em sua sede, e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, ouvido o Plenário, ou por requerimento da maioria de seus membros, com o mínimo de dez dias de antecedência.

§ 1º As reuniões serão realizadas com a presença mínima de dez membros, incluindo o Presidente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 14.

§ 2º As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário do Plenário.

Art. 13. O público terá direito a voz, desde que autorizado pelo Plenário, anteriormente à exposição do tema específico.

Art. 14. As decisões do CONADE serão tomadas mediante Resolução.

§ 1º O Plenário deliberará por maioria de dois terços dos membros do Conselho, em matérias de Regimento Interno e aprovação do Plano de Ação Anual da CORDE.

§ 2º O Plenário deliberará nas demais matérias mediante quorum mínimo da metade mais um dos membros efetivos do CONADE.

Art. 15. Para a consecução de suas finalidades, o Plenário do CONADE deliberará sobre:

- I – assuntos encaminhados à sua apreciação;
- II – procedimentos necessários à efetiva implantação e implementação da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- III – análise e aprovação do Plano de Ação Anual da CORDE;
- IV – criação e dissolução de comissões temáticas, suas respectivas competências, composição, funcionamento e prazo de duração;
- V – solicitação aos órgãos da administração pública e a entidades privadas de informações, estudos ou pareceres sobre matéria de interesse do Conselho; e
- VI – apreciação e aprovação do relatório anual do CONADE.

Art. 16. As deliberações do CONADE serão subsidiadas por Comissões Temáticas, que funcionarão como instância de natureza técnica de caráter permanente nas áreas de:

- I – políticas públicas;
- II – articulação com os Conselhos dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- III – comunicação social.

Art. 17. Os assuntos urgentes não apreciados pelas Comissões Temáticas serão examinados pelo Plenário.

Art. 18. É facultado a qualquer Conselheiro solicitar vista de matéria ainda não apreciada, por prazo fixado pelo Presidente, não superior a vinte dias, devendo, necessariamente, entrar na pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Quando mais de um Conselheiro solicitar vista de uma mesma matéria, o prazo deverá ser utilizado conjuntamente.

Art. 19. As deliberações do Plenário serão tomadas por anotação explícita, com contagem de votos a favor, votos contra e abstenções, todas mencionadas em ata.

ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COLEGIADO

Art. 20. Ao Presidente incumbe dirigir, coordenar, supervisionar as atividades do CONADE e, especificamente:

- I – convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- II – ordenar o uso da palavra;
- III – submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou *suspendendo-os, sempre que necessário*;
- IV – assinar as deliberações do Conselho e as atas relativas ao seu cumprimento;
- V – submeter à apreciação do plenário o relatório anual do Conselho;
- VI – decidir as questões de ordem; e
- VII – cumprir e fazer cumprir as resoluções emanadas do Colegiado;

Art. 21. Aos membros do CONADE incumbe:

- I – debater e votar a matéria em discussão;
- II – solicitar informações, providências e esclarecimentos ao relator, às Comissões Temáticas, à mesa e ao órgão encarregado dos serviços de secretaria executiva;
- III – solicitar reexame de resolução aprovada em reunião anterior, quando esta contiver imprecisões ou inadequações técnicas;
- IV – apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados;
- V – participar das Comissões Temáticas com direito a voto;
- VI – executar atividades que lhes forem atribuídas pelo plenário;
- VII – proferir declarações de voto e mencioná-las em ata, incluindo suas posições contrárias, caso julgue necessário; e
- VIII – apresentar questões de ordem na reunião.

Parágrafo único. Os membros suplentes terão direito a voz nas sessões plenárias, somente tendo direito a voto quanto em substituição do titular.

Art. 22. Para a instalação do CONADE e indicação dos primeiros representantes, o Presidente do Colegiado convocará, por meio de edital, os integrantes das organizações nacionais de e para pessoas portadoras de deficiência, dos empregadores e dos trabalhadores para assembleia a se realizar dentro de dez dias após a publicação do edital.

Art. 23. A primeira indicação dos representantes titulares e suplentes dos órgãos governamentais e do Ministério Público Federal será feita, conforme o caso, pelos Ministros de Estado e pelo Procurador-Geral da República, no prazo de vinte dias após a publicação desta Portaria.

Art. 24. Os serviços prestados pelos membros do CONADE são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados.

Art. 25. As despesas com o deslocamento dos membros do CONADE serão custeadas com recursos orçamentários da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, por intermédio da CORDE.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos e as dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Plenário.

B

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência física, os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º

Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Art. 4º Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Art. 5º Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º (VETADO)

§ 2º Os proprietários de veículos de transporte coletivo em utilização terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da regulamentação desta Lei, para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 6º A infração ao disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis:

I – no caso de servidor ou de chefia responsável pela repartição pública, às penalidades previstas na legislação específica;

II – no caso de empresas concessionárias de serviço público, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículos sem as condições previstas nos arts. 3º e 5º;

III – no caso das instituições financeiras, às penalidades previstas no art. 44, incisos I, II e III, da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

C) Lei Nº 7.853/89: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º - Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º - As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as

amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

- Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objeto desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

- a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;
- b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;
- c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;
- d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;
- e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;
- f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

- a) o apoio governamental à formação profissional, à orientação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;
- b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;
- c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores público e privado, de pessoas portadoras de deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV - na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional.

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiência;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V - na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

- As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.

§ - Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.

- As certidões e informações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.

- Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ - Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e, salvo quando se tratar de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado da sentença.

- Fica facultado aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer deles.

- Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos co-legitimados pode assumir a titularidade ativa.

- A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

- A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

- Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

- O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 5º - O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 6º - O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 1º - Esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentalmente o arquivamento do inquérito civil, ou das peças informativas. Neste caso, deverá remeter a reexame os autos ou as respectivas peças, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, que os examinará, deliberando a respeito, conforme dispuser seu Regimento.

§ 2º - Se a promoção do arquivamento for reformada, o Conselho Superior do Ministério Público designará desde logo outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 7º - Aplicam-se à ação civil pública prevista nesta Lei, no que couber, os dispositivos da Lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 8º - Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 9º - A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º - Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.

§ 2º - Ter-se-ão como integrantes da Administração Pública Federal, para os fins desta Lei, além dos órgãos públicos, das autarquias, das empresas públicas e sociedades de economia mista, as respectivas subsidiárias e as fundações públicas.

Art. 10 - A coordenação, superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes às pessoas portadoras de deficiência, incumbirá a órgão subordinado à Presidência da República, dotado de autonomia administrativa e financeira, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos.

Parágrafo Único - A autoridade encarregada da coordenação superior mencionada no caput deste artigo caberá, principalmente, propor ao Presidente da República a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos da Administração Pública Federal.

Art. 11 - Fica reestruturada, como órgão autônomo, nos termos do artigo anterior, a Coordenadoria Nacional, para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde.

§ 1º - (Vetado).

§ 2º - O Coordenador contará com 3 (três) Coordenadores-Adjuntos, 4 (quatro) Coordenadores de Programas e 8 (oito) Assessores, nomeados em comissão, sob indicação do titular da Corde.

§ 3º - A Corde terá, também, servidores titulares de Funções de Assessoramento Superior (FAS) e outros requisitados a órgãos e entidades da Administração Federal.

§ 4º - A Corde poderá contratar, por tempo ou tarefa determinados, especialistas para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 12 - Compete à Corde:

I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;

II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

III - acompanhar e orientar a execução, pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que trata esta lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo Único - Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 13 - (revogado pela Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de junho de 1999)

A Corde contará com o assessoramento de órgão colegiado, o Conselho Consultivo da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

§ 1º - A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo da Corde serão disciplinados em ato do Poder Executivo. Incluir-se-ão no Conselho representantes de órgãos e de organizações ligados aos assuntos pertinentes à pessoa portadora de deficiência, bem como representante do Ministério Público Federal.

§ 2º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - apresentar sugestões para o encaminhamento dessa política;

III - responder a consultas formuladas pela Corde.

§ 3º - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência de 10 (dez) dias, e deliberará por maioria de votos dos conselheiros presentes.

§ 4º - Os integrantes do Conselho não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

§ 5º - As despesas de locomoção e hospedagem dos conselheiros, quando necessárias, serão asseguradas pela Corde.

Art. 14 - (Vetado).

Art. 15 - Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgãos encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 16 - O Poder Executivo adotará, nos 60 (sessenta) dias posteriores à vigência desta Lei, as providências necessárias à reestruturação e ao regular funcionamento da Corde, como aquelas decorrentes do artigo anterior.

Art. 17 - Serão incluídas no senso demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Art. 18 - Os órgãos federais desenvolverão, no prazo de 12 (doze) meses contado da publicação desta lei, as ações necessárias à efetiva implantação das medidas indicadas no Art. 2º desta Lei.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1989; 168º da Independência e 101º da República

José Sarney João Batista de Abreu

D) Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao

infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;

b) de 41 a 55 db – surdez moderada;

c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;

d) de 71 a 90 db – surdez severa;

e) acima de 91 db – surdez profunda; e

f) anacusia;

III - deficiência visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização da comunidade;

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer; e

h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

CAPÍTULO II

Dos Princípios

Art. 5º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios;

I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e

III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;

II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;

III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas;

V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e

VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;

II - integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;

III - desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência;

IV - formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência; e

V - garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

Dos Instrumentos

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - a articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, em nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;

II - o fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de deficiência;

III - a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados;

IV - o fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos; e

V - a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

Dos Aspectos Institucionais

Art. 9º Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta deverão conferir, no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos à pessoa portadora de deficiência, visando a assegurar-lhe o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva inclusão social.

Art. 10. Na execução deste Decreto, a Administração Pública Federal direta e indireta atuará de modo integrado e coordenado, seguindo planos e programas, com prazos e objetivos determinados, aprovados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE.

Art. 11. Ao CONADE, criado no âmbito do Ministério da Justiça como órgão superior de deliberação colegiada, compete:

I - zelar pela efetiva implantação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência;

III - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Ministério da Justiça, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

IV - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

V - acompanhar e apoiar as políticas e as ações do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência;

VII - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

VIII - aprovar o plano de ação anual da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE;

IX - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e

X - elaborar o seu regimento interno.

Art. 12. O CONADE será constituído, paritariamente, por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, sendo a sua composição e o seu funcionamento disciplinados em ato do Ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo único. Na composição do CONADE, o Ministro de Estado da Justiça disporá sobre os critérios de escolha dos representantes a que se refere este artigo, observando, entre outros, a representatividade e a efetiva atuação, em nível nacional, relativamente à defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Art. 13. Poderão ser instituídas outras instâncias deliberativas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, que integrarão sistema descentralizado de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Art. 14. Incumbe ao Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, a coordenação superior, na Administração Pública Federal, dos assuntos, das atividades e das medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º No âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, compete à CORDE:

I - exercer a coordenação superior dos assuntos, das ações governamentais e das medidas referentes à pessoa portadora de deficiência;

II - elaborar os planos, programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

III - acompanhar e orientar a execução pela Administração Pública Federal dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV - manifestar-se sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V - manter com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração das pessoas portadoras de deficiência;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que trata a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

§ 2º Na elaboração dos planos e programas a seu cargo, a CORDE deverá:

I - recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas; e

II - considerar a necessidade de ser oferecido efetivo apoio às entidades privadas voltadas à integração social da pessoa portadora de deficiência.

Art. 15. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimentos de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social.

Seção I

Da Saúde

Art. 16. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela saúde devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico, ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência, e à detecção precoce das doenças crônico-degenerativas e a outras potencialmente incapacitantes;

II - o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e outros, bem como o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas;

III - a criação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltada ao atendimento à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

IV - a garantia de acesso da pessoa portadora de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

V - a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao portador de deficiência grave não internado;

VI - o desenvolvimento de programas de saúde voltados para a pessoa portadora de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a inclusão social; e

VII - o papel estratégico da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família na disseminação das práticas e estratégias de reabilitação baseada na comunidade.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, prevenção compreende as ações e medidas orientadas a evitar as causas das deficiências que possam ocasionar incapacidade e as destinadas a evitar sua progressão ou derivação em outras incapacidades.

§ 2º A deficiência ou incapacidade deve ser diagnosticada e caracterizada por equipe multidisciplinar de saúde, para fins de concessão de benefícios e serviços.

§ 3º As ações de promoção da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência deverão também assegurar a igualdade de oportunidades no campo da saúde.

Art. 17. É beneficiária do processo de reabilitação a pessoa que apresenta deficiência, qualquer que seja sua natureza, agente causal ou grau de severidade.

§ 1º Considera-se reabilitação o processo de duração limitada e com objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa com deficiência alcance o nível físico, mental ou social funcional ótimo, proporcionando-lhe os meios de modificar sua própria vida, podendo compreender medidas visando a compensar a perda de uma função ou uma limitação funcional e facilitar ajustes ou reajustes sociais.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, toda pessoa que apresente redução funcional devidamente diagnosticada por equipe multiprofissional terá direito a beneficiar-se dos processos de reabilitação necessários para corrigir ou modificar seu estado físico, mental ou sensorial, quando este constitua obstáculo para sua integração educativa, laboral e social.

Art. 18. Incluem-se na assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão da pessoa portadora de deficiência.

Art. 19. Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Parágrafo único. São ajudas técnicas:

I - próteses auditivas, visuais e físicas;

II - órteses que favoreçam a adequação funcional;

III - equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;

IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;

V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência; VI - elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;

VII - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;

VIII - adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

IX - bolsas coletoras para os portadores de ostomia.

Art. 20. É considerado parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos que favoreçam a estabilidade clínica e funcional e auxiliem na limitação da incapacidade, na reeducação funcional e no controle das lesões que geram incapacidades.

Art. 21. O tratamento e a orientação psicológica serão prestados durante as distintas fases do processo reabilitador, destinados a contribuir para que a pessoa portadora de deficiência atinja o mais pleno desenvolvimento de sua personalidade.

Parágrafo único. O tratamento e os apoios psicológicos serão simultâneos aos tratamentos funcionais e, em todos os casos, serão concedidos desde a comprovação da deficiência ou do início de um processo patológico que possa originá-la.

Art. 22. Durante a reabilitação, será propiciada, se necessária, assistência em saúde mental com a finalidade de permitir que a pessoa submetida a esta prestação desenvolva ao máximo suas capacidades.

Art. 23. Será fomentada a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, com periodicidade e abrangência adequadas, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades.

Seção II

Do Acesso à Educação

Art. 24. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;

IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;

V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; e

VI - o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência.

§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

§ 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.

§ 4º A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas.

§ 5º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade.

Art. 25. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Art. 26. As instituições hospitalares e congêneres deverão assegurar atendimento pedagógico ao educando portador de deficiência internado nessas unidades por prazo igual ou superior a um ano, com o propósito de sua inclusão ou manutenção no processo educacional.

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

§ 2º O Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de deficiência.

Art. 28. O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1º A educação profissional para a pessoa portadora de deficiência será oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

§ 2º As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

§ 3º Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados a determinada profissão ou ocupação.

§ 4º Os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedidos por instituição credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo o território nacional.

Art. 29. As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como:

- I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;
- II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e
- III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Seção III

Art. 30. A pessoa portadora de deficiência, beneficiária ou não do Regime Geral de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

Art. 31. Entende-se por habilitação e reabilitação profissional o processo orientado a possibilitar que a pessoa portadora de deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária.

Art. 32. Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar dotados dos recursos necessários para atender toda pessoa portadora de deficiência, independentemente da origem de sua deficiência, desde que possa ser preparada para trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectivas de obter, conservar e nele progredir.

Art. 33. A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa portadora de deficiência, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:

- I - educação escolar efetivamente recebida e por receber;

- II - expectativas de promoção social;
- III - possibilidades de emprego existentes em cada caso;
- IV - motivações, atitudes e preferências profissionais; e
- V - necessidades do mercado de trabalho.

Do Acesso ao Trabalho

Art. 34. É finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Parágrafo único. Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais de que trata a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.

Art. 35. São modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de deficiência:

I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

§ 1º As entidades beneficentes de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos:

I - na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de deficiência física, mental ou sensorial: e

II - na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida de produção ou terapêutica.

§ 2º Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 3º Consideram-se apoios especiais a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

§ 4º Considera-se oficina protegida de produção a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto portador de deficiência, provendo-o com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal relativa.

§ 5º Considera-se oficina protegida terapêutica a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

§ 6º O período de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida terapêutica não caracteriza vínculo empregatício e está condicionado a processo de avaliação individual que considere o desenvolvimento biopsicosocial da pessoa.

§ 7º A prestação de serviços será feita mediante celebração de convênio ou contrato formal, entre a entidade beneficente de assistência social e o tomador de serviços, no qual constará a relação nominal dos trabalhadores portadores de deficiência colocados à disposição do tomador.

§ 8º A entidade que se utilizar do processo de colocação seletiva deverá promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem assim programas de reabilitação caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

Art. 36. A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

I - até duzentos empregados, dois por cento;

II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;

III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou

IV - mais de mil empregados, cinco por cento.

§ 1º A dispensa de empregado na condição estabelecida neste artigo, quando se tratar de contrato por prazo determinado, superior a noventa dias, e a dispensa imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

§ 2º Considera-se pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que concluiu curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 3º Considera-se, também, pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que, não tendo se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função.

§ 4º A pessoa portadora de deficiência habilitada nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo poderá recorrer à intermediação de órgão integrante do sistema público de emprego, para fins de inclusão laboral na forma deste artigo.

§ 5º Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituir procedimentos e formulários que propiciem estatísticas sobre o número de empregados portadores de deficiência e de vagas preenchidas, para fins de acompanhamento do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 37. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 38. Não se aplica o disposto no artigo anterior nos casos de provimento de:

- I - cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e
- II - cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato.

Art. 39. Os editais de concursos públicos deverão conter:

- I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa portadora de deficiência;
- II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;
- III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a deficiência do candidato; e
- IV - exigência de apresentação, pelo candidato portador de deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

Art. 40. É vedado à autoridade competente obstar a inscrição de pessoa portadora de deficiência em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Federal direta e indireta.

§ 1º No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

§ 2º O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 41. A pessoa portadora de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste Decreto, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

- I - ao conteúdo das provas;
- II - à avaliação e aos critérios de aprovação;
- III - ao horário e ao local de aplicação das provas; e
- IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Art. 42. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

Art. 43. O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

§ 1º A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:

- I - as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
- II - a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;
- III - a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;

IV - a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; e

V - a CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

§ 2º A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato durante o estágio probatório.

Art. 44. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato portador de deficiência obedecerá ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 45. Serão implementados programas de formação e qualificação profissional voltados para a pessoa portadora de deficiência no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional - PLANFOR.

Parágrafo único. Os programas de formação e qualificação profissional para pessoa portadora de deficiência terão como objetivos:

I - criar condições que garantam a toda pessoa portadora de deficiência o direito a receber uma formação profissional adequada;

II - organizar os meios de formação necessários para qualificar a pessoa portadora de deficiência para a inserção competitiva no mercado laboral; e

III - ampliar a formação e qualificação profissional sob a base de educação geral para fomentar o desenvolvimento harmônico da pessoa portadora de deficiência, assim como para satisfazer as exigências derivadas do progresso técnico, dos novos métodos de produção e da evolução social e econômica.

Da Cultura, do Desporto, do Turismo e do Lazer

Art. 46. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo e pelo lazer dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - promover o acesso da pessoa portadora de deficiência aos meios de comunicação social;

II - criar incentivos para o exercício de atividades criativas, mediante:

a) participação da pessoa portadora de deficiência em concursos de prêmios no campo das artes e das letras; e

b) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa portadora de deficiência;

III - incentivar a prática desportiva formal e não-formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;

IV - estimular meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre a pessoa portadora de deficiência e suas entidades representativas;

V - assegurar a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde o nível pré-escolar até à universidade;

VI - promover a inclusão de atividades desportivas para pessoa portadora de deficiência na prática da educação física ministrada nas instituições de ensino públicas e privadas;

VII - apoiar e promover a publicação e o uso de guias de turismo com informação adequada à pessoa portadora de deficiência; e

VIII - estimular a ampliação do turismo à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte.

Art. 47. Os recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura financiarão, entre outras ações, a produção e a difusão artístico-cultural de pessoa portadora de deficiência.

Parágrafo único. Os projetos culturais financiados com recursos federais, inclusive oriundos de programas especiais de incentivo à cultura, deverão facilitar o livre acesso da pessoa portadora de deficiência, de modo a possibilitar-lhe o pleno exercício dos seus direitos culturais.

Art. 48. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer, devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos deste Decreto.

Parágrafo único. Serão prioritariamente apoiadas a manifestação desportiva de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de:

- I - desenvolvimento de recursos humanos especializados;
- II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais;
- III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação; e
- IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer.

Da Política de Capacitação de Profissionais Especializados

Art. 49. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, responsáveis pela formação de recursos humanos, devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

- I - formação e qualificação de professores de nível médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;
- II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de deficiência; e
- III - incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

Da Acessibilidade

Art. 50. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta adotarão providências para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitando a construção de novas barreiras.

Art. 51. Para os efeitos deste Capítulo, consideram-se:

- I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tenha limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio ambiente e de utilizá-lo;

IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico; e

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

Art. 52. A construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo por órgãos da Administração Pública Federal deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I - nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, serão reservados dois por cento do total das vagas à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, garantidas no mínimo três, próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado segundo as normas da ABNT;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, cumprirá os requisitos de acessibilidade;

IV - pelo menos um dos elevadores deverá ter a cabine, assim como sua porta de entrada, acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, em conformidade com norma técnica específica da ABNT; e

V - os edifícios disporão, pelo menos, de um banheiro acessível para cada gênero, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 53. As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 54. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, no prazo de três anos a partir da publicação deste Decreto, deverão promover as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios e espaços de uso público e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Art. 55. Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, sob a responsabilidade da CORDE, com a finalidade de criar e manter bases de dados, reunir e difundir informação sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência e fomentar a pesquisa e o estudo de todos os aspectos que afetem a vida dessas pessoas.

Parágrafo único. Serão produzidas, periodicamente, estatísticas e informações, podendo esta atividade realizar-se conjuntamente com os censos nacionais, pesquisas nacionais, regionais e locais, em estreita colaboração com universidades, institutos de pesquisa e organizações para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 56. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, com base nas diretrizes e metas do Plano Plurianual de Investimentos, por intermédio da CORDE, elaborará, em articulação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, o Plano Nacional de Ações Integradas na Área das Deficiências.

Art. 57. Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, comissão especial, com a finalidade de apresentar, no prazo de cento e oitenta dias, a contar de sua constituição, propostas destinadas a:

I - implementar programa de formação profissional mediante a concessão de bolsas de qualificação para a pessoa portadora de deficiência, com vistas a estimular a aplicação do disposto no art. 36; e

II - propor medidas adicionais de estímulo à adoção de trabalho em tempo parcial ou em regime especial para a pessoa portadora de deficiência.

Parágrafo único. A comissão especial de que trata o **caput** deste artigo será composta por um representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I - CORDE;

II - CONADE;

III - Ministério do Trabalho e Emprego;

IV - Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério dos Transportes;

VII - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e

VIII - INSS.

Art. 58. A CORDE desenvolverá, em articulação com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, programas de facilitação da acessibilidade em sítios de interesse histórico, turístico, cultural e desportivo, mediante a remoção de barreiras físicas ou arquitetônicas que impeçam ou dificultem a locomoção de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

Art. 60. Ficam revogados os Decretos nºs 93.481, de 29 de outubro de 1986, 914, de 6 de setembro de 1993, 1.680, de 18 de outubro de 1995, 3.030, de 20 de abril de 1999, o § 2º do art. 141 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e o Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999.

Brasília, 20 de dezembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República

ANEXO B



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACÃO, TRABALHO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO

Cópia do Estatuto da Entidade

Conta Bancária Específica – BESC

Ata da Assembléia de Posse

Identidade e CPF do atual Presidente

CNPJ atualizado (Secretaria da Fazenda)

Certidão Negativa de Débitos com o Município de Florianópolis (Secretaria de Finanças)

Atestado de funcionamento da Entidade (CMAS)

(Se a Entidade for de outro município, anexar Registro/CMAS do seu município)

Plano de Trabalho (conforme roteiro anexo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO

E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DE TRABALHO (Roteiro)

I – GERAL

1- Identificação da Entidade:

- Nome:
- Endereço:
- Fone / Fax:
- Responsável:

2- Apresentação:

2.1- O que é a Entidade: (atendimento direto, o que faz em geral)

2.2- Formas de Atendimento:

Área/ Faixa Etária	Tipo de Atendimento	Quantidade	Periodicidade *
Criança de 0 a 6 anos			
Criança/Adolescente de 5 a 14 anos			
Adolescente			
Jovens			
Famílias			
Idosos			
P.P.D.			
Assistência em Geral			
Concessão de Benefício			
Atendimento à População de Rua			
Atendimento a Usuários de Drogas, Alcool, etc			
Atendimento a Portador de HIV			
TOTAL			

- Relacionar o número de pessoas por turma e por turno.

2.3- Fontes de Recursos para Manutenção:

Principais Fontes	% de despesa média mensal
Convênio Governo Federal	
Convênio Governo Estadual	
Convênio Governo Municipal	
Organismos Internacionais	
Empresas Privadas	
Contribuições de sócios/Usuários e/ou Responsáveis	
Doações	
Eventos e Promoções	
Prestações de Serviços Voluntários	
Outros	

3- Propostas de Convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

4- Justificativas (Porque é necessário o convênio)

II – ESPECÍFICO*(Por objeto de convênio apresentar cada objeto em folha(s)separada(s)).*

1- Objeto: (O que é e para quantas pessoas. Ex.: 1. Subvenção Social

2. Cessão de Professores

2- Objetivo(s): (Para quê)

3. Merenda Escolar)

3- Período de Execução do Convênio: (Ex.: 01/01/2.003 à 31/12/2.003)

4- Meta(s) (objetivo quantificado): (Ex.: quantas crianças atende e de que forma)

5- Operacionalização (fases de execução): (O que vai fazer com o recursos financeiro, em que período, de que forma, para quantas pessoas.)

Exemplo:

Horário	Tipo de Refeição	Quantidade/Dia	Dias/Mês	Total/Mês
8:00h	Café da manhã	60	22	1.320
10:00h	Lanche	60	22	1.320
12:00h	Almoço	60	22	1.320
14:30h	Lanche	60	22	1.320
16:00h	Jantar	60	22	1.320
Total	-	300	22	6.600

6- Contrapartida da Entidade: (O que a entidade oferece em termos de recursos humanos e financeiros, espaço físico).

III – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

ANEXO C

ENDEREÇO DAS ENTIDADES CONVENIADAS A PMF

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

Rodovia Admar Gonzaga, 2937
Bairro: Itacorubi
Florianópolis – Santa Catarina
CEP: 88034-002
Fone/Fax: (48) 334-3256
E-mail: apaefpol@bol.com.br

SOCIEDADE VIDA E MOVIMENTO

Rua 14 de Julho, 107
Bairro: Estreito
Florianópolis – Santa Catarina
CEP: 88075-010
Fone/Fax: (48) 2481270

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DOS CEGOS –ACIC

Rodovia Virgílio Várzea, 1300
Bairro: Saco Grande II
CEP: 88032-001
Caixa Postal: 784
Fones: (48) 238-0169/ 2380061
FAX: (48) 238-0169
E-mail: acic@central148.com.br

INSTITUTO DE AUDIÇÃO E TERAPIA DA LINGUAGEM

Rua Padre Roma, 288
Bairro: Centro
Florianópolis – Santa Catarina
CEP: 88080-090
Fone: (48) 225-6955

ANEXO D

**TABELA DE ENTIDADES PRESTAM ALGUM TIPO DE ATENDIMENTO AS
PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM SANTA CATARINA**

NOME DA ENTIDADE	CIDADE
Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos- AFLODEF**	Florianópolis
Associação Catarinense de Integração par os cegos*	Florianópolis
Associação Catarinense de Surdos***	Florianópolis
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Abelardo Luz
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Agrolândia
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Água Doce
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Anchieta
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Anita Garibaldi
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Anitapólis
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Angelina
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Apiúna
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Araranguá
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Armazém
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Bom Jardim da Serra
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Bom Retiro
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Balneário Camburiú
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Barra Velha
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Biguaçu
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Blumenau
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Braço do Norte
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Brusque
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Caçador
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Caibi
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Camburiú
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Campo Alegre
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Campo Belo do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Campo Erê
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Campos Novos
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Canelinha
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Canoinhas
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Capinzal
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Cascatinha
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Chapecó
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Concórdia
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Correia Pinto
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Coronel Freitas
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Criciúma
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Cunha Porã

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Descanso
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Faxinal Guedes
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Forquilha
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Florianópolis
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Fraiburgo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Galvão
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Garopaba
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Gaspar
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Guaraciaba
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Guaramirim
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Guariruba
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Guarujá do sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Grão Pará
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Gravatal
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Içara
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Imaruí
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Imbituba
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Imbuíá
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Indaial
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Impumirim
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Irani
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Irineópolis
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Itaiópolis
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Itajaí
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Itapema
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Itapiranga
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Ituporanga
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Jacinto Machado
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Jaguaruna
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Jaguará do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Joaçaba
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Joinville
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	José boiteux
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Lages
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Lauro Müller
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Lebon Régis
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Lindóia do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Mafra
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Major Vieira
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Maravilha
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Mar Grosso
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Massaranduba
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Meleiro
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Monte Castelo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Morro da Fumaça

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Nova Trento
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Navegantes
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Orleans
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Palhoça
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Papanduva
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Paulo Lopes
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Penha
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Piçarras
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Pinhalzinho
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Porto Belo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Porto União
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Pomerode
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Pouso Redondo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Praia Grande
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Presidente Getúlio
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Quilombo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Rio das Antas
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Rio do Campo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Rio do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Rio Fortuna
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Rio Negrinho
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Romelândia
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Santa Rosa do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Salete
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Santo Veloso
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São Bento do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São Carlos
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São Domingos
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São Francisco do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São Joaquim
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São João Batista
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São João do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São José
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São Lourenço d'Oeste
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	São Miguel d'Oeste
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Santa Cecília
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Santo Amaro da Imperatriz
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Seara
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Siderópolis
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Sombrio
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Tangará
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Taió
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Tijucas
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Timbé do Sul
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Timbó

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Timbó Grande
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Três Barras
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Treze de maio
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Trombudo Central
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Tubarão
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Turvo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Urubici
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Urusangua
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Vidal Ramos
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Videira
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Vista Alegre
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Witmarsum
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Xanxerê
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*	Xaxim
Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS*	Joaçaba
Associação dos Amigos do Autista*	Joinville
Associação dos Amigos do Autista*	Logradouro
Associação dos Deficientes de Otacílio Costa – ADOC*	Otacílio Costa
Associação dos Deficientes Físicos	Criciúma
Associação Joinvilense P/ Integração dos Deficientes Visuais*	Joinville
Associação dos Portadores da Síndrome de Down – Amigo Down*	São José
Associação Florianópolis de Deficientes Físicos**	Florianópolis
Associação Paraense de Fissurados e Reabilitações*	Seara
Departamento de Assistência aos Portadores de deficiência* Prefeitura Municipal de Criciúma	Criciúma
Instituto de Audição e Terapia da Linguagem - IATEL***	Florianópolis
Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil*	Joinville
FEBIEX*	Joinville
Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina*	Florianópolis
Fraternidade Cristã de doentes e deficientes – FCD*	Chapecó
Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE*	Florianópolis
Sociedade Vida e Movimento***	Florianópolis
União Brasileira de Cegos*	Florianópolis
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*	Florianópolis

* Base de dados CONADE.

** CONEDE

*** S.M.H.T.D.S